

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM
AGROPECUÁRIA**

TESE

**A Remigração Japonesa para o Rio de Janeiro
(1930-1945): Uma Análise sobre Políticas Públicas de
Implementação da Colônia Agrícola em Santa Cruz
e Alguns de seus Desdobramentos na
Contemporaneidade**

Riyuzo Ikeda Júnior

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**A REMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O RIO DE JANEIRO (1930-1945):
UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
IMPLEMENTAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA EM SANTA CRUZ E
ALGUNS DE SEUS DESDOBRAMENTOS NA
CONTEMPORANEIDADE**

RIYUZO IKEDA JÚNIOR

Sob a orientação do professor

Cezar Augusto Miranda Guedes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ
Agosto, 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

II26r Ikeda Júnior, Riyuzo, 1990-
A Remigração Japonesa para o Rio de Janeiro (1930
1945): Uma Análise sobre Políticas Públicas de
Implementação da Colônia Agrícola em Santa Cruz e Alguns
de seus Desdobramentos na Contemporaneidade / Riyuzo
Ikeda Júnior. - Seropédica, 2022.
109 f.

Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PPGCTIA, 2022.

1. Núcleo Colonial Agrícola. 2. Remigração. 3. Mão
de obra japonesa. 4. Santa Cruz. 5. Políticas
públicas. I. Miranda Guedes, Cezar Augusto, 1954-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGCTIA III. Título.

É permitida a cópia total ou parcial desta Tese, desde que citada sua fonte.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
EM AGROPECUÁRIA



HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 10/2022 - PPGCTIA (12.28.01.84)

Nº do Protocolo: 23083.047235/2022-10

Seropédica-RJ, 02 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA

RIYUZO IKEDA JÚNIOR

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 01/08/2022

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr., UFRRJ
(Orientador)

Lamounier Erthal Villela. Ph.D. UFRRJ

Márcio de Albuquerque Vianna. Dr., UFRJ

Carlos Frederico Bom Kraemer. Dr., UFF

Fernando Guilherme Tenório. Dr., FGV

(Assinado digitalmente em 04/08/2022 17:29)

LAMOÛNIER ERTHAL VILLELA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.00.09)

Matrícula: 1802640

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 18:30)

MARCIO DE ALBUQUERQUE VIANNA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptTPE (12.28.01.00.00.00.00.24)

Matrícula: 1849562

(Assinado digitalmente em 18/08/2022 08:55)

FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 204.107.517-15

(Assinado digitalmente em 09/08/2022 18:21)

CARLOS FREDERICO BOM KRAEMER

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 071.715.697-48

(Assinado digitalmente em 04/08/2022 15:10)

CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 401.210.037-87

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **10**, ano: **2022**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO**, data de emissão: **02/08/2022** e o código de verificação: **69e04cc845**

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, no qual mantenho inegável fé e a quem humildemente recorro em todos os momentos de minha vida.

A minha avó Maria e a minha dinda Neusa, presentes e bases do meu engrandecimento ao longo da jornada.

A minha irmã Soline, que mesmo distante acompanha meu amadurecimento profissional e a construção do meu ser.

Aos meus pais Solange e Riyuzo, que mesmo distantes sempre se fazem presentes na minha vida e nos quais busco apoio nos mais diversos momentos.

Sou grato aos meus amigos da UFRRJ, da Fundação Getúlio Vargas e da vida, que sempre me apresentam o que há de melhor no mundo e amadurecem meus conhecimentos. Em especial, cito Renata Gomes, Thássia Andryna e Carlos Sarmiento.

A Bia Alamão, instrumento de Deus e uma mulher notável em cada detalhe.

Ao Prof. Dr. Mauro Homem, pelo suporte dado a mim junto ao Programa e por acreditar em meu potencial.

Agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes, por ter cedido seu tempo e conhecimento a mim nesta longa jornada.

Agradeço ao prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório, por me possibilitar a continuidade de minha jornada profissional e por ter construído um ser crítico e preciso.

Ao PPGCTIA/UFRRJ, por ter depositado sua confiança em mim para agregar sempre mais valores, conhecimentos e experiências.

Ao Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS/EBAPE) por fortalecer minha linha acadêmica, amadurecer meu profissionalismo e abrir meus horizontes de pesquisa.

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, pela oportunidade em lecionar e atender ao público que mais precisa de acesso ao conhecimento.

BIOGRAFIA

Em dezembro de 2013, concluiu a graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Em dezembro de 2014, graduou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em março de 2015 ingressou no Mestrado de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Enquanto o cursava lecionou, e após a sua conclusão, voluntariamente, nos cursos de extensão de Economia Solidária e Formação Política e Cidadania: os conselhos municipais como referência na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Entre março de 2015 e dezembro de 2019, foi pesquisador e assistente de pesquisa do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em fevereiro de 2019 ingressou como professor do Curso de Direito na Universidade Estácio de Sá, em Angra dos Reis/RJ. Em 2018, ingressou como discente no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – PPGCTIA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes. A partir de dezembro de 2019 foi nomeado Coordenador do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá no *Campus* Angra dos Reis/RJ.

RESUMO

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. A remigração japonesa para o Rio de Janeiro (1930-1945): uma análise sobre a política pública de implementação da colônia agrícola em Santa Cruz e alguns de seus desdobramentos na contemporaneidade. 90f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2022.

Esta tese apresenta a remigração japonesa ao Rio de Janeiro, a partir de 1938, como uma política pública varguista de ocupação regular fundiária e de produtividade de gêneros agrícolas no espaço de parte da Zona Oeste carioca. Da segunda metade do século XX em diante, a industrialização e a pressão imobiliária passaram ao cotidiano dessas áreas rurais, que resistem ao tempo e permeiam o passado das políticas públicas. Como suposições, esta tese possui: (a) O interesse pela experiência da mão de obra japonesa para o cultivo e pela importância de Santa Cruz para a então Capital Federal; (b) O Governo Federal (1930-1945) utilizou a mão de obra originada da imigração japonesa em Santa Cruz com o objetivo de ocupar o solo ordenadamente na região em vista do abandono da Fazenda Santa Cruz após o processo de Proclamação da República; (c) A industrialização e a urbanização foram as principais causas da descaracterização do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. Áreas que eram rurais sofreram com o avanço de empresas e conjuntos habitacionais, seguindo um modelo de desenvolvimento implementado pelo Governo Federal a partir da década de 1970, o que persiste no espaço e no tempo em anos recentes. Como objetivo principal, a tese possui o seguinte: analisar a (re)migração japonesa para o Rio de Janeiro, sob uma perspectiva multidimensional das políticas públicas, implementada nas décadas de 1930 e 1940 e que gerou efeitos imediatos e que se estendem até o atual contexto na conjuntura socioeconômica fluminense. Já os objetivos específicos são os seguintes: (a) Contextualizar, sob uma perspectiva histórica e geográfica, os antecedentes e a chegada da mão de obra migrante japonesa ao Brasil e, mais especificamente, ao Rio de Janeiro desde as suas origens no país asiático até sua instalação local; (b) Analisar as decisões do Governo Federal (1930-1945) sobre os incentivos e atração de imigrantes japoneses para o Rio de Janeiro e respectivas políticas públicas adotadas para fortalecer a ocupação em Santa Cruz; (c) Expor o processo de esvaziamento da política pública de produção agrícola de Santa Cruz a partir da década de 1970, bem como a mudança da conjuntura econômica nacional que impactou no cenário socioeconômico local no período citado. Quanto ao método empregado é uma pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica de investigação descritiva, exploratória e investigativa sobre o espaço analisado em decorrência de persistência das atividades agrícolas locais fundadas ao final da década de 1930 e que estão presentes no imaginário da capital fluminense. Hoje a pressão imobiliária sobre essas propriedades encontra-se em patamar avançado por todas as regiões ao redor da antiga colônia agrícola, seja por indústrias ou residências. Tais fatores confluem para as suposições apresentadas, confirmando-as sobre a ocupação do espaço pela mão de obra japonesa, políticas de parcelamento regular do solo e produção de diversas culturas sob responsabilidade de agricultores familiares em um período que a monocultura latifundiária predominava. Mostrou-se ainda que, apesar da forte pressão e do esvaziamento do cultivo agrícola, há persistência do setor agrário local.

Palavras-chave: Mão de obra japonesa. Remigração. Núcleo Colonial Agrícola. Resistência.

ABSTRACT

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. **The Japanese remigration to Rio de Janeiro (1930-1945): na analysis about the public policy of implementation of the agricultural colony in Santa Cruz and some of its develops nowadays.** 98p. Thesis (Doctorate in Science, Technology, and Innovation in Agriculture). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2021.

This thesis presents the Japanese remigration to Rio de Janeiro, from 1938, as a Varguist public policy of regular landlord occupation and productivity of agricultural goods in space of part of the carioca West Zone. Over the second half of the XX century, and so on, the industrialization and real estate pressure passed to everyday of these rural areas, that resists to the time and permeate the past of public policies. As assumptions of this thesis: (a) Interest by the Japanese experience with the cultivation and the importance of Santa Cruz by the then Federal Capital; (b) The Federal Government (1930-1945) used the Japanese labor in Santa Cruz with the objective of occupy the land neatly in the region in view of the abandonment of the Fazenda Santa Cruz after the Proclamation of the Republic; (c) The industrialization and urbanization were the main causes of the decharacterization of the Agricultural Colonial Center of Santa Cruz, as previously rural areas suffered from the advance of companies and housing complexes, following a development model implemented by the Federal Government from the 1970's onwards. , which persist in space and time in recent years. The main objective of the thesis is: to analyze the Japanese (re)migration to Rio de Janeiro, from a multidimensional perspective of public policies, implemented in the 1930's and 1940's and which generated immediate effects, and which extend to the current context in the fluminense socioeconomic situation. The specific objectives are as follows: (a) Contextualize, under a historical and geographical perspective, the background and arrival of Japanese migrant labor in Brazil and, more specifically, in Rio de Janeiro from its origins in the Asian country to your local installation; (b) Analyze the decisions of the Federal Government (1930-1945) about the incentives and attraction of Japanese immigrants to Rio de Janeiro and the respective public policies adopted to strengthen the occupation in Santa Cruz; (c) Expose and evaluate the process of emptying of the public policy for agricultural production in Santa Cruz from the 1970's to the present, as well as the change in the national economic situation that impacted the local socioeconomic scenario in the aforementioned periods. As for the method used, it is a qualitative research, bibliographic research of descriptive, exploratory, and investigative on the space analyzed due to the persistence of local agricultural activities founded at the end of the 1930's and which are present in the imagination of the fluminense capital. Today the real estate pressure on these properties is at an advanced level in all regions around the former agricultural colony, whether for industries or homes. These factors converge to the assumptions presented, confirming them about the occupation of space by Japanese labor, policies of regular subdivision of land and production of various crops under the responsibility of family farmers in a period in which large landholding monoculture predominated. It was also shown that, despite the strong pressure and depletion of agricultural cultivation, the local agrarian sector persists.

Keywords: Japanese labor. Remigration. Agricultural Colonial Center. Resistance

RESUMÉN EXPANDIDO

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. **La remigración japonesa para el Río de Janeiro (1930-1945): un análisis sobre la política pública de implementación de la colonia agrícola en Santa Cruz y algunos de suyos desdoblamientos en la contemporaneidad.** 98 f. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en Agricultura). Decano de Investigación y Postgrados de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

1. Introducción

La presente tesis trae los procesos de ocupación del espacio y reordenamiento de la agricultura en la Zona Oeste de la entonces Capital Federal del Brasil al final de la década de 1930 y en los períodos posteriores. El interés de gobierno federal en consolidar políticas públicas en Santa Cruz tuvo como consecuencias la atracción de la mano de obra japonesa y su experiencia rural (XXX).

Este trabajo a ser un análisis de la dinámica y los intereses logrados con la llegada de la mano de obra japonesa, a partir de 1938, a Santa Cruz y las relaciones provocadas sobre la regularización de tierras e producción agrícola en este medio. Hay que se tratar de la cuestión en torno del abandono de la Hacienda Santa Cruz, propiedad pública federal previa a la llegada japonesa a la Zona Oeste del Río de Janeiro/RJ.

Las propiedades de los japoneses y sus descendentes quedaron en las proximidades de la antigua sede da la Hacienda Santa Cruz, hoy una localidad de mismo nombre na capital fluminense. Por su interés por el Gobierno Federal a la época, la producción agrícola fue el norte la productividad y regularización de la ocupación de tierras locales.

Esta tesis tiene como objetivo general analizar la remigración japonesa para el Río de Janeiro, debajo una perspectiva multidimensional de las políticas públicas, implementada en las décadas de 1930 y 1940 y qué generó efectos inmediatos y que se extendieron hasta el actual contexto de la coyuntura socioeconómica fluminense. Como objetivos específicos hay los siguientes: (a) contextualizar, debajo una perspectiva histórica y geográfica, los antecedentes y la llegada de la mano de obra japonesa a la Zona Oeste del Río de Janeiro; (b) Analizar las decisiones del Gobierno Federal (1930-1945) sobre los incentivos y atracción de los migrantes japoneses para el Río de Janeiro y respectivas políticas públicas adoptadas para fortalecer la ocupación en Santa Cruz; (c) Exponer el proceso de vaciado de la política pública de producción agrícola de Santa Cruz a partir de la década de 1970 hasta la actualidad, bien como el cambio de la coyuntura económica nacional que impactó el pronóstico socioeconómico local en la Zona Oeste del Río de Janeiro; (d) evaluar las perspectivas de la actual coyuntura de los restos de la migración japonesa para el Río de Janeiro frente las transformaciones socioeconómicas vivenciadas en la localidad de Santa Cruz.

Este trabajo izo identificaciones e revisiones en las políticas públicas adoptadas por la administración federal del periodo después de 1938 para realizar la ocupación del espacio de na región oeste de la entonces Capital Federal brasileña y áreas vecinas como las municipalidades de Nova Iguaçu/RJ y Itaguaí/RJ.

Se supuso que el interés de la mano de obra japonesa ocurrió por la proximidad con la entonces Capital Federal y toda la estructura proporcionada por el Gobierno Federal en el local de asentamiento de las familias remigradas a Santa Cruz. Otras suposiciones realizadas fueron que el Gobierno Federal (1930-1945) deseaba reordenar la ocupación del espacio rural utilizando la mano de obra japonesa y su conocimiento del campo. Hubo aún el fin de la predominancia del campo con el avance de la industrialización en la década de 1970 y urbanización de las áreas próximas al Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. Aún hoy existen

remanecientes de la ocupación japonesa en el área oeste del municipio de Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Seropédica/RJ y otros, mismo con la urbanización y industrialización del local.

2. Metodología

La metodología utilizada ha sido por un sesgo cualitativo con una investigación descriptiva con levantamiento de datos por el uso de amplia revisión bibliográfica y de artículos científicos en torno del tema que ganó evidencia a partir de 2008 con las celebraciones de los 100 años de migración japonesa al Brasil. Mismo con las celebraciones los japoneses en Rio de Janeiro no tuvieron el mismo destaque o relevancia por las poblaciones establecidas en el estado tiren sido pequeñas si comparadas a Paraná o São Paulo, por ejemplo.

Hubo aún, pesquisa de campo exploratoria, pero sin contacto efectivo, pero con observaciones sobre la dinámica de la población remaneciente y sus actividades en asociaciones culturales y rurales entre los años de 2017 y 2020.

Sobre la revisión bibliográfica se intentó captar el máximo de informaciones antes extendidas o con poco foco en las políticas públicas implementadas en Santa Cruz y que están produciendo cambios hasta hoy en el local. Importante llevarse en consideración que las acciones practicadas en Santa Cruz en las décadas de 1930 y 1940 fueron realizadas contrariamente al paisaje socioeconómico nacional que cambiaba el foco dinámico del campo para la industria. El foco en Santa Cruz se concentró en la producción agrícola y la metodología direcciono esfuerzos para captar informaciones para comprensión máxima sobre este complejo de acciones por medio de las revisiones bibliográficas en libros y artículos.

3. Resultados y debate

Por todo el periodo colonial, incluyendo el Reino Unido (1500-1822) e imperial (1822-1889) el Brasil tuvo como foco socioeconómico la dinámica sobre campo, exportando y promoviendo la grande propiedad de monocultivo y extensiva. Toda esta dinámica era practicada con apenas algunos cultivos agrícolas como caña de azúcar o café, o ate mismo exploración de minerales preciosos.

La Hacienda de Santa Cruz, localizada en la actual Zona Oeste del municipio del Rio de Janeiro/RJ, acompañó esta dinámica do campo, pero con algunas peculiaridades en suya propiedad siendo desarrolladas. En un primer momento (1500-1759) la grande propiedad pertenencia a la Orden Jesuítica hasta su expulsión por D. José I y el Marqués de Pombal en 1759.

Aunque las grandes propiedades en Brasil tenían el objetivo de producción de un único producto para exportación, la Hacienda de Santa Cruz, a partir de 1822 pasa a ser parte de la Corona brasileña con importancia estratégica política y económica por todos los años del Imperio (hasta 1889 cuando de la Proclamación de la República).

En el período republicano, hasta 1938, la Hacienda de Santa Cruz y toda la región oeste de la entonces Capital Federal, y regiones vecinas, pasarán por un proceso de vaciado e importancia política y económica. Entre 1889 y 1938 la ocupación irregular y bajo interés de las administraciones federales por Santa Cruz ha culminado con diversos problemas socioeconómicos locales chocando con la escena nacional de protagonismo del campo.

Así, 1938 fue un punto de inflexión para Santa Cruz cuando el primero Gobierno Vargas (1930-1945) inició una serie de cambios locales en estructura socioeconómica. Con la visita del antiguo ministro de la agricultura Fernando Costa a la Cooperativa Agrícola de Cotia/SP (CAC) un convite para que los inmigrantes japoneses se trasladen para Río de Janeiro/RJ fue prontamente acepto por ellos.

Con diversas frentes de acciones del Gobierno Federal en curso en Santa Cruz los japoneses empezaron su jornada para el Río. Llegando allá, sin embargo, toda la estructura no estaba lista y fue necesario participar de parte del proceso de reorganización del espacio como la construcción de las casas y estradas para los inmigrantes.

La gestión de tierras de la Hacienda Nacional de Santa Cruz fue conducida por el ministerio de la agricultura, responsable por la administración de la propiedad en toda su extensión, incluyendo las habitaciones de los inmigrantes. Por otro lado, los japoneses empezaron los cultivos secuenciales de varios tipos en el rico solo en microorganismos. El tomate fue el producto con mejores resultados y el escogido para comercialización.

Otros puntos que deben ser levados en consideración se dan con la construcción de canales para tornar habitable las tierras de Santa Cruz que antes eran influenciadas por inundaciones. La regularización de tierras para cultivo permanente y apertura de estradas, construcción de casas y aportes legislativos fueron algunos otros hechos por parte de la administración federal a época.

Aunque la producción de tomates tenga sido bien desarrollada por los japoneses encontraron diversos problemas que deberían ser solucionados en un corto espacio de tiempo. Dentro de los problemas identificados la ausencia de financiamiento y organización en cooperativas, además la comercialización se quedó en la responsabilidad de los inmigrantes sea de forma individual o colectiva.

Uno de los principales puntos de comercialización fue el Mercado de la Plaza XV, en el centro de Río de Janeiro, desde el inicio del plantío bien sucedido en 1938. la comercialización en este espacio contó con la participación de integrantes de la CAC. pero los efectivos de esfuerzos financieros vieron de los propios inmigrantes japoneses para el Río.

Se evidencia ahora que hubo la aplicación de políticas públicas en formato de acciones por parte del Gobierno Federal (1930-1945), pero los japoneses que decidieron venir a Santa Cruz encontraron también Por otro lado dificultades de apoyo y desarrollo de sus actividades económico-sociales.

Otro punto que merece destaque es que la primera asociación nipo-brasileña de río fue creada en Santa Cruz en 1938 para mantener la cohesión y la cultura de los japoneses inmigrados con la esperanza de un día volver a su tierra natal.

Ha que se tratar todavía que después de la década de 1950 hubo una fuerte industrialización de Brasil, y que en los años de la década de 1970, la actividad económica social de Santa Cruz fue fuertemente influenciada con la llegada de las primeras industrias en el recién creado distrito industrial.

4. Conclusiones

Esta tesis tuvo como objetivo analizar la remigración japonesa para el Río de Janeiro, debajo una perspectiva multidimensional de las políticas públicas, implementada en las décadas de 1930 y 1940 y que generó efectos inmediatos y que se extendieron hasta el actual contexto de la coyuntura socioeconómica fluminense. se evidencia que hubo la aplicación de diversas políticas públicas en Santa Cruz incluyendo la llegada de los japoneses.

Todas las acciones del Gobierno federal a época se mantienen activas o fueron mejoradas en los días actuales. En los años que siguieron a la llegada de los primeros japoneses a Santa Cruz, desde 1938 hasta la década de 1950, hubo una consolidación de los inmigrantes y sus descendientes sea social o económicamente hablando.

El cambio de gobiernos en la década de 1930 (con la Revolución de 1930), y la necesidad de regularización de tierras públicas en plena Capital Federal, consolidó la posibilidad de cambios en la estructura de la Hacienda Nacional de Santa Cruz. Cabe destacar que entre 1889 y 1938 pocas acciones tuvieron efectos en la realidad de Santa Cruz.

Las suposiciones fueron confirmadas, pero hubo la necesidad de complemento, pues se evidenció que los japoneses, aunque próximamente localizados a la Capital Federal no tuvieron aportes sociales o financieros después de su llegada a Santa Cruz. Como analizado hubo la aplicación de políticas públicas para el campo en la extremidad oeste de la entonces Capital Federal, y regiones vecinas, pero las acciones se restringieron a obras de infraestructura y la regularización de tierras.

Otro punto que merece destacarse hizo sobre la consolidación de los japoneses en el espacio décadas siguientes a su llegada. la década de 1970 se transformó en punto de inflexión para dar transformación de un espacio predominantemente agrario para el urbano industrial acompañando el escenario nacional de mudanza de foco económico. Con el avance de las industrias en el distrito industrial creado en 1975 y diversos conjuntos habitacionales en la década de 1980 cambiaron la productividad y una permanencia de los japoneses y sus descendientes entonces tierras originales.

Vale evidenciar que, todavía así el espacio rural resiste a las transformaciones desde la década de 1970 hasta la contemporaneidad. Evidencia de eso es la existencia de diversas propiedades rurales en toda el área oeste de la actual capital fluminense y región metropolitana.

Palabras Clave: Mano de obra japonesa. Remigración. Núcleo Colonial Agrícola. Resistencia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados resumidos sobre a Fazenda Nacional de Santa Cruz	5
Quadro 2: Evolução populacional em Itaguaí/RJ e o bairro carioca de Santa Cruz entre 1991 e 2010.	7
Quadro 3: Megaempreendimentos instalados em Santa Cruz e adjacências.	27
Quadro 4: Distribuição espacial e ano de fundação de associações <i>nikkeis</i> na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	29
Quadro 5: Aspectos abordados pelo pesquisador na fase de visitas e observação não participante.....	42
Quadro 6: Métodos e resultados esperados para os objetivos traçados para a pesquisa.	42
Quadro 7: Locais de visitas técnicas realizadas até outubro de 2020.	44
Quadro 8: Quadro-resumo sobre a coleta de dados	44
Quadro 9: Residentes de origem japonesa no Brasil e no estado do Rio de Janeiro (1908-1950).	45
Quadro 10: Resumo das principais ações e políticas realizadas pelo Governo Federal para a ocupação de Santa Cruz	47
Quadro 11: Residentes de origem japonesa no estado do Rio de Janeiro e em Santa Cruz (1938-1950).	47
Quadro 12: Listagem de famílias de origem japonesa da CAC para o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz (continua).....	57
Quadro 13: Censo sobre populações de origem japonesa (e seus descendentes) entre 1940 e 2000 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.	60
Quadro 14: Resumo sobre as principais medidas legislativas tomadas sobre a Fazenda nacional de Santa Cruz e o Núcleo Colonial Agrícola.	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo com os principais temas tratados nesta seção.	4
Figura 2: Principais marcos teóricos dos antecedentes da Era Meiji.	11
Figura 3: Principais marcos teóricos da imigração japonesa para a América Latina.	15
Figura 4: Principais marcos teóricos da imigração japonesa para o Brasil e o Rio de Janeiro.	19
Figura 5: Os setores em uma democracia deliberativa.	32
Figura 6: Região de Santa Cruz antes das obras de saneamento.	46
Figura 7: Nacionalidades e raças dos colonos do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. .	50
Figura 8: Valão do Fernando, em Santa Cruz.	54
Figura 9: Mapa que delimita a área da Fazenda Nacional de Santa Cruz em relação a municípios do Estado do Rio de Janeiro incluindo o antigo Estado da Guanabara.	56
Figura 10: Recém-instalada Escola Nacional de Agronomia.	62
Figura 11: Principais instituições de Estado rurais próximas ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.	63
Figura 12: Rede hidrográfica de Santa Cruz.	65
Figura 13: Abrangência da malária no Distrito Federal em 1938.	66
Figura 14: Campos de arroz, em 1943, no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.	69
Figura 15: Um campo de produção de tomates em Santa Cruz.	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção exportada do Núcleo Colonial de Santa Cruz em 1941 (continua).	70
Tabela 2: Produção do Núcleo Colonial de Santa Cruz em março de 1942 (continua).	71
Tabela 3: Produção do Núcleo Colonial de Santa Cruz em janeiro de 1943.....	72
Tabela 4: Evolução da produção total do Núcleo Colonial de Santa Cruz em Cr\$ entre 03/1942 e 03/1943.	73

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

FNSC	Fazenda Nacional de Santa Cruz
MIJRJ	Museu de Imigração Japonesa do Rio de Janeiro
NIKKEI RJ	Associação Nikkei do Rio de Janeiro
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CRFB/88	Constituição da República de 1988
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia/SP
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
CEPAL	Econômica para América Latina e Caribe
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro
CADF	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CMBEE	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 MARCO TEÓRICO E ANTECEDENTES.	4
2.1 Antecedentes Históricos: a Era Meiji (1868-1912)	11
2.2 A Imigração Japonesa para a América Latina	15
2.3 A Imigração Japonesa ao Brasil e para o Rio de Janeiro.....	18
2.4 Uma Visão sobre os Fundamentos Conceituais Acerca da Remigração Japonesa ao Rio de Janeiro.....	20
2.4.1 Crescimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento	20
2.4.2 Territorialidade	24
2.4.3 A participação social e o desenvolvimento local.....	30
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 Estudos e Instrumentos Utilizados	41
3.2 Métodos Utilizados e Coleta de Dados.....	42
3.3 Tratamento dos Dados	45
3.4 Limitações do Método	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
4.1 A Instalação Japonesa em Santa Cruz: Causas e Motivos para a Chegada e Consolidação no Local	49
4.1.1 As transformações socioeconômicas de Santa Cruz até as décadas de 1930 e 1940	51
4.1.2 As condições locais para instalação e plantio em Santa Cruz	53
4.2 O Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz: Uma Política Pública no Velho Oeste Carioca	55
4.2.1 Medidas práticas tomadas para a habitação em Santa Cruz e transformações realizadas após a década de 1970	61
4.2.2 A resistências das atividades agrícolas no Velho Oeste Carioca.....	67
5 CONCLUSÕES.....	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
8 ANEXOS.....	92

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1930, a Zona Oeste do Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, iniciou um processo de ocupação e regularização fundiária, liderado pelo Governo Federal, durante a administração de Getúlio Vargas em seu primeiro período no poder (1930-1945).

A Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC), no bairro de mesmo nome, foi um dos objetos de modernização e transformação do espaço da região. Durante o governo varguista, esse bem público estava sob a responsabilidade direta da União Federal, mas em conflito com três ministérios: o da Guerra, o do Interior e o da Fazenda, uma vez que todos possuíam representações e interesses na área geográfica de sua abrangência (MANSUR, 2008; MAPA, 2021).

Entre a Proclamação da República e a primeira metade da década de 1930, a área da FNSC passou por um rápido processo de desorganização e degradação, uma vez que o Governo Federal não manteve o interesse da administração da Fazenda (MANSUR, 2008; COSTA, 2010; MAPA, 2021). A partir disso, abandono pelo qual passou a FNSC acabou por estimular a preocupação da Administração Federal em regularizar e ocupar o espaço do bem no sentido produtivo e social. Na mesma época, Vargas optou por direcionar uma política pública de utilização da mão de obra migrante, incluindo os de origem japonesa, para produzir gêneros alimentícios e reerguer o estabelecimento de ocupantes da área da fazenda (MANSUR, 2008; COSTA, 2010; MAPA, 2021).

Tendo o país como principal destino na década de 1930, a mão de obra japonesa optou, inicialmente, por se estabelecer no estado de São Paulo. Foi de lá, a partir de estrangeiros previamente chegados em solo paulista, que o Governo Federal decidiu deslocar as primeiras famílias de Santa Cruz, a partir dos municípios de Mogi das Cruzes/SP e Cotia/SP, para a Zona Oeste da Capital Federal¹ (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

A opção pela mão de obra japonesa não se deu ao acaso. O início da história da migração *nikkei*² para o continente americano teve por base o amplo fluxo migratório de pessoas vindas do Império japonês. Isso ocorreu devido à necessidade de absorção de conhecimento técnico no setor agrário, aos processos de urbanização, à crescente industrialização, às desigualdades sociais e à diversificação econômica interna do Japão, que direcionaram japoneses ao Brasil e demais países latino-americanos (OLIVEIRA, 2003; FURTADO, 2005; PAGANELLI, 2008; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; CARNEIRO, HIRANO, 2014; CARLOS NETO; SAVEDRA, 2015).

México³ e Peru⁴ foram outras duas nações que experimentaram a chegada de imigrantes japoneses com o intuito de cultivar gêneros agrários para abastecer as economias locais e “branquear” a população de maioria indígena, em um processo de miscigenação que marcaria o período. Apesar disso, é válido mencionar que o primeiro país citado fracassou nas tentativas

¹ Também houve atração de imigrantes japoneses a partir do município de Tomé-Açu, no estado do Pará, região Norte do Brasil (INOUE, 2014).

² A designação *Nikkei* é direcionada a japoneses que moram em países estrangeiros e/ou seus descendentes (MOFA, 2021).

³ Primeira onda imigratória em 1897.

⁴ Primeira onda imigratória em 1899.

de manter as comunidades orientais em seu território⁵, pois o governo local não deu suporte ao projeto. Além disso, nem o clima, nem as terras se mostraram favoráveis ao cultivo.

Ainda que não tenha dado certo, o estabelecimento das comunidades japonesas em solo peruano, principalmente, acabou por gerar interesse pelo Brasil, tanto dos migrantes como do Governo Federal, este no intuito de modernizar a agricultura, fomentar a economia, dentre outros aspectos que são tratados neste trabalho (YOSHIOKA, 2013). Esse fluxo migratório ao Peru e países latino-americanos estabeleceu bases para o processo que se aprimoraria nos anos seguintes, sendo importante para a compreensão do fluxo que aqui será tratado.

Nesse sentido, cabe mencionar, ainda, que as décadas entre 1920 e 1950 foram o marco de transformação cultural no Brasil sobre os imigrantes japoneses, incluindo o período de conflito armado da Segunda Grande Guerra⁶. Isso se justifica pelo grande fluxo migratório para o Brasil vindo do Japão, por incentivos governamentais de ambos os países para o envio de mão de obra, por promessas de melhor qualidade de vida, dentre outros fatores (PAGANELLI, 2008; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; CARNEIRO, HIRANO, 2014; CARLOS NETO; SAVEDRA, 2015), e haja vista que a própria Guerra afugentava muitas dessas pessoas, acostumadas a um cenário diferente, com proporções menores de conflito.

Com a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil, no Rio de Janeiro/RJ, mais especificamente na região de Santa Cruz, o Governo Federal, a partir de 1938, realizou uma série de intervenções locais. Elas ocorreram sobre diversos aspectos, dentre os quais podemos citar a infraestrutura, a regularização fundiária, a criação de normas jurídicas, a utilização produtiva da terra, dentre outros pontos. Essas diversas frentes de intervenção em Santa Cruz foram caracterizadas por dimensões múltiplas⁷, cujos objetivos incluíam o desejo de tornar o espaço habitável e com intentos rurais e agrários, resgatando o uso regular do solo, ação que não era realizada desde que a Fazenda Nacional de Santa Cruz se tornou propriedade da União Federal, em 1889 (PAGANELLI, 2008; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; SACHS, 2008).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a (re)migração japonesa para o Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva multidimensional das políticas públicas, e como parte integrante delas, implementada nas décadas de 1930 e 1940 e que se estenderam até o atual contexto na conjuntura socioeconômica fluminense. Como objetivos específicos, os seguintes: (a) contextualizar os antecedentes e a chegada da mão de obra migrante japonesa ao Brasil e, mais especificamente, ao Rio de Janeiro, desde as suas origens no país asiático até sua instalação na Zona Oeste da então Capital Federal; (b) apresentar as tomadas de decisões do Governo Federal (1930-1945) a respeito da atração de imigrantes japoneses para o Rio de Janeiro e respectivas políticas públicas adotadas para a ocupação em Santa Cruz; e (c) expor o processo de esvaziamento da política pública de produção agrícola de Santa Cruz, principalmente a partir da década de 1970, bem como a mudança da conjuntura econômica nacional que impactou no cenário socioeconômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A metodologia do trabalho tem como base pesquisa qualitativa desenvolvida ao longo da construção desta tese, bem como a projeção de suas diversas seções, as quais se articulam

⁵Os japoneses se instalaram na região sul do México (Chiapas) para trabalhar em lavouras diversas, principalmente café e, após, já na primeira década de 1900, a mão de obra foi destinada à construção civil e setor terciário nos estados de centro e norte do país.

⁶ Ressalte-se que, na década de 1930 e primeira metade da década de 1940, a imigração japonesa foi suspensa pelo alinhamento do Brasil com os Aliados. Nesse período os japoneses presentes no país sofreram uma série de limitações em suas liberdades civis, sobretudo onde estava a maior parte dos imigrantes: São Paulo e Paraná (TAKEUCHI, 2010; YOSHIOKA, 2013).

⁷ Daí utilizou-se o termo multidimensional fazendo uma referência ao termo trazido por Sachs (2008). Uma política pública multidimensional que abordou diversas dimensões ou frentes de ação.

para apresentar os encaminhamentos apontados pelos resultados. Como referencial teórico, foram utilizadas revisão bibliográfica e documental em torno do tema da migração japonesa para a América Latina, sobretudo o Brasil. A pesquisa revelou obras em torno do tema da travessia para o Rio de Janeiro, a maioria delas inspirada nos cem anos da imigração para o país, completados em 2008. Além dessas, outras produções trabalharam na atualização de dados estatísticos e históricos de livros e artigos, também relevantes para a pesquisa.

Para complementar a metodologia, foram realizados trabalhos de campo através de visitas ao Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, no Museu da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro (MIJRJ), na Associação Nikkei do Rio de Janeiro (NIKKEI RJ) e outras na comunidade japonesa da região de Santa Cruz/RJ. O trabalho metodológico é detalhado no capítulo 3, na qual é possível notar a relevância desses lugares enquanto espaços de preservação da memória e da história.

A tese se divide em quatro partes: esta introdução, três outros capítulos e, por fim, as conclusões e considerações finais. O Capítulo dois faz referência ao marco teórico e antecedentes, a uma reprodução histórica do fluxo migratório japonês desde seus antecedentes no Japão imperial da Era Meiji, passando por sua empreitada na América Latina até a chegada ao Brasil. Este capítulo mostra, também, o referencial teórico no qual se baseou o trabalho quando do desenvolvimento das discussões em torno da migração, instalação, desenvolvimento das atividades e posterior permanência da mão de obra japonesa em Santa Cruz. Nesse capítulo há abordagens sobre alguns conceitos importantes para o desenvolvimento da tese, tais como crescimento, desenvolvimento, território e outros. A contextualização visa elucidar detalhes a respeito da instalação da mão de obra japonesa em Santa Cruz, bem como das mudanças socioeconômicas ao redor da colônia agrícola a partir desse movimento, tópico bastante relevante para nossos objetivos específicos.

O terceiro capítulo, por sua vez, detalha os aspectos metodológicos, em que se destaca a utilização de diversos documentos e obras bibliográficas, bem como visitas técnicas e entrevistas com pessoas de interesse para o trabalho. Outro aspecto foi a imersão social através de observação não-interventiva na realidade local, visto que o autor da tese reside próximo ao seu objeto de pesquisa, o que se mostrou produtivo para a exploração do tema.

O capítulo quatro aborda a dinâmica estabelecida entre o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz e os empreendimentos do Governo Federal (1930-1945) para tornar habitável o local para as atividades econômicas rurais e industriais. Dentre os cenários que se destacam após a implementação da colônia agrícola, ressalta-se a década de 1970, quando da instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz, além dos anos posteriores, quando do avanço urbano em torno de áreas antes rurais, o que transformou o espaço de maneira significativa.

O capítulo cinco contém as conclusões, com uma análise crítica sobre a instalação da mão de obra japonesa em Santa Cruz, mas também sobre as modificações territoriais ocorridas nas décadas seguintes, bem como na contemporaneidade, e aspectos remanescentes do passado agrário e sua persistência com um avanço urbano na atual capital fluminense. Essa comparação, além de ponto fulcral da tese, demonstra a relevância das intercorrências do tempo e o desempenho de fatores múltiplos em nosso local de pesquisa. Este trabalho se encerra, então, com a apresentação das considerações finais ao término desse quinto capítulo, após o qual se encontram as referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento da tese e anexos com informações pertinentes à análise do tema.

2 MARCO TEÓRICO E ANTECEDENTES

A Revolução de 1930 fez germinar mudanças profundas na sociedade brasileira, além da cultura e da economia. Alguns exemplos podem ser destacados, como as alterações na estrutura jurídica nacional – vide as Constituições da República de 1934 e 1937 –, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, enquanto na economia existiu a implementação do modelo de substituição de importações e a criação e fortalecimento do parque industrial, bem como o revigoro do setor agrário, que adotou uma série de políticas para financiar as transformações que o Estado planejou no início do citado período (CPDOC, 2015; FONSECA, 2003).

Parte integrante do cenário nacional, o Rio de Janeiro passou por uma série de metamorfoses em sua estrutura multidimensional⁸ (SACHS, 2008), como se nota nas inúmeras obras e na reestruturação de determinadas dinâmicas aqui estabelecidas. Como então sede da Capital da República, a região do Distrito Federal experimentou também as diversas decisões tomadas pelo governo central como forma de desenvolver a economia, dando início a fluxos bastante produtivos e a relações de suma relevância, e que por isso receberão destaque ao longo dos próximos capítulos.

Para garantir um abastecimento regular de gêneros agrícolas, bem como regularizar a exploração das terras nos locais mais longínquos do centro da Capital, a Era Vargas iniciou seus trabalhos na Zona Oeste do Rio com a adoção de uma série de medidas voltadas ao setor agrário (SENADO FEDERAL 1930; CÂMARA FEDERAL, 1932; PLANALTO, 1938; SEMADS, 2001; MARTINS et al., 2008).

A figura 1 faz um recorte temporal a respeito do período tratado nesta primeira parte do capítulo 2, para melhor visualização dos marcos tratados neste recorte da tese:

1889	1930	1938/1939	1960	Década de 1970	Década de 1980 - atualidade
Estabelecimento da Fazenda Nacional de Santa Cruz pelo recém-criado Governo Federal	Revolução de 1930	Chegada das primeiras famílias japonesas à Santa Cruz e início da regularização fundiária	Mudança da Capital Federal para Brasília/DF	Crise do Petróleo de 1974	Crescimento populacional de Santa Cruz e adjacências e fortalecimento do caráter periférico da região

Figura 1: Linha do tempo com os principais temas tratados nesta seção.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como já explicitado, o abastecimento era um tema fundamental naquele período. A respeito disso, Martins et al. (2008, p. 169), sobre o esquema desabastecimento na então Capital Federal, menciona Santa Cruz e afirma que o bairro tinha como vocação econômica principal:

[...] o fornecimento de gêneros alimentícios, cujo transporte era feito por um canal que ligava a área produtora à cidade do Rio de Janeiro.
Nas primeiras décadas republicanas, o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, desenvolveu um projeto para melhorar o abastecimento da Capital Federal.

⁸ O conceito de multidimensionalidade diz respeito às mais diversas dimensões que o desenvolvimento, local, neste caso, segue para se configurar como tal. As dimensões definidas por Sachs (2008) são: econômica, social, política, ambiental e tecno-científica.

Dentre algumas das medidas iniciais adotadas, destacou-se a atração de mão de obra com grau de conhecimento para lidar com plantios, manutenção da área plantada e comercialização de gêneros agrícolas.

No final do século XIX para o início do XX os fluxos migratórios se consolidavam e o continente americano era destino de muitas pessoas que desejavam encontrar novas oportunidades de trabalho e vida. No Brasil, mais especificamente após 1888 (ano da abolição da escravidão e após longas décadas de implementação de políticas pelo fim da escravidão), mão de obra no campo tornou-se a principal necessidade para fomentar as atividades do campo, sobretudo a produção de café que foi foco econômico na primeira metade do século passado.

Para tanto, o governo central adotou uma política de (re)migração de mão de obra japonesa do Estado de São Paulo para o Rio de Janeiro, fundando o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz (ou Colônia Agrícola de Santa Cruz), dentro dos limites da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com sede no bairro de mesmo nome (MARTINS et al. 2010; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; MACHADO, 2014).

A Fazenda Santa Cruz surgiu em 1567, como parte das terras de missões jesuíticas ao Brasil, então colônia da metrópole portuguesa. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, no reinado de D. José I e tendo como Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho, a propriedade sobre Santa Cruz passou ao erário da Coroa portuguesa. Após a independência do Brasil (1822) todas as posses em nome do governo português passaram a integrar o erário Real brasileiro até 1889. Com a Proclamação da República (1889), a Fazenda Santa Cruz teve sua denominação final como parte das propriedades absorvidas pelo governo federal, passando a se chamar Fazenda Nacional de Santa Cruz (FGV, 2016; INCRA, 2013; PLANALTO, 1938; MANSUR, 2008; SENADO FEDERAL, 1930; SENADO FEDERAL, 1934).

Como um dos fatores centrais para esta tese, a Fazenda Nacional de Santa Cruz possui alguns dados a serem apresentados para expor as dimensões e alcance da propriedade perante o atual mapa geográfico de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro. Abaixo, no Quadro 1, seguem alguns desses elementos.

Quadro 1: Dados resumidos sobre a Fazenda Nacional de Santa Cruz.

1	Área total	83.000 hectares
2	Abrangência atual	Rio de Janeiro (Capital), Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Volta Redonda, Piraí e Rio Claro.
3	População total na área da propriedade (estimativa de 2017)	800 mil
4	Sesmaria criada em	6 de janeiro de 1567
5	Primeiro proprietário	Cristóvão Monteiro
6	Proprietário atual	Governo Federal – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
7	Tipo	Propriedade pública - União Federal

Fonte: ARQUIVO NACIONAL, 2017.

A mão de obra japonesa foi a escolhida para ocupar os vastos espaços vazios da Zona Oeste carioca devido à sua experiência histórica no campo – mesmo que nem todos os trabalhadores a tivessem em um primeiro momento, como vale ressaltar). Além disso, menciona-se ainda a dedicação e o intuito de assegurar o abastecimento da Capital Federal por parte do Estado. Assim, uma medida de reavivamento do setor agrário foi posta em prática para

garantir o melhor funcionamento do Rio de Janeiro e uma maior diversificação da produção local setorial (COMISSÃO EXECUTIVA 2008; MACHADO, 2014), agrupando anseios vários em torno de uma mesma proposta: a de ocupar aquela área e fazer germinar, ali, um projeto de abastecimento pensado para o novo Brasil que se iniciava.

Sobre o período em questão o Decreto-lei 893/38, o qual tratou da ocupação espacial na Fazenda Nacional de Santa Cruz e regiões adjacentes, a preocupação sobre irregularidades nas posses, invasões e tomada de terras no Velho Oeste Carioca⁹ preocupou o Governo Federal, que determinou o imediato levantamento e regularização das famílias que ocupavam a área, servindo como um dos precursores das mudanças que logo viriam. Além disso, o processo também garantiu que fossem inseridos os japoneses da Colônia Agrícola de Santa Cruz em tais ações de ocupação regular (CÂMARA FEDERAL, 1932; PLANALTO, 1938; MANSUR, 2008), promovendo uma política de inclusão que não ocorreu em outros países, como já mencionado, mas que aqui, no Brasil, foi determinante para o sucesso da prática.

Com o passar das décadas, a estrutura produtiva na região em que a mão de obra japonesa remigrada se instalou foi pouco modificada. Assim, as políticas de fortalecimento do setor agrário se mantiveram até a transferência da Capital Federal para Brasília. Neste momento foi fundado no lugar do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro, o Estado da Guanabara, que perdurou no período de 1960 a 1975 (CARNEIRO, HIRANO, 2014; MULTIRIO, 2016).

As políticas adotadas pelo Estado da Guanabara para desenvolvimento do setor econômico local passaram para o estágio industrial, aproveitando a conjuntura nacional de crescimento econômico proporcionado pela estabilidade pós-1964 e em meio ao Milagre Econômico (1968-1974). A respeito do período de chegada e consolidação dos imigrantes japoneses ao Rio de Janeiro (década de 1930 em diante), vale ressaltar que, até a década de 1970, tratou-se de um grande momento de crescimento econômico para o país, o que nos ajuda a compreender a importância desse desenvolvimento em meio a um período decisivo para a história brasileira.

Assim, o governo da Guanabara – através da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) – decidiu pela criação do Distrito Industrial de Santa Cruz, próximo aos limites do município de Itaguaí/RJ, mas em área predominantemente rural. Esse local concentrador de indústrias também colheu frutos de tal decisão, com a construção do Porto de Itaguaí e a abertura da Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte (BR-101 Sul), mais conhecida como Rio-Santos. Em seguida, o surgimento do porto e da rodovia se deu para complementar esses megaempreendimentos industriais e de infraestrutura de aporte à zona industrial próxima ao Núcleo Colonial Agrícola original (MANSUR, 2008; VILLELA et al., 2014; CODIN, 2015).

Com a instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz (DI), em 1975, o processo de urbanização do bairro carioca de Santa Cruz e adjacências se acelerou, tendo ainda o aporte da Companhia Estadual de Habitação, com a construção de diversas moradias populares no local (VIEIRA, 2011). Tais fatores acabaram por prejudicar parte da coesão que a comunidade japonesa rural mantinha desde 1938 (O GLOBO, 2012). Como exemplo, a população de Itaguaí/RJ, que em 1991 era de 62.372, saltou para 133.019 habitantes, com estimativas de 2019 (IBGE, 2020). Em Santa Cruz, a população era 172.798 em 1991 e foi para 217.333 em 2010. A instalação do DI em Santa Cruz foi na contramão do que previa o Governo Federal nas décadas de 1930 e 1940, para que ali predominasse uma produção agrícola com base na regularização rural e na manutenção de atividades produtivas ligadas ao setor, revertendo a ruralização e entregando o bairro a um expressivo processo urbano.

⁹ Expressão utilizada para se referir às regiões mais distantes do centro da então capital do Brasil. Tais regiões englobavam, por exemplo, grande parte da atual Zona Oeste da Capital fluminense e áreas da Região Metropolitana, como os municípios de Itaguaí, Seropédica e Nova Iguaçu (MANSUR, 2008).

Disposto a seguir, o Quadro 2 mostra a evolução populacional dos dois locais supracitados entre as décadas de 1990 e 2010, período em que a região recebeu vultosos investimentos empresariais e de infraestrutura, potencializando a característica urbana:

Quadro 2: Evolução populacional em Itaguaí/RJ e o bairro carioca de Santa Cruz entre 1991 e 2010.

Ano/Local	Itaguaí/RJ	Santa Cruz (bairro do Rio de Janeiro/RJ)
1991	62.372	172.198
2000	82.003	191.836
2010	109.091 (est. 2019 - 133.019)	217.333

Fonte: ARMAZÉM DE DADOS, 2016; IBGE, 2016.

O direcionamento dos esforços estatais para o crescimento industrial e – por via de consequência – urbano levou a mão de obra japonesa para os núcleos citadinos de Santa Cruz e Itaguaí, por exemplo. O fluxo migratório em direção à cidade acabou por inserir os japoneses e seus descendentes nos demais setores fortalecidos da economia local, tais quais o comércio e a indústria (MACHADO, 2014).

Outro direcionamento que a comunidade japonesa tomou foi a fuga do Rio de Janeiro seguida da migração para o interior do estado ou para São Paulo, ou ainda o retorno ao Japão, fortificando um esvaziamento da comunidade japonesa local a partir da segunda metade da década de 1970. Mesmo assim as associações culturais e setoriais japonesas sobreviveram ao tempo e aos impactos socioeconômicos surgidos pela opção da indústria como forma de desenvolvimento (PAGANELLI, 2008; CARLOS NETO; SAVEDRA, 2015), revelando a resiliência dessa cultura frente às sucessivas transformações aqui desempenhadas.

Como forma de busca pelo fortalecimento da sociedade diante das transformações surgidas do crescimento econômico, o controle social¹⁰ se mostrou um importante instrumento a favor de coesão, diálogo, acompanhamento, probidade e participação da população nos processos de amadurecimento da democracia. Seguindo essa linha, questiona-se quanto à comunidade japonesa fluminense em que medida se valeu de tal instrumental do controle social a favor de suas demandas, em meio à presença de megaempreendimentos industriais localizados entre Santa Cruz e Itaguaí, a partir, principalmente, da segunda metade da década de 1970 (SANTANA, GUEDES, VILLELA, 2011; IKEDA JÚNIOR, 2017).

Ressalte-se que o incremento na participação da sociedade sobre as ações do Estado tomou fôlego a partir da abertura dos canais de diálogo por meio das discussões em torno da gestão social e do controle social, sobretudo aqueles surgidos a partir de organizações do terceiro setor com a promulgação da Constituição da República de 1988 (CRFB/88). Segundo ela, todo poder emana do povo e é a partir dele que o acompanhamento e a fiscalização, dentre outros aspectos das políticas públicas destinadas ao local, terão suas raízes (RODRIGUES, 2010; CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2010).

¹⁰ Segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30), controle social é definido como um “[...] ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo”.

O cenário da presença japonesa e nipo-brasileira deixou marcas na sociedade fluminense. A criação das associações rurais e culturais locais, por exemplo, tinha o objetivo de manter as comunidades japonesas coesas e a cultura nipônica fortalecida e viva em meio à sociedade brasileira, assim como uma inserção recíproca de brasileiros e japoneses nos conhecimentos e costumes de cada um (MARTINS et al. 2010; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

Importante destacar, ainda, que o controle social, instrumento esse que as comunidades japonesas, mobilizadas e interessadas em representar seus interesses, possui em sua essência preceitos que giram em torno de “...fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo” (SIRAQUE, 2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30). Complementando o controle social a Gestão social, apresenta-se de forma cirúrgica, pautada sua existência no ambiente democrático e que parta não do Estado ou das instituições de mercado, mas da sociedade e é:

[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO et al., 2013, p. 17).

Os movimentos populares, a Constituição da República de 1988 e a institucionalização e fortalecimento da participação social resultaram na possibilidade de emergência da voz popular nas decisões do Estado, tanto na fase de elaboração como nas políticas e legislações já em aplicação. Apesar de tais avanços identificados, deve-se considerar que a participação direta ainda enfrenta diversos pontos de dificuldade por parte da sociedade civil (PEDRINI, ADAMS e SILVA, 2007). A comunidade japonesa no Rio de Janeiro, assim como a sociedade em geral, passa pelas dificuldades de representação ou de terem suas demandas ouvidas e atendidas. O avanço do tecido urbano, a ausência de políticas que fortalecessem o setor agrário local e a inserção dos descendentes na cultura e história fluminense são alguns dos diversos aspectos a serem abordados nesta tese.

As políticas agrárias da Era Vargas foram abandonadas principalmente a partir das décadas de 1960-1970, período marcado pelo desenvolvimento, no Brasil, de uma nova forma de governo. Apesar disso, cabe mencionar que as comunidades japonesas resistiram e se adaptaram, a despeito das intempéries socioeconômicas que assolaram sua coesão. Ainda assim, houve retorno para o Japão¹¹ de parte da mão de obra que havia saído do Rio de Janeiro. A questão colocada em voga diz respeito às perspectivas que os migrantes remanescentes e seus descendentes possuem em relação ao avanço da mancha urbana e ao crescimento econômico local, bem como sobre a crise experimentada pelo Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos e como tais fatores apresentados impactam na coesão japonesa nos processos de crescimento e desenvolvimento local.

Coesão, cultura e inserção são características que as mais diversas associações culturais e setoriais da comunidade japonesa têm mantido em meio às transformações multidimensionais que circunvizinham as tradições *nikkeis* no Rio de Janeiro. Há resistências de famílias que mantiveram a prática rural em Santa Cruz, objeto deste trabalho, além de Itaguaí/RJ e Nova Iguaçu/RJ, por exemplo, e outras que conservam os costumes e hábitos dos povos originários

¹¹ Principalmente na década de 1980 em todo o Brasil. Esse fenômeno é conhecido como *dekassegui*.

do Japão, como é o caso de sociedades japonesas nas regiões Serrana, dos Lagos e Metropolitana (PAGANELLI, 2008; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; O GLOBO, 2012).

Nesse âmbito, a multidimensionalidade, como proposta por Sachs (2008, p. 13-14), expõe os pilares do desenvolvimento sustentável, os quais são a base para demonstrar as diversas dimensões as quais devem ser percorridas para alçar teor econômico para além do mero crescimento sendo que “O desenvolvimento trás consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. [...] O desenvolvimento exige [...] um equilíbrio de sintonia fina entre cinco diferentes dimensões.”

Perico (2009, p. 57), por sua vez, apresenta, sob a perspectiva do território, as diversas dimensões existentes por um olhar do desenvolvimento local, fatores que aqui serão cruciais para que possamos entender o funcionamento das dinâmicas no território estudado, bem como de que maneira esses escopos influenciaram no assentamento dos imigrantes na região. Para o autor:

A dimensão econômica abrange as capacidades de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e renda, além de fortalecer as cadeias produtivas e de integrar redes de produtores. A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social obtida com a participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo, por referência, a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade frente à possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações. A dimensão político-institucional envolve os aspectos de construção ou renovação de instituições que permitem chegar às estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão. Já a dimensão ambiental se refere ao meio ambiente (ativo do desenvolvimento) e se apoia no princípio da sustentabilidade, com ênfase na ideia da gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a garantir a disponibilidade desses recursos às gerações futuras.

Sobre essas dimensões, em tempos mais recentes, entre as décadas de 1990 e 2010, as prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo a Capital, colocaram em pauta seus respectivos poderes (Legislativo e Executivo), além de judicializarem a questão com demandas originadas na sociedade civil ao tentar uniformizar o território com o pagamento de um único imposto em regiões antes consideradas rurais (NOVA IGUAÇU, 1997; SMU, 2011).

É papel do Estado absorver para o cotidiano da sociedade a abordagem sobre os diversos temas, as diversas dimensões. A diversidade das áreas urbanas e rurais expressam essas multidimensões e não seria diferente em Santa Cruz com a migração japonesa para o local que possuía diversas questões a serem resolvidas pela administração pública na ocupação do espaço. Assim ocorreram as obras de infraestrutura e regularização de terras, além do fomento à produção agrícola local sob os espectros da diversificação das culturas e garantia do abastecimento da então Capital Federal.

Os planos diretores e mapeamentos feitos para esses mesmos documentos, apesar de identificarem áreas de cultivos e produção agrária no Rio de Janeiro e municipalidades circunvizinhas, foram inviabilizados à medida que as prefeituras quiseram captar recursos através do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) mais caro e prejudicial ao trabalhador rural (NOVA IGUAÇU, 1997; SMU, 2011).

Tal medida foi muito discutida em âmbito Legislativo e na sociedade civil, e seria prejudicial aos agricultores, sobretudo à comunidade japonesa remanescente na Zona Oeste carioca, cuja renda dependia do uso do solo no formato de agricultura familiar. O poder público

de Nova Iguaçu, em 1997¹², ganhou notoriedade no assunto ao tentar declarar 100% de sua área municipal urbana na referida década, mas tal medida foi revertida, de modo que hoje tanto o IPTU como o Imposto Territorial Rural (ITR) ainda estão em vigor, dependendo da destinação e localização dada ao imóvel, conforme previsto no plano diretor de 2008 (NOVA IGUAÇU, 1997).

Em meio a diversas políticas de Estado adotadas pelos muitos governos, nas várias esferas de poder, a comunidade japonesa fluminense vivenciou momentos de protagonismo até que o ostracismo tomou conta nas décadas de 1960 e seguintes. O fortalecimento e a manutenção da cultura nipo-brasileira, porém, se fez presente nas diversas associações culturais e setoriais pelo Rio de Janeiro (MARTINS et al., 2010; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008, pp. 293-334; CARNEIRO, HIRANO, 2014; CARLOS NETO; SAVEDRA, 2015).

As políticas do Governo Federal para com a (re)migração japonesa para o Rio de Janeiro perduraram enquanto a Capital permanecia, até o final da década de 1950, com a regularização da ocupação de terras da Fazenda Santa Cruz e fortalecimento da agricultura familiar no âmbito deste mesmo espaço público¹³. A importância adquirida pela comunidade japonesa se vislumbrou na segurança para abastecimento da metrópole da República e ocupação regular do solo nos espaços mais longínquos da administração da União (CÂMARA FEDERAL, 1932; CAVALCANTI, 2003; FGV, 2016).

Adentrando no período de transferência da Capital Federal para Brasília (1960) até o período pós-1964 (Regime Militar), as prioridades da União passaram a ser o robustecimento do modelo de substituição de importações com posterior suplantação deste, bem como o avanço da fronteira agrícola para o interior do país e atenção a regiões menos favorecidas em políticas públicas e desenvolvimento, como Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Nesse período, o Brasil vivencia o chamado Milagre Econômico (1968-1973), que foi caracterizado pelo crescimento a altas taxas e inflação reduzida.

As políticas públicas adotadas para o período da década de 1960 e para os anos seguintes passaram a ser caracterizadas pela industrialização como forma de desenvolvimento¹⁴. Assim, por meio de decisão do Estado da Guanabara (1960-1975), surgiu o Distrito Industrial de Santa Cruz (1973) e, paralelamente, o Porto de Itaguaí e rodovias de escoamento e acessibilidade ao polo fabril. As prioridades mudaram e o setor agrário suburbano passou por profundos impactos do avanço da mancha urbana (VILLELA, 2014; CODIN, 2015).

As criações de diversas habitações populares nas décadas de 1970 a 1990, além do crescimento do Distrito Industrial entre 1980 e 2010, acabaram por levar a um *boom* populacional na região. As famílias de migrantes remanescentes e *nikkeis* se refugiaram em outras áreas do estado, do país e no próprio Japão, mas células de resistência das antigas comunidades japonesas permaneceram nos idos dos anos da década de 2010 (VIEIRA, 2011; CARNEIRO, HIRANO, 2014).

As perspectivas de crescimento industrial e urbano do Rio de Janeiro ainda são uma ameaça ao estilo de vida, cultura e costumes que os japoneses do campo do Rio de Janeiro ainda enfrentam. Bem como para aqueles que já se integraram ao tecido urbano. Para tanto, a manutenção da coesão para sobrevivência da cultura entre os pares da comunidade japonesa

¹² Segundo o artigo 8º, da Lei complementar 008/97, todo o território municipal de Nova Iguaçu foi declarado urbano (NOVA IGUAÇU, 1997).

¹³ A Fazenda Santa Cruz é responsabilidade do Governo Federal, fazendo parte do erário público junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013).

¹⁴ Desenvolvimento, nesta abordagem, tem seu conceito mais amplo abordado por Sachs (2008) e Perico (2009) tomando forma de contraposição ao crescimento econômico no sentido significar apenas uma reprodução do capital, crescimento do produto interno e das riquezas nacionais ou em outros patamares administrativos, como os globais, regionais e locais.

faz-se importante ferramenta na ausência, ou presença ineficaz, de políticas públicas sobre o setor agrário fluminense na região em destaque (município de Itaguaí/RJ e bairro carioca de Santa Cruz – Zona Oeste do Rio de Janeiro).

2.1 Antecedentes Históricos: a Era Meiji (1868-1912)

Este subcapítulo tem por objetivo apresentar as tomadas de decisões do Governo Federal (1930-1945) sobre a atração de imigrantes japoneses para o Rio de Janeiro e respectivas políticas públicas adotadas para a ocupação em Santa Cruz, na Zona Oeste da então Capital Federal.

Até o início da segunda metade do século XIX, o Japão se configurava como um país feudal em que predominavam relações do chamado xogunato. O xogunato, de forma genérica, nada mais era que a descentralização de poder no qual um senhor, líder local, era o responsável por questões políticas, decisões econômicas e até mesmo sociais (HARADA, 2013).

A interferência do xogunato no dia a dia do Japão acabava por enfraquecer o poder centralizador do Imperador. Mas tal cenário não extinguiu a monarquia japonesa, e sim fortaleceu figurativamente o imperador, uma vez que sentimentos como honra, valores e lealdade acabavam por se sobrepor ao próprio poder do senhor feudal japonês para com o Império (TAKEUCHI, 2010; YOSHIOKA, 2013).

Por outro lado, paralelamente ao perfil feudal do Japão até 1868, a figura do Imperador japonês se concentrava meramente em tarefas de rigores religioso e cerimonial. Isso quer dizer que o monarca japonês funcionava como um guia de regras sociais, aconselhamento e, em última instância, como um coordenador para as demandas dos diversos xogunatos (LEÃO, 1990; CARNEIRO, HIRANO, 2010).

A Figura 2 mostra os principais marcos teóricos desta subseção 2.1, cujo intuito é o de expor melhor as abordagens temporais e históricas:

Pré-Era Tokugawa (Edo)	1603-1868	1868-1912	Décadas de 1880 e 1890	1905
Estabelecimento de comércio exterior e abertura de portos.	Era Tokugawa (Edo): modernização do país em alguns aspectos, fortalecimento da cultura e fechamento do Japão ao mundo exterior. Fortalecimento do Xogunato.	Era Meiji: abertura do Japão ao mundo exterior e modernização do país	Primeiros fluxos migratórios para fora do Japão: Oceania e Ásia.	Guerra Russo-Japonesa

Figura 2: Principais marcos teóricos dos antecedentes da Era Meiji.

Fonte: elaborada pelo autor.

No Japão feudal vigoravam diversos centros de poder polarizados em determinados atores como os Xoguns. Enquanto na Europa, sobretudo na França, vigorava um sistema de estados sociais subdivididos em clero, aristocracia e povo, no Japão, a divisão social feudal ocorria de forma diferente. As camadas sociais designadas predominavam em denominações que iam desde os líderes políticos locais, a própria aristocracia, guerreiros, trabalhadores em geral, o público feminino excluído dos processos laborais e estatais, dentre outros (TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014).

O processo do xogunato acabou por caracterizar o Japão, em pleno século XIX, como um país economicamente atrasado, marcado por uma sociedade com baixa mobilidade, e

isolacionismo do país no cenário internacional. Por essa via, o xogunato representou uma tendência a forte descentralização de poder ou ausência de normas centralizadoras ou da ordem social. Nesse período, setores como cultura e agricultura foram fortemente incentivados pelas lideranças locais e embasaram parte do perfil do Japão moderno (REZENDE, 2008, p. 43-45; TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014).

O período do xogunato não deve, porém, ser considerado um atraso na história do Japão, mas se deu justamente pela alta concentração de poder nas mãos dos líderes locais. Essa concentração acabava por se configurar em ditaduras regionais, nas quais o xogum acabava por controlar praticamente todos os cenários da vida do indivíduo (HARADA, 2013).

Outra questão política a ser levantada diz respeito à descentralização política e aos clãs locais. No período anterior à era Meiji, apesar da descentralização política e burocrática, havia uma unificação territorial através da administração do período conhecido como Edo¹⁵ ou Tokugawa¹⁶. A Era Tokugawa (1603-1868) se identificava como uma divisão entre o governo de fato e governo de direito. Ou seja, a família imperial continuava a governar, mas apenas de forma cerimonial, sem poder efetivo algum. Enquanto isso, quem governava administrativamente o Japão, de fato, era o clã Tokugawa, e assim permaneceu até 1868, quando o poder foi devolvido à família imperial (TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014).

No período anterior à Era Tokugawa ocorreu uma abertura do Japão às relações internacionais. Antes de 1603, o país estabeleceu comércio, diálogos diplomáticos e até mesmo inserção cultural ocidental, através de potências da época, como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda (HARADA, 2013).

Já a Era Tokugawa, por sua vez, estabeleceu amplo afastamento do Ocidente, bem como o isolamento do Japão em relação a hábitos culturais, religiosos, políticos e sociais da época que não fossem os japoneses ou estabelecidos estritamente pelo governo do xogunato, excluindo-se, do todo, tradições, hábitos e práticas externas, que de alguma forma pudessem ofuscar a força local.

Especificamente tratando da questão econômica, o período Tokugawa apresentou grande modernização nos aspectos de comércio interno e reformulação da agricultura. Em vista do isolamento internacional, o Japão optou por dinamizar diversos setores nacionais. O inchaço urbano também foi verificado no período Tokugawa com a forte migração de mão de obra rural para os meios urbanos. Assim, o Japão presenciou um crescimento exponencial de suas cidades entre os séculos XVII e XIX (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

Com isso, é possível dizer que a administração Tokugawa foi um período de mais de dois séculos de paz e estabilidade político-econômica do Japão. Porém, o próprio sistema Tokugawa acabou por pôr fim a ele mesmo. Com a forte instabilidade em todos os setores, bem como um sistema econômico e social cíclico e que reabastecia as necessidades da sociedade japonesa, a qualidade de vida e amadurecimento cultural individual levaram ao questionamento do próprio sistema estatal do período (TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014; HARADA, 2013; CARNEIRO, HIRANO, 2010).

Essa referência interna sobre o forte poder central Tokugawa, associada a pressões externas e instabilidades em países vizinhos, acabou por retirar o clã da monarquia. Nesse período, os anseios internos e externos levaram à restauração da monarquia japonesa pré-

¹⁵ Referência à então capital do Japão (Edo), hoje Tóquio.

¹⁶ Família que governava de fato o Japão no período de 1603-1868 através da figura do xogum.

Tokugawa¹⁷. Em 1868, iniciou-se a Restauração Meiji¹⁸, período este que levou ao trono o Imperador Matsuhito.

A Era Meiji foi um período histórico do Japão imperial entre a segunda metade do século XIX até o início do século XX (1868-1912). Tal período foi liderado pelo Imperador Matsuhito e se mostrou uma das maiores transformações socioeconômicas do Japão moderno (REZENDE, 2008, p. 43-45; TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014). Para fins de comparação, um ponto em comum entre os Tokugawa e o Imperador Meiji se encontra justamente na questão econômica. Enquanto Tokugawa modernizou a agricultura e fortaleceu o comércio interno, Meiji aprofundou essas transformações para outros setores econômicos japoneses, incluindo o comércio internacional (HARADA, 2013).

De 1868 até o período da Segunda Guerra Mundial, o Japão delineou transformações econômicas profundas na sua infraestrutura, sociedade, crescimento das suas cidades e dinamização dos setores econômicos: agricultura, indústria e comércio. Essa modernização vivenciada no período Meiji nada mais era que uma ocidentalização socioeconômica que viria a transformar o país em um dos mais dinâmicos e modernos de sua era, equiparável inclusive às potências do período.

Sobre a Restauração Meiji, em 1868, Leão (1990, p. 16) afirma, explorando o período e emigração japonesa mundo afora, que:

[a Restauração Meiji] que marcou o início do acelerado processo de modernização do país, dois fatores parecem ter tido destacada participação no surgimento de uma corrente emigratória japonesa. Por um lado, o crescimento da pressão populacional, resultante de medidas repressivas adotadas pelos novos governantes contra a prática do aborto e do infanticídio (tolerados à época do Shogunato) bem como a gradual melhoria das condições médico-sanitárias. [...] Outro fator a contribuir para o desencadeamento do processo emigratório foi o impacto provocado no pequeno campesinato pelas reformas fiscais do Governo Meiji.

A questão socioeconômica da Era Meiji foi decisiva para a migração internacional da população japonesa, principalmente em relação à América Latina, que viu nos primeiros anos do século XX a chegada das primeiras populações de habitação permanente no continente americano (REZENDE, 2008, p. 43-45; HARADA, 2013). Com os centros urbanos japoneses em franco crescimento, seja em questão populacional, econômica ou social, o Imperador Meiji optou por reduzir a pressão nas cidades japonesas, que já estavam saturadas devido à política de modernização agrária e dinamização do comércio interno adotados pelo clã Tokugawa (TAKEUCHI, CARNEIRO, 2014).

Em vista das pretensões imperialistas do Japão no período Meiji, bem como em anos subsequentes, o país adotou uma política de expansão de sua mão de obra para além dos limites do Império, incluindo boa parte do leste asiático, bem como o continente americano na outra ponta extrema do Oceano Pacífico (ALESP, 2020; MOFA, 2019).

Vale destacar, ainda, que em 1905 a Rússia perdeu a Guerra Russo-Japonesa em prol do controle territorial e da influência do Japão na Ásia. Nicolau II já estava com o prestígio da monarquia desgastado internamente devido aos problemas socioeconômicos da Rússia no período. A posição russa em querer consolidar sua influência sobre a China se tornou mais

¹⁷ O Japão possui a monarquia mais antiga em vigor no mundo e liderada por uma única família ao longo da história, mas com diversas linhagens. O período Tokugawa foi liderado por uma linhagem diversa da tradicional e a Restauração Meiji devolveu o poder de Estado aos detentores mais antigos.

¹⁸ A Restauração Meiji (1866-1868) foi um período que levou ao poder estatal japonês a antiga linhagem tradicional da família imperial japonesa e deu fim ao Período Edo (Tokugawa).

frágil com a autonomia dada à Coreia, política externa envolvendo a anexação da Manchúria entre China e Japão e o controle sobre Taiwan (HARADA, 2013; LEÃO, 1990).

O imperialismo do Japão, já na primeira metade do século XX, não se restringiu apenas à influência política, social e econômica, mas passou ainda pela ampliação de domínios territoriais. Tal política acabou por convergir a participação do país na Segunda Guerra Mundial, no eixo pacífico, quando o Império passou a buscar sua supremacia na região, inclusive contra os Estados Unidos (ALESP, 2020; MOFA, 2019).

Internamente, o Japão estava alçando um crescimento econômico com metamorfoses sociais nunca vistas, nem mesmo quando era aberto às relações exteriores, sobretudo com a Europa. Aproveitando-se da dinâmica criada pela Era Tokugawa, Meiji consolidou a economia interna, fortalecendo o comércio e a indústria dentro do da ilha (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008). Além disso, com a modernização do setor agrário, o Japão agora contava com autossuficiência na questão alimentar. Quanto ao parque industrial, após 1868, a nascente indústria japonesa firmou suas bases para se tornar um dos maiores produtores manufaturados do mundo. No comércio, a nação já se mostrava amadurecida pela sua experiência em trocas internas, mas, na Era Meiji, o país mostrou sua expertise em relação a outros países (MOFA, 2019; HARADA, 2013).

O Japão aliou o seu conhecimento e a sua estrutura interna às investidas estrangeiras no país, principalmente no período de Restauração Meiji. Essas relações exteriores, sobretudo com a Europa e os Estados Unidos, foram responsáveis pela troca de conhecimento e de informações, além de terem aberto um caminho de mão dupla, no qual o Japão enviava mão de obra para fora e recebia produtos manufaturados e conhecimento para adaptar às necessidades internas dali.

A fim de eliminar os resquícios feudais, o Império da Era Meiji foi submetido a uma série de tratados internacionais que acabaram por modernizar a atuação política do Estado japonês. As reformas econômicas empreendidas no período também enfraqueceram as lideranças locais estabelecidas pelo xogunato, bem como estabeleceu uma nova forma de arrecadação tributária no período elucidado. Se antes o xogum se sustentava através de uma tentativa de imobilização social com a cobrança de altos impostos, após 1868 a reformulação do sistema tributário de distribuição de terrenos democratizava, até certo ponto, o acesso à terra.

Um ponto que chama atenção na Era Meiji é a forte intervenção do estado na economia, uma vez que, para eliminar os resquícios do período feudal japonês, foi necessário que o Império atuasse de forma ativa em questões como a modernização do sistema monetário, a própria redistribuição de terras, a reforma do sistema tributário, a modernização de portos, ferrovias e estradas, bem como a absorção de ideais ocidentais e capitalistas.

Em 1890, na esteira das transformações empreendidas por essa Era, o Japão estabeleceu a sua primeira Constituição, o que expunha uma busca pelo processo democrático, bem como trazia uma segurança jurídica aos investidores externos e à própria sociedade japonesa (KAWABATA, 2017).

Somadas as ações do Império do Japão, aliadas ao nacionalismo, o país pretendeu estender sua influência por diversas regiões do globo terrestre, além, é claro, de tentar solucionar um problema nacional dissidente de um contingente populacional numa nação tão geograficamente restrita. Assim teve início o fluxo migratório japonês em massa, em direção ao continente americano nos anos da década de 1890 (AZUMA, 2014; HARADA, 2013; TAKEUCHI, CARNEIRO, 2010).

Essa empreitada rumo à América Latina foi estabelecida após o fluxo migratório de trabalhadores japoneses para diversas ilhas no Oceano Pacífico. Austrália, Fiji, Filipinas, Havaí, dentre outras tantas nações, receberam mão de obra japonesa. Com isso, ao longo da década de 1880, o movimento foi aumentando com o incentivo do governo japonês do período (AZUMA,

2014). É sabido, ainda, que o fluxo estabelecido na década de 1880 era massivo e delineou o início da emigração japonesa para fora do país, como explicita Azuma (2014), a mostrar que:

A emigração em massa dos japoneses iniciou-se somente em 1885. Naquele ano, os governos do Japão e Havaí concluíram a Convenção de Imigração sob a qual aproximadamente 29,000 japoneses viajariam para o Havaí nos nove anos seguintes para trabalhar em plantações de cana de açúcar sob contratos de três anos. Enquanto isso, milhares de japoneses partiram para a Ilha Thursday, Nova Caledônia, Austrália, Fiji e outros pontos do sul do Pacífico para empregos de contrato similares.

As regiões que hospedaram a mão de obra japonesa a partir da década de 1880 tinham por interesse predominante absorver a força e o conhecimento em relação ao setor agrário. Não à toa: ora, o clã Tokugawa se valeu dos setores agrário e comercial para consolidar a economia por pouco mais de 200 anos. Além disso, o conhecimento japonês sobre agricultura é milenar e muito empreendido, uma vez que o Japão é um país com grandes restrições geográficas de cultivo e criação de animais para consumo. Nesse sentido, a larga utilização desse setor para embasar a economia japonesa no período Edo, associado ao fortalecimento do comércio interno na mesma época, acrescida da reforma do sistema tributário, empreendida pelo Imperador Meiji, não apenas garantiu a sobrevivência insular como fez do Japão, mais à frente, uma referência em questões agrárias (MARTINS et al., 2010; HARADA, 2013).

2.2 A Imigração Japonesa para a América Latina

Com a consolidação da atividade migratória do Japão para diferentes regiões do Oceano Pacífico, diversos setores da sociedade e do governo japonês formaram uma organização conjunta para expandir e viabilizar não somente a imigração como a permanência de colônias japonesas para onde o fluxo migratório se direcionou (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

A esse respeito, a Figura 3 mostra os principais marcos históricos e temporais abordados nesta segunda subseção do Capítulo 2.

1868	1895	1897	1899	1908	Década de 1920
Restauração Meiji	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império japonês e o Brasil	Imigração japonesa para o México	Imigração japonesa para o Peru	Imigração japonesa para o Brasil	Atração de japoneses para a região amazônica

Figura 3: Principais marcos teóricos da imigração japonesa para a América Latina.

Fonte: elaborado pelo autor.

Um dos primeiros empreendimentos da chamada sociedade de colonização foi o estabelecimento de uma colônia permanente de japoneses no México em 1897. Esse empreendimento foi o primeiro de larga escala para formar uma colônia permanente no território da América Latina (HARADA, 2013). Devido à ausência de suporte do governo mexicano, bem como o estabelecimento da colônia em uma região árida e pouco cultivável, esta fracassou, forçando o retorno dos imigrantes ao Japão (HARADA, 2013; TAKEUCHI, CARNEIRO, 2010).

Esse ocorrido, porém, não encerrou o fluxo migratório para o continente americano. No mesmo período e na primeira década do século XX, um forte fluxo migratório foi verificado em direção aos Estados Unidos (EUA) e ao Canadá¹⁹. Tal fluxo foi estancado pelos dois países norte-americanos, forçando o governo japonês, e até mesmo a Sociedade de Colonização, a se voltarem para outras opções de países que serviriam de destino para os imigrantes (HARADA, 2013).

Vale ressaltar que, em meio ao forte crescimento econômico verificado no Japão, houve ainda a necessidade de se buscar matérias-primas em outros países. Assim, a mão de obra japonesa na América Latina também proporcionou acesso e conhecimento do próprio Japão, além da necessidade do setor primário para que fossem processados na nação asiática em meio ao forte crescimento econômico verificado na Era Meiji. Por esse motivo, e para garantir maiores aprendizados, o fluxo migratório japonês com o fracasso no México foi redirecionado para outros países da América Latina, a fim de que continuassem as tentativas de adaptação. O Peru, em 1899, foi o primeiro país a receber imigrantes de forma massiva para que se estabelecessem em solo americano.

Nove anos mais tarde, foi a vez do Brasil ser estabelecido como destino do maciço fluxo migratório japonês na América Latina. Em 1908, o navio Kasato Maru desceu âncoras no Porto de Santos, litoral do estado de São Paulo, trazendo consigo a primeira grande leva de japoneses a se alocarem no Brasil. Cabe dizer que outros países da região, como Chile, Argentina, Equador e Colômbia, chegaram a receber migrantes japoneses, mas não nas proporções tomadas do fluxo direcionado ao Peru e ao Brasil, bem como aos Estados Unidos e Canadá (HARADA, 2013; TAKEUCHI, CARNEIRO, 2010), nos quais os números se tornaram expressivos.

Dentre todas essas, migração japonesa para a Argentina ocorreu de forma ímpar em relação às demais nações latino-americanas. Diferentemente da destinação agrária da mão de obra, as comunidades *nikkei* que se instalaram no país acabaram por optar por atividades econômicas nos setores de serviços, sobretudo comerciais. Outro ponto que se destaca é a origem dos primeiros migrantes. A partir de 1908, um pequeno fluxo deles, originários do Brasil, direcionou-se a Buenos Aires. Assim como em diversos outros territórios pelo mundo, previamente ao grande fluxo de imigrantes japoneses em 1908 ao Brasil, a Argentina também recebeu investidas esporádicas de cientistas, exploradores e pesquisadores no intuito de estabelecer laços, conhecimento e comércio (HARADA 2013).

Um ponto em comum, porém, fincou raízes no estabelecimento dos imigrantes japoneses nos seus respectivos destinos em torno da agricultura. A experiência japonesa no setor, bem como as contradições internas do Japão Meiji, girava em torno de forte crescimento econômico, da urbanização, da reforma da economia, mas ainda assim de um empobrecimento da população, que ainda não tinha acesso aos processos de desenvolvimento e distribuição de renda. Essas características acabaram por tornar atrativas as investidas em outros países e regiões do globo terrestre, como foi o caso do Peru e do Brasil.

O estabelecimento de relações diplomáticas após 1868 foi crucial para o direcionamento do fluxo migratório a tais países, os quais mantiveram esse contato. No caso do Peru, em 1873²⁰ (MOFA, 2015), o estabelecimento de relações permitiu que o país fosse o primeiro da América Latina a obter sucesso na recepção de japoneses para trabalhar, sobretudo, no setor agrário do país. Em relação ao Brasil, em 1895 (MOFA, 2019), foram estabelecidas relações diplomáticas

¹⁹ A imigração japonesa para esses países foi interrompida devido às intimidações sociais sofridas pela comunidade nesses locais. Assim, o Japão e as empresas envolvidas decidiram por não mais incentivar ou buscar contratos de trabalho tanto nos EUA como no Canadá (CARNEIRO e HIRANO, 2014; HARADA, 2013).

²⁰ Hoje há uma estimativa de 100 mil descendentes japoneses residindo no Peru, segundo dados do Ministério de Relações Exteriores do Japão.

já no início do período republicano. Uma das principais atividades, nesse início, ocorreu também em vista do potencial agrícola da mão de obra japonesa. O Brasil passava por um momento de necessidade por trabalhadores que pudessem suprir o êxodo rural promovido após a promulgação da Lei Áurea (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; HARADA, 2013). Como sabido, no contexto histórico brasileiro, os ex-escravizados migraram para os centros urbanos do país. No final do Segundo Império (1824-1889), a economia do Brasil tinha por base a produção cafeeira, a qual buscou nos imigrantes europeus a solução para dar continuidade à principal atividade econômica do país (ALESP, 2020). A respeito desse tema, e de acordo com o painel “O Japão no Rio de Janeiro”, localizado no Museu da Imigração Japonesa para o Rio de Janeiro (MIJ Rio)²¹:

A vinda de imigrantes japoneses para o Brasil foi impulsionada por interesse dos dois países: o Brasil com sua mão de obra escassa, precisava de gente para trabalhar nas fazendas de café e o Japão precisava resolver a tensão social no país, causada por seu alto índice demográfico.

Na esteira da imigração europeia, os japoneses, após estabelecimento de contatos diplomáticos, iniciaram sua jornada atraídos pela promessa de uma vida melhor, de acesso à terra, bem como de mais qualidade de vida do que aquela que o Japão oferecia. O Anexo F mostra um cartaz feito em parceria com o governo imperial japonês, cujo objetivo era atrair mão de obra japonesa para a América Latina, sobretudo o Brasil e o Peru. O Anexo G mostra uma empresa japonesa reforçando sua propaganda para atrair mão de obra japonesa para a região amazônica com o objetivo de extrair látex. As regiões dos estados do Pará e do Amazonas, após a década de 1920, atraíram parte considerável do fluxo migratório japonês para o Brasil. Leão (1990, p. 13) afirma que o marco do início da chegada japonesa ao Brasil, em 1908, era:

[...] uma convergência de interesses da lavoura cafeeira paulista e das companhias de imigração nipônicas, com beneplácito. Governamental de ambos os lados. Até então tinham tinham-se registrado manifestações de interesse e sondagens entre as partes, mas a iniciativa não se concretizara, embora tanto o Brasil como o Japão já tivessem marcado há mais de vinte anos sua presença no cenário das grandes migrações internacionais.

Com um fluxo inicialmente tímido a partir de 1908, o Brasil passou a atrair cada vez mais imigrantes japoneses para trabalhar, sobretudo, no setor agrário. A cafeicultura se mostrou a principal atividade do país até a crise econômica de 1929. A partir daí, a vinda do Japão não cessou, pelo contrário, manteve-se ampla e robusta ao longo da década de 1930, incluindo os anos pré-Segunda Guerra Mundial (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

O contexto socioeconômico do Brasil, a partir da chegada dos primeiros imigrantes japoneses, não se mostrava favorável à permanência desses grupos. Fatores como concentração de renda e de terras, exclusão social, bem como dificuldades extremas de adaptação da mão de obra japonesa ao Brasil tornaram a permanência aqui um verdadeiro desafio. Esse cenário adverso que os imigrantes japoneses encontraram no Brasil encontra raízes em uma

²¹ O MIJ Rio está localizado nas instalações da Associação Nikkei do Rio de Janeiro, Rua, Cosme Velho, 1.166, Cosme Velho, Rio de Janeiro/RJ.

problemática centenária do país. As concentrações de terra e renda são um problema histórico do Brasil, uma vez que a construção socioeconômica desde os tempos de Colônia, Reino Unido, Império e tempos republicanos priorizava uma pequena parcela da população, os processos produtivos e o acesso a matéria-prima. Outro problema é a dependência do país em relação a um único gênero econômico – no caso, ao café –, ou seja, um único produto dinamizou a economia nacional por décadas (LEÃO, 1990).

Nesse contexto, elites cafeeiras dominaram a política econômica sociedade, bem como os processos de decisão nas décadas iniciais da República. Com toda a economia girando em torno da atividade cafeeira em 1929, a ascensão da crise financeira a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, embasada pelo excesso de oferta, inclusive do principal produto de exportação brasileiro, o café, fez com que as dificuldades econômicas atingissem fortemente o Brasil.

Apesar de todas as dificuldades ocorridas após o evento, a crise deu início a um processo de diversificação da economia brasileira a partir do ano seguinte, cujo marco foi a Revolução ainda em 1930, com a ascensão de um governo que substituiu a antiga política oligárquica vigente desde os primórdios da República. Tal mudança política acabou por influenciar transformações econômicas, o que levou o governo brasileiro a fortalecer a atividade cafeeira, porém mais ainda se valer do capital gerado pela atividade agrária a fim de construir uma indústria de base, fazendo com que, mesmo que tardiamente, o Brasil entrasse no processo de industrialização que já atingira outras nações bem antes.

Tal processo de mudança econômica ficou conhecido como o processo do modelo de substituição de importações adotado a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nesse ponto, a mão de obra japonesa permanecia essencial aos esforços de reconstrução da economia brasileira nas décadas seguintes, uma vez que o Governo Federal à época, para financiar os esforços do modelo de substituição de importações, fortaleceu o setor rural para gerar divisas (LEÃO, 1990), e foi de suma importância para que o processo de imigração passasse a ser não apenas desejado como estimulado.

A reconhecida importância e conhecimento do japonês em relação à terra, aliados à necessidade e ao interesse do governo Meiji em difundir a sociedade japonesa em diversas regiões do planeta, bem como escoar o excedente populacional do país insular, acabou por complementar esforços na busca pela melhoria da produtividade do campo latino-americano, sobretudo nos países ora citados, como Peru e Brasil (ALESP, 2020; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; HARADA, 2013).

Desse modo, nota-se que o fluxo migratório entre o Japão e o Brasil se manteve, sendo estancado apenas no período em que a nação sul-americana declarou guerra aos países do eixo na Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Itália e Japão). O Japão desse período praticamente se isolou novamente, e os japoneses aqui residentes sofreram pressões políticas, sociais e econômicas devido ao Brasil ter se aliado aos Estados Unidos (LEÃO, 1990; HARADA, 2013; ALESP, 2020), o que dificultou ainda mais a adaptação dessas pessoas no país.

2.3 A Imigração Japonesa ao Brasil e para o Rio de Janeiro

Com a produção cafeeira concentrada no estado de São Paulo, especialmente no Vale do Paraíba e no interior – e visto que era essa a principal atividade econômica do Brasil, entre as décadas de 1890 e 1940 –, a imigração japonesa estabeleceu raízes sobretudo nessas regiões e no estado do Paraná, que fica logo abaixo (CARNEIRO; HIRANO, 2014).

A respeito desses fatores determinantes do assentamento, a Figura 4 mostra os principais marcos teóricos da imigração japonesa para o Brasil e o Rio de Janeiro.

1868	1895	Décadas de 1910 e 1920	1930	1938	1939
Restauração Meiji	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império japonês e o Brasil	Estabelecimento dos japoneses no interior do Estado de São Paulo e outros	Revolução de 1930	Estabelecimento do Decreto-lei 893/1938	Chegada das primeiras famílias japonesas à Santa Cruz

Figura 4: Principais marcos teóricos da imigração japonesa para o Brasil e o Rio de Janeiro.
Fonte: elaborado pelo autor.

Eventualmente, antes do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em 1895, o país presenciou algumas incursões esporádicas de japoneses em solo brasileiro com fins científicos, exploratórios ou mesmo culturais. Com o Decreto-lei 97/1892, ficaram autorizadas a inserção permanente e a residência de indivíduos de origem japonesa e chinesa no Brasil a partir daquela data. Assim, o Japão iniciou sua preparação para o envio dos primeiros imigrantes à América Latina, o que viria a ocorrer no caso do Brasil tardiamente, apenas em 1908 (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

O ano de 1895 marcou o início das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, uma vez que foi assinado em Paris, França, o Tratado de Amizade de Comércio e de Navegação entre os dois países. No entanto, foi apenas em 1897 que missões diplomáticas oficializaram sua instalação tanto no Brasil como no Japão. Especificamente no primeiro país, a missão diplomática japonesa escolheu Petrópolis/RJ, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, como assentamento da representação do Império do Japão em solo nacional. Esse fato se deu pela presença de epidemias de maneira mais potente em outras áreas, bem como pelas tentativas de evitar o clima tropical da capital, ao qual os funcionários diplomáticos não estariam acostumados (LEÃO, 1990, pp. 21-22; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008, p. 49).

As primeiras incursões japonesas no Rio de Janeiro ocorreram ainda quando o Brasil era apenas uma colônia. Elas mantiveram o ritmo lento durante o Império, e chegadas esporádicas foram verificadas mesmo após o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais. Isso se deu através da vinda do primeiro navio trazendo imigrantes japoneses ao Brasil (em Santos/SP) com o intuito de residência permanente, o Kasato Maru, em 1908 (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

Ressalta-se que, entre 1907 e 1912, o município de Conceição de Macabu, no norte do estado do Rio de Janeiro, sediou a primeira colônia permanente de imigrantes japoneses no Brasil. Essa colônia, porém, fracassou devido tanto devido à falta de aportes do poder público como também por questões culturais, adaptação dos imigrantes e doenças (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; HARADA, 2013).

Com a intensificação da chegada e da distribuição de mão de obra japonesa no interior do estado de São Paulo e do Paraná, os japoneses iniciaram processo duro de adaptação, uma vez que tanto eles quanto os brasileiros tiveram dificuldades em se estabelecer no local. Doenças, diferenças culturais e dificuldades em trabalhar nas lavouras de café eram empecilhos aos trabalhadores japoneses. Assim, os primeiros anos foram extremamente decisivos para que as comunidades ¹⁹ *nikkei* no Brasil pudessem se consolidar e efetivar a imigração.

Diferentemente do ocorrido nos estados de São Paulo e do Paraná, os japoneses não estavam se direcionando ao Rio de Janeiro nas primeiras três décadas de imigração ao Brasil.

Apesar disso, a comunidade japonesa já contava com um número considerável de quase 200 mil²² imigrantes estabelecidos somente no estado de São Paulo.

Nesse ponto, já na década de 1920, o Governo Federal adotava uma série de práticas para estabelecimento de imigrantes japoneses em propriedades rurais no interior de São Paulo, principalmente em áreas próximas a Sorocaba. A partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, as políticas públicas para recepção de estrangeiros, sobretudo os japoneses, intensificou-se à medida que aqui essa mão de obra era realocada ou reaproveitada em outros setores da economia, além da própria produção cafeeira (ALESP, 2020; CONSULADO-GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO, 2020).

Mesmo diante da massiva chegada de japoneses a partir de 1908 ao Brasil, o Rio de Janeiro não atraiu de imediato os colonos com o intuito de praticar atividade agrária, muito menos para fixar residência permanente dentro dos limites do atual estado fluminense. Por esse motivo, verifica-se um lapso temporal de aproximadamente trinta anos entre a chegada dos 781 primeiros colonos japoneses a Santos/SP e a fixação das primeiras comunidades *nikkeis*, de forma definitiva, no Rio de Janeiro (ALESP, 2020; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; HARADA, 2013). A partir de 1939, os primeiros *nikkeis* começaram a sua instalação no Rio de Janeiro/RJ após diversas tentativas esporádicas ou fracassadas, exceto a própria missão permanente diplomática imperial japonesa que se instalou em Petrópolis/RJ a partir de 1895. Esse ano de 1939 é o que marca a chegada dos primeiros migrantes a Santa Cruz para fundar o Núcleo Colonial Agrícola local, após e durante as intervenções do Governo Federal nas diversas áreas de infraestrutura, jurídica e ocupação do espaço, por exemplo. Vale ressaltar que a mão de obra japonesa não foi escolhida ao acaso para ocupar as terras de Santa Cruz. O conhecimento milenar de uso da terra²³, aliada à necessidade de melhorar o aproveitamento agrícola dentro da então Capital Federal, levou a administração Vargas a priorizar os trabalhadores *nikkeis*.

De acordo com o painel “O Japão no Rio de Janeiro”, no MIJ Rio, “No Rio de Janeiro, muitas famílias se estabeleceram nos meios rurais, atuando principalmente na agricultura”, e, como é sabido, em 1938 “12 famílias chegam em Santa Cruz intermediadas pela Cooperativa Agrícola de Cotia. Desde então começam a entrar japoneses em Itaguaí, São Bento”.

2.4 Uma Visão sobre os Fundamentos Conceituais Acerca da Remigração Japonesa ao Rio de Janeiro

Esta seção se faz necessária para mostrar alguns conceitos e termos utilizados ao longo do presente trabalho. Dentro do escopo da remigração japonesa ao Rio de Janeiro, mais especificamente a região de Santa Cruz, bem como ao desenvolvimento do presente texto, seguem-se alguns pontos-chave para entender a dinâmica em torno do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.

2.4.1 Crescimento econômico *versus* desenvolvimento

A história econômica brasileira é identificada com diversos períodos de instabilidade sobre múltiplos marcadores que permeiam a estabilidade econômica do país. Com o advento da

²² Eram 188.986 imigrantes somente no estado de São Paulo, em 1941 (CONSULADO-GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO, 2020).

²³ Esse importante fator foi apresentado no Capítulo I e era estratégia utilizada em outros países da América Latina, como México e Peru.

República, em 1889, a economia nacional verificou processos inflacionários, bem como o crescente endividamento do Estado e a dependência pelo café (PRADO JUNIOR, 1961; FURTADO, 2003).

Três períodos se destacam na mudança de paradigmas da economia brasileira para a elucidação da cronologia deste trabalho: o primeiro se trata da superação da crise de 1929, deflagrada com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, quando, no Brasil, o café identificou uma queda substancial no seu valor no mercado externo. O segundo diz respeito a uma continuidade do processo adotado na década de 1930, conhecido como modelo de substituição de importações, ou modelo desenvolvimentista. Esse modelo foi aprofundado a partir da década de 1950, na qual os planos nacionais, voltados à área econômica, buscavam o amadurecimento dos diversos setores, sobretudo a indústria (FURTADO, 2003). Por fim, o período globalizatório, a partir da década de 1980, que aprofundou diversas relações socioeconômicas não somente no Brasil como no mundo.

Quanto ao período pós-Crise de 1929, tornou-se evidente a necessidade de intervenção do Estado brasileiro para estabilizar a economia nacional. Isso se deve ao fato de que o principal produto exportado pelo Brasil, o café, encontrava-se estancado nos portos do país, bem como nenhum dos demais parceiros comerciais brasileiros conseguia absorver a quantidade produzida. O processo de compra e queima do café, ancorado no endividamento público, foi uma das primeiras estratégias do Governo Federal, da Era Vargas, para destrancar o processo econômico (FURTADO, 2003).

Em momento seguinte à queima do café, a necessidade de se diversificar a economia nacional se mostrou ainda mais latente. Por esse motivo, a partir da década de 1930 teve início um processo de sustentação do café, principal produto brasileiro, cujo excedente de capital, surgido a partir da exportação, seria utilizado para financiar essa dinâmica de fortalecimento de outros setores da conjuntura econômica nacional (PRADO JUNIOR, 1961; FURTADO, 2003), e não mais como forma quase exclusiva de movimentação financeira internacional.

Daí o nome “modelo de substituição de importações”, uma vez que se usava o capital de exportação para financiar a dinâmica nacional, a partir da possibilidade de se produzir e não mais importar. Com isso, substituíram-se determinados bens, antes adquiridos no mercado externo, por aqueles agora produzidos no Brasil (TAVARES, 1998, pp. 128-148).

Em termos de conjuntura da década de 1930, o país muito se beneficiou do conflito armado na Europa, a Segunda Guerra Mundial. A indústria de base se tornou o foco do governo da época, não reduzindo a importância do setor agrário, mas deslocando a dinâmica e redistribuindo operações econômicas para outras áreas. A barganha internacional, no período de guerra, se deu por meio de transferência de tecnologia, bem como de investimentos estrangeiros no setor produtivo, como a construção de siderúrgicas, metalúrgicas e outras indústrias do gênero (BAER, 2002, pp. 45-65).

Esse primeiro momento de substituição de importações está identificado no período do chamado Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas assumiu a fase ditatorial de seu governo. Coincidentemente, com a busca pela estabilização da economia, dinamizando-a sob um espectro local, em Santa Cruz o foco era o fortalecimento do setor agrário como parte integrante e essencial dessa nova estruturação da economia nacional. Nesse âmbito, muito se discutiu nas décadas seguintes sobre a dualidade crescimento e desenvolvimento. Um dos grandes centros irradiadores dessa questão foi a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), cuja tarefa se expressou em abordagens, no país, sobre o amadurecimento socioeconômico local (TAVARES, 1998).

O crescimento econômico, por si, já é parâmetro importante para verificar a saúde de uma economia, porém os efeitos podem se tornar perversos se as consequências geradas a partir dele não se tornarem efetivas ações pelo bem da sociedade. Identificado, principalmente, como

sendo a replicação do Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento econômico pode se traduzir em acúmulo de capital, geração de renda, arrecadação tributária mais robusta, dentre outros pontos (SACHS, 2008; SEN, 2013; CHANG, 2004). A esse respeito, Sachs (2008, p. 13) estabelece a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico cumprindo:

[...] esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Há de se observar, porém, que o crescimento econômico pode não se mostrar como uma política de redistribuição de renda ou mesmo de aplicação em capital produtivo, podendo ser mera especulação ou mesmo parasitário em economias que abriguem um capital extremamente volátil que fugiria ao primeiro sinal de instabilidades (SACHS, 2008; SEN, 2013).

Assim surge um contraponto na face do desenvolvimento, elemento esse que extravasa a mera questão econômica, abarcando até mesmo outras dimensões. Economia, sociedade, tecnologia, educação, saúde, dentre outras áreas temáticas, que usufruam de políticas públicas bem-aplicadas ou de um capital produtivo que gera efeitos positivos, acabam por amadurecer todo um local, região, país (SACHS, 2008).

Chang (2004, p. 12), por outro lado, de forma crítica, explicita a generalidade tida como a de um país desenvolvido a partir da visão da economia atual como tendo parte:

[...] a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive a intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente).

Pode o crescimento contribuir para o desenvolvimento e vice-versa, porém ele somente não é capaz, por vezes, de se traduzir em melhor qualidade de vida, bem-estar, mas também concentração de renda, desigualdades sociais e outros elementos nocivos a um efetivo desenvolvimento humano que não se limite a indicadores.

Nesse ponto, a década de 1970, no Brasil, identificou um período de altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), conhecido como o Milagre Econômico brasileiro (1968-1974). Parte desse crescimento substancial se deveu ao setor industrial, muito fomentado com obras de infraestrutura e pelo incentivo ao modelo de substituição de importações (TAVARES, 1979).

As altas taxas do período do Milagre Econômico brasileiro, as quais ultrapassavam os 10% ao ano, nunca vista antes – ou mesmo posteriormente –, acabaram por multiplicar o PIB brasileiro e aquecer a economia nacional no cenário global. Esse incentivo à industrialização impactou diretamente Santa Cruz com a criação do distrito industrial em 1975.

Sob a perspectiva desta tese, os parâmetros de desenvolvimento e crescimento econômico se restringem ao âmbito local realizando um paralelo com as condições nacionais. A premissa apresentada partiu da questão de que a economia nacional, até 1930, era estimulada pelo setor primário com uma projeção monocultura pautada na grande propriedade, cuja produção era destinada às exportações. Ora, a Fazenda Santa Cruz possuía essas características e perfeitamente se adequava ao cenário nacional no que se referia às questões de produtividade, parâmetros socioeconômicos e culturais. A quebra de paradigma ocorre com a implementação do núcleo colonial agrícola de Santa Cruz, a partir de 1938, quando da redistribuição de terras do latifúndio no Velho Oeste carioca.

Em uma primeira análise, é possível evidenciar que, partindo-se do pressuposto de que houve uma intervenção direta do Governo Federal na administração da Fazenda Santa Cruz, é

nota-se um estímulo à agricultura familiar naquela região. Em âmbito nacional, tais incitações se voltaram para a diversificação da matriz econômica, necessitando-se o capital público de focar no setor industrial e reestruturar o setor primário.

O ponto crucial para o desenvolvimento local em Santa Cruz ocorreu justamente com a chegada das famílias japonesas e seus descendentes a partir de 1939, durando até a década de 1950, em que houve a consolidação do plantio de diversas agriculturas, comercialização e regularização do uso de terras, não somente na Capital Federal como no entorno da Baixada Fluminense.

Após anos dedicados ao café, a política da monocultura e da grande propriedade voltada à exportação era extremamente frágil, pois a economia nacional dependia de um único produto que, por sua vez, era volátil ao clima, aos preços do mercado Internacional, às demandas, dentre outros fatores mais ou menos controláveis. Essa conjuntura econômica permeou o imaginário nacional por quase dois séculos, durante os quais o café predominava como principal artigo de exportação. Antes desse produto, a cana-de-açúcar e, em menor extensão, a exploração mineral também estiveram no rol da matriz econômica brasileira por muitos anos, o que impossibilitou os avanços em áreas mais variadas.

Apesar da grande extensão territorial e da possibilidade de se explorar diversas atividades econômicas, o Brasil sempre manteve o foco em um acúmulo de capital frágil, pautado em um ritmo acelerado de crescimento econômico, mas dependente de questões que extravasavam o controle da administração colonial, ou mesmo do Império. Essa questão, porém, não foi suplantada quando da Proclamação da República, em 1889. Os quarenta anos iniciais do período republicano não focavam necessariamente num conceito contemporâneo de desenvolvimento, mas sim de puro crescimento e acúmulo de riquezas.

A substituição de importações, que não tinha escopo direto com o núcleo colonial agrícola de Santa Cruz, compartilhava com esse local a mudança necessária para os rumos da economia nacional da época. Se em âmbito nacional a diversificação dos setores econômicos era um foco, na questão local uma reforma agrária dentro de uma grande propriedade pública se revelou um fator importante, como um exemplo para os demais produtores rurais.

O modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil gerou efeitos socioeconômicos para as décadas seguintes, inclusive na contemporaneidade. Na questão nacional, alguns marcos são evidenciados nas décadas de 1950, 1970 e 1990 para a Fazenda Santa Cruz além da reestruturação da utilização do solo e chegada das famílias japonesas a partir de 1939, mudanças ocorreram nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Como parte de uma mudança de paradigmas, o Distrito Industrial de Santa Cruz transformou os arredores juntamente sob uma perspectiva da conjuntura nacional de aumento das taxas de urbanização. No Rio de Janeiro não foi diferente: já não mais gozando do status de Capital Federal, bem como o esvaziamento das políticas públicas agrárias locais ao longo da década de 1970, culminaram com políticas diversas na década seguinte.

Importante ressaltar que o núcleo colonial agrícola resistiu desde a sua criação até a intensificação do processo de industrialização, seja com a criação do parque industrial de Santa Cruz, seja com abertura de rodovias e de um porto próximo. Além dos processos citados, a criação de conjuntos habitacionais se tornou prática comum nas regiões circunvizinhas ao núcleo colonial.

Nesse ponto começa a se evidenciar o crescimento econômico como grande dinamizador da sociedade brasileira do período, mas que não se traduziu num efetivo desenvolvimento, como se entrando renda e marginalizando diversas populações para fora. Especificamente sobre Santa Cruz, o avanço da área urbana nas localidades antes rurais gerou uma pressão no sistema rural local.

Outro ponto diz respeito ao deslocamento de populações marginalizadas à economia, que agora habitam o bairro carioca de Santa Cruz, distantes do centro dinâmico, de serviços em

infraestrutura que atendam às necessidades dos cidadãos. Dentre algumas carências podem ser citadas: esgotamento sanitário deficiente, transporte público ineficaz, atenção básica à saúde insuficiente, outros. Esse cenário pode ser evidenciado principalmente a partir da década de 1980, com a instalação dos conjuntos habitacionais no entorno da Avenida João XXIII.

Territorialidade do espaço do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz não se restringe apenas ao bairro carioca da Zona Oeste, mas transpassa os limites da capital fluminense, pois o município vizinho de Itaguaí/RJ foi fortemente influenciado tanto pelo processo de industrialização e urbanização quanto pela remigração japonesa local.

Todos são processos verificados em Santa Cruz, seja de urbanização, marginalização, dentre outros pontos nocivos de um crescimento econômico sem a adequada resposta tanto da iniciativa pública como privada podem ser verificados em Itaguaí/RJ.

Dentre as áreas que receberam uma mão de obra japonesa, logo após Santa Cruz, em 1939 e anos seguintes, foram: Piranema, Santa Cândida, Mazomba²⁴ e outros. Paralelamente a Santa Cruz, a partir da década de 1970, com o surgimento do Porto de Itaguaí e os empreendimentos industriais de Santa Cruz, além de obras de infraestrutura viárias (BR-101 Sul, por exemplo), o município de Itaguaí/RJ também percebeu um aumento do adensamento urbano.

Perico (2008, p. 32) analisa que o desenvolvimento (sustentável) consiste em um desafio:

[...] que considere o direito às oportunidades das gerações futuras. De um ponto de vista ainda mais dramático, implica a adoção de um modelo que supere a atual ideia do desenvolvimento (possível apenas para poucos e que, por isso, leva à exclusão da maioria).

Um aprofundamento sobre essa dinâmica socioeconômica em torno de industrialização, urbanização e processos de crescimento econômico poderá ser verificado no capítulo de apresentação das considerações finais e conclusões, momento em que os chamados megaempreendimentos instalados na região do bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí/RJ serão abordados. Esse cenário diz respeito aos remanescentes de mão de obra agrária japonesa do núcleo colonial agrícola que resiste mesmo diante dos grandes investimentos industriais e logísticos locais que motivam sua submissão.

2.4.2 Territorialidade

O território possui forte ligação não somente com uma questão geográfica, com limites físicos ou imaginários ou com delimitações, mas sim com características que marcam e delineiam o espaço com ações e expressões, sejam de um dado grupo social ou mesmo de um ambiente geográfico (PERICO, 2009). A questão do desenvolvimento do território possui dimensões diversas que o caracterizam. Essas dimensões podem se traduzir como a espinha dorsal para identificar qual o formato que dada a territorialidade possui para análises e perspectivas (PERICO, 2009; SACHS, 2008). Assim, questões como economia, sociedade, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cidadania, criminalidade, espaço urbano, espaço agrário, dentre tantos outros podem evidenciar a existência de diversos territórios, ou mesmo territórios dentro de territórios (TENÓRIO, 2012).

Outro destaque da questão territorial a respeito da contiguidade do espaço físico mostra que este que não necessariamente precisa ser contínuo, desde que possua características

²⁴ Todas as localidades citadas se localizam na área rural do município de Itaguaí/RJ, oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

semelhantes ou destacadas, pois o território já pode ser estabelecido e identificado como tal (TENÓRIO, 2012; PERICO, 2009). Nesse escopo, pode-se incluir um território agrário, com populações de origens semelhantes e que buscavam objetivos idênticos, como é o caso do território agrícola do bairro carioca de Santa Cruz e áreas circunvizinhas (VILLELA et al, 2014; IKEDA JÚNIOR, 2017; NASCIMENTO, 2021).

Nota-se que, conforme o Anexo A, o território agrícola ora identificado no Núcleo Colonial de Santa Cruz está estabelecido dentro do bairro de mesmo nome, porém a sua influência a partir de 1939 – e pelas décadas seguintes – extravasou as divisas locais e fincou raízes no município de Itaguaí/RJ e no atual município de Seropédica/RJ²⁵, de forma inicial. Posteriormente, outras regiões do estado do Rio de Janeiro receberam mão de obra imigrante japonesa.

A esse respeito, além de questão teórica, o território também, quando identificado, possibilita a aplicação de políticas públicas mais eficazes, a partir do estabelecimento de conexões que o identifiquem. Diferenciar a questão espacial-cultural e identitárias são pontos que fortalecem a existência do território analisado (NASCIMENTO, 2021). Identifica-se que, A partir de Santa Cruz, a mão de obra de origem japonesa se estendeu a regiões agrárias circunvizinhas que possuíam características semelhantes, dentre as quais podemos citar propriedades da terra, produção e políticas públicas. O interesse maior se estabeleceu junto ao Governo Federal e residiu nele a mudança de foco para o setor industrial a partir da década de 1970.

Para além da questão político-jurídica de um território definido e delimitado, aquele trabalhado nesta tese também divide traços culturais e econômicos semelhantes. De igual maneira, o desenvolvimento a questão econômica também se mostra presente para a dinamização no local ao qual ela está inserida (VILLELA et al, 2014; TENÓRIO, 2012; PERICO, 2009; SACHS, 2008).

Num primeiro momento, principalmente entre 1939 e a primeira metade da década de 1970, predominou o território agrário como cultivo do tomate Santa Cruz, que em tempos mais recentes deslocou o foco de sua produção para o coco e o aipim. De todas as possibilidades de plantio, o tomate de Santa Cruz teve a maior e melhor receptividade, tanto na produção como na comercialização após o início das operações do Núcleo com os migrantes *nikkeis*. O tomate de Santa Cruz possuía qualidade superior aos demais cultivados em outras áreas do estado do Rio de Janeiro e do país devido aos aspectos geográficos locais, como alguns elucidados no parágrafo anterior. Era um produto ímpar em qualidade e reconhecido como único através do local em que era desenvolvido (INOUE, 2014).

No bairro do Cosme Velho, Zona Sul do município do Rio de Janeiro/RJ, está localizado o Museu da Imigração Japonesa para Rio de Janeiro (MIJ Rio), que mantém uma exposição permanente sobre o tema e relata que:

A atividade básica era a plantação de hortaliças, principalmente o tomate. Nesta época, foi desenvolvido o “Tomate Santa Cruz”, que teve boa aceitação no mercado. Depois de alguns anos, muitos agricultores mudaram suas atividades para a produção de banana.²⁶

Posteriormente, a partir de 1970, outras produções agrícolas foram inseridas no contexto da área. Além do tomate, que deixou de ser um dos principais recursos locais, foram

²⁵ O município de Seropédica foi emancipado de Itaguaí/RJ em 1996.

²⁶ Dentre os diversos painéis disponíveis na exposição permanente está o da Colônia de Santa Cruz que traz o relato acima dentro outros diversos. O MIJ Rio está localizado nas dependências da Associação Nikkei do Rio de Janeiro – Rua Cosme Velho, 1.166, Cosme Velho, Rio de Janeiro/RJ.

introduzidas culturas de coco e o mais conhecido aipim de Santa Cruz (INOUE, 2014). O matadouro, por sua vez, já havia perdido sua relevância econômica para abastecimento do Rio de Janeiro/RJ²⁷. Mas a infraestrutura criada para conectar Santa Cruz ao restante do município do Rio de Janeiro sobrevivia ao processo de urbanização desencadeado, principalmente, a partir da década de 1970 (INOUE, 2014).

Com a inauguração do Distrito Industrial de Santa Cruz, a economia industrial, seja em âmbito nacional ou local, ganhou prioridade junto aos planejamentos públicos estabelecidos já no final da década de 1960 como o carro forte de uma economia desenvolvida (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1974). Nessa época, o território agrário *nikkei*, antes restrito ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, a partir de 1939 passa a se estender para outras localidades, compreendendo também laços culturais, econômicos e sociais. Essa territorialidade se tornou mais consolidada com os anos seguintes a partir da chegada de mais migrantes interessados na produção agrícola local²⁸.

Dentro dessa perspectiva territorial, há de se compreender também que, paralelamente à existência do território agrário, com predominância de mão de obra de origem japonesa até a primeira metade da década de 1970, com o advento do distrito industrial de Santa Cruz, deu-se início a formação de um novo território (CODIN, 2021). Com os grandes investimentos verificados entre as décadas de 2000 e 2010, o espaço industrial compreendido entre o município do Rio de Janeiro e o município de Itaguaí tomou formato novo. Esse Território dos Megaempreendimentos consistiu em investimentos bilionários de grande porte e de impactos multidimensionais nas áreas urbanas e rurais (IKEDA JÚNIOR, 2017). Com o objetivo de contextualizar a área de influência, disponibiliza-se o Anexo B, que expõe a localidade com as diversas indústrias e empreendimentos instalados.

O Território dos Megaempreendimentos está localizado na mesma região do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, porém possui uma área mais ampla, pois abrange também o município de Itaguaí/RJ e região no entorno. O território dos megaempreendimentos se caracterizou por absorver atividades econômicas industriais de grande porte em investimentos multimilionários entre os anos das décadas de 2000 e 2010.

Dentre os megaempreendimentos evidenciados no território a investimentos públicos e privados, destacam-se atividades de infraestrutura e aporte ao setor industrial local (SANTANA, GUEDES, VILLELA, 2011). Alguns dos empreendimentos localizados neste território foram desenvolvidos alguns anos após a instalação do núcleo colonial agrícola, mas não protagonizaram o setor industrial até a década de 1970, cenário este que predominava o setor agrário.

O Quadro 3 mostra quais megaempreendimentos foram instalados no Território da região de Santa Cruz e adjacências nas duas últimas décadas. O perfil urbano-industrial sobressaiu, acelerando a instalação dessas companhias a partir da instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz na década de 1970.

²⁷ Em 1960, o Rio de Janeiro deixou de ser Capital da República e, em 1975, foi extinto o Estado da Guanabara, processo realizado através da fusão deste com o Rio de Janeiro.

²⁸ Dentre locais de origem dos migrantes japoneses ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz encontravam-se os estados de São Paulo e Pará (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008; INOUE, 2014).

Quadro 3: Megaempreendimentos instalados em Santa Cruz e adjacências.

Megaempreendimento	Montante investido (R\$ bilhões)	Empregos gerados
Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo Techint/Ternium)	13,2	6000 (diretos)
Duplicação da Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte (Rio-Santos) – BR 101 Sul	0,245	-
Ampliação da capacidade da Avenida Brasil	-	-
Corredor de Ônibus Articulados BRT Transoeste	1	-
Companhia Siderúrgica Cosigua – Gerdau (Expansão)	2,47	550 (diretos) e 3000 (indiretos)
Rolls-Royce	0,2	100
Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz	0,8	700
Porto de Itaguaí (Expansão)	1,2	1200 (diretos)
Porto Sudeste	4	2000 (diretos)
Base Naval de Itaguaí (submarinos nucleares) NUCLEP e UFEM	7,8	9000 (diretos) e 32000 (indiretos)
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	1,9	-
Usiminas/Ingá	1	400
Central de Tratamento de Resíduos (Ciclus)	0,4	600
Indústria Mineradora	0,0691804	300 (diretos)

Fonte: IKEDA JÚNIOR, 2017.

O Anexo B traz a figura que expõe os grandes investimentos compreendidos no complexo localizado desde a Ilha da Madeira até a Zona Oeste da capital fluminense. É possível observar a distribuição espacial dos empreendimentos industriais, bem como das áreas urbanas e outros pontos de logística e infraestrutura utilizados para auxiliar as indústrias locais. Esse perfil de proximidade dos empreendimentos industriais e o espaço rural revela um embate entre os interesses mercadológicos e as diversidades das sociedades locais, uma vez que em tempos atuais ainda persistem as culturas agrárias e remanescentes *nikkeis* em produções ditas anteriormente como coco e o aipim. No Anexo C a área geográfica de remanescentes predominantemente agrícolas entre os municípios de Itaguaí/RJ e Rio de Janeiro/RJ (Zona Oeste). É possível também perceber, neste último Anexo C, que não há continuidade geográfica no território estabelecido, porém os traços culturais e econômicos, bem como sociedades, demonstram que esse território agrário persiste com o avanço da urbanização e de empreendimentos industriais.

Após a instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz e o aumento das atividades na região, conforme exposto no Quadro 2, a dinâmica rural passou por transformações profundas, circunvizinhando-se a empreendimentos urbanos da década de 1980 em diante (IKEDA JÚNIOR, 2017). Primordial trazer a esse contexto que Santa Cruz teve a sua mudança de foco econômico quando da transição do agrário para o urbano-industrial em meio ao modelo de substituição de importações. A opção em âmbito nacional pelo estímulo ao setor secundário

impactou diretamente o núcleo colonial agrícola, uma vez que ele passou a se inserir entre conjuntos habitacionais e empreendimentos industriais.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à transferência da então Capital Federal, na década de 1960, para Brasília/DF, o que potencialmente esvaziou as políticas públicas federais no espaço agrário de Santa Cruz. Coincidentemente, após a década de 1960, a priorização pela urbanização da Zona oeste carioca tomou o protagonismo diante dos crescimentos econômicos verificados, principalmente no período do Milagre Econômico na década de 1970 (1968-1974).

A última grande leva de investimentos industriais – exposta no Quadro 2 – se revela diante da diversificação da economia fluminense mais recente, bem como o estado do Rio de Janeiro sediando grandes eventos a nível Internacional tornando evidente o local através de políticas fiscais e flexibilização da legislação ambiental (IKEDA JÚNIOR, 2017).

Mesmo que o território não seja predominantemente de origem japonesa, em meio ao século XXI, a produção agrária no formato atual fincou raízes a partir da migração *nikkei*, com a busca de regularização de terras e ocupação delas para a produção agrária. Nas décadas posteriores, após a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, difundiu-se o estabelecimento de outros produtores agrícolas na área circunvizinha.

Pelo viés cultural, o território agrário *nikkei* identificado nesta tese compartilhou traços de enraizamento com o Japão, através de diversas tentativas bem-sucedidas de escolarização do público descendente dos ocupantes originais do Núcleo, atividades esportivas e eventos dentro da comunidade japonesa. Essa questão era desenvolvida nos diversos locais em que os japoneses e seus descendentes habitavam dentro do estado do Rio de Janeiro e onde eram criados centros culturais e associações desportivas *nikkeis*.

Ressalte-se que a primeira associação *nikkei* do estado do Rio de Janeiro para fins socioeconômicos e culturais foi a de Santa Cruz²⁹, fundada antes mesmo da consolidação da agricultura dos japoneses no local. A questão cultural sempre foi um norte muito importante em meio aos migrantes japoneses onde quer que estivessem, com o intuito de manter os laços com a terra natal. Há de se verificar, ainda, que o desejo de manter uma coesão cultural entre as populações japonesas nas décadas seguintes à chegada ao Rio de Janeiro foi marcado pela difusão de interessados brasileiros locais sobre língua, festividades, informações e outros pontos relacionados a cultura do Japão. Esse cenário possibilitou a transmissão dos interesses sobre o país asiático e sobre a cultura japonesa inserida no Rio de Janeiro.

O Japão, em solo fluminense, foi grande influenciador cultural, com suas raízes fincadas na fundação das associações desportivas e/ou culturais pelo estado, o que possibilitou canais permanentes de contato das populações locais com a essência do povo japonês.

Outro ponto que pode ser elucidado sobre a cultura japonesa diz respeito justamente ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Apesar de muitos japoneses não terem previamente lidado com questões da terra, eles foram bem-sucedidos por sua perseverança, foco e perspicácia muito difundidos dentro da comunidade, assim como no Japão. Essa questão se mostra parte importante da cultura, conexas com características envoltas na simplicidade, na simetria e na engenhosidade (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

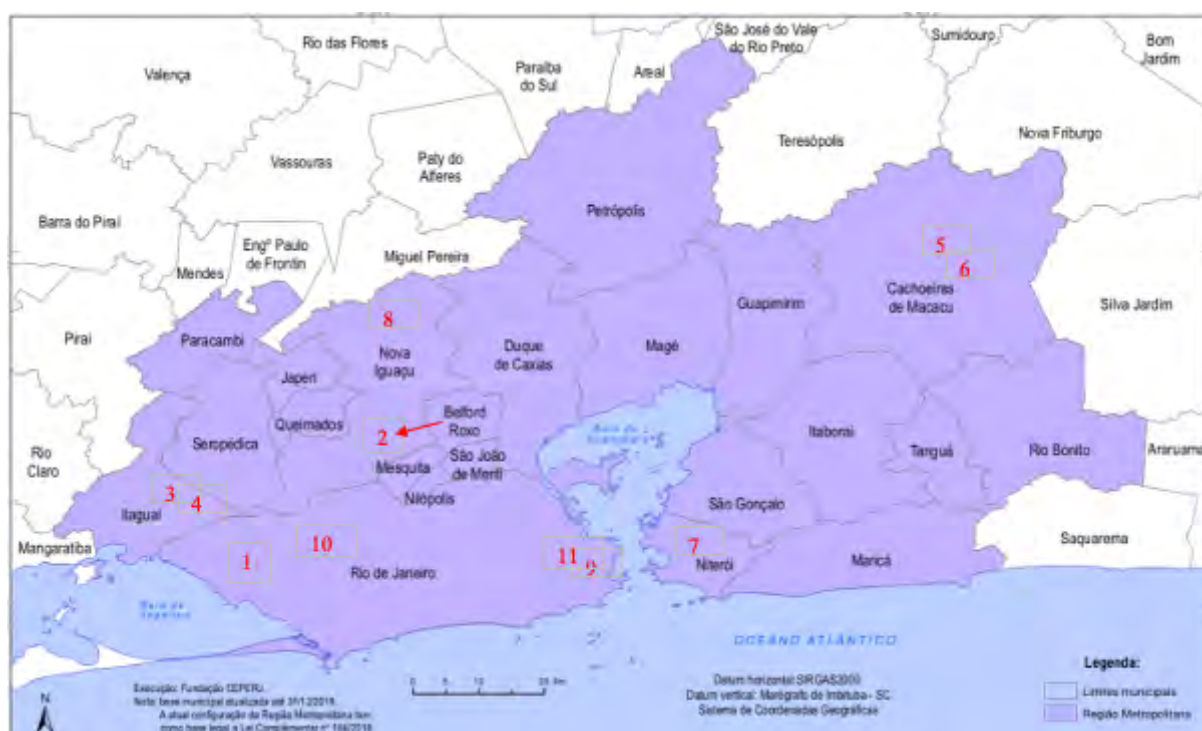
A cultura, agora caracterizada, pode ser observada nesse território *nikkei* que compartilhou tão bem características econômicas como foco no setor agrário e de fusão da cultura por meio da coesão dentro da comunidade.

²⁹ Vide o Quadro 4 a seguir.

Se observado o Quadro 4, há de se notar que os nichos japoneses na região metropolitana do Rio de Janeiro são espaçados, mas gozam de características semelhantes, criando, assim, uma identidade encontrada em cada núcleo, configurando um território por si só.

Quadro 4: Distribuição espacial e ano de fundação de associações *nikkeis* na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Identificação no mapa	Ano de fundação	Local	Nome
1	1938	Rio de Janeiro	Associação Rural Nipo-brasileira de Santa Cruz
2	1938	Belford Roxo	Associação Nikkei de São Bento
3	1947	Itaguaí	Itaguaí Bunka Clube
4	1948	Itaguaí	Esperança Atlético Clube de Piranema
5	1953	Cachoeiras de Macacu	Esporte Atlético Clube de Papucaia
6	1953	Cachoeiras de Macacu	Esporte Clube Agrícola de Papucaia
7	1954	Niterói	Associação Nikkei de Niterói
8	1970	Nova Iguaçu	Clube Nikkei de Tinguá
9	1972	Rio de Janeiro	Associação Nikkei do Rio de Janeiro
10	1982	Rio de Janeiro	Associação Nikkei de Campo Grande
11	1995	Rio de Janeiro	Rio Sports Club



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de RENMEI (Associação Cultural e Esportiva Nipo-brasileira do Estado do Rio de Janeiro). Cartograma elaborado por Tiago Dionísio da Silva *apud* Martins et al., 2010.

A distribuição espacial das associações culturais e esportivas *nikkeis*, porém, demonstra uma proximidade com a capital fluminense. Esse fato não inibiu que associações no interior do estado e outras localidades da região metropolitana fossem criadas e consolidadas ao longo das décadas.

2.4.3 A participação social e o desenvolvimento local

Sob a perspectiva local, Santa Cruz é um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ, inserido dentro da propriedade da Fazenda Nacional de mesmo nome, que testemunhou transformações sociais, políticas e econômicas ao longo dos dois últimos séculos. Assim, ressalta-se a importância de observar os processos de desenvolvimento pelos quais o local passou.

No olhar deste trabalho, o bairro de Santa Cruz estava imerso em uma dinâmica agrária a qual se mostrava a principal atividade local até a década de 1970. Com o passar das décadas do século passado, principalmente após 1975, o foco passou a ser o setor industrial. Consonante tal situação, Sachs (2008) ressalta que o desenvolvimento extravasa a mera replicação do Produto Interno Bruto (PIB), seja de um local, uma região, âmbito nacional ou global. O crescimento econômico que se mostra pela alteração de cifras fica restrito a um conceito numérico. Já o desenvolvimento, por sua vez, perpassa por diversos outros cenários e temas sensíveis ao amadurecimento de uma sociedade como um todo e não somente a porcentagens.

Dentre as diversas frentes que se pode considerar a de um desenvolvimento, vale citar a social, a científica, a tecnológica, a econômica, a política, a ambiental, bem como tantas outras frentes temáticas que permeiam uma realidade coletiva. Com as diversas áreas citadas, torna-se evidente que reduzir o local aos números de replicação do PIB se torna insatisfatório para uma análise qualitativa, quando se quer entender a realidade local (SACHS, 2008; ULTRAMARI, 2009).

Uma questão de suma importância, porém, é sobre como alcançar efetividade do desenvolvimento local em relação à diversas dimensões temáticas como as apresentadas no parágrafo anterior. Essa multidimensionalidade cria um complexo cenário sobre como a sociedade pode fomentar processos de amadurecimento das instituições e combate ao individualismo (SACHS, 2008; ULTRAMARI, 2009; TENÓRIO, 2012).

Habermas (1984) evidenciou que a participação social é instrumento importante para se alcançar um efetivo desenvolvimento. A abertura de canais de comunicação e a cultura da dialogicidade permeiam as mais diversas possibilidades de se estabelecer que a sociedade participe e se beneficie das mudanças multidimensionais. Tenório (2012) e Cançado (2013), por sua vez, trouxeram consigo um aprofundamento da teoria habermasiana, em que os elementos da comunicação não somente criariam uma ponte de conversações, mas a possibilidade de que o público tivesse a oportunidade de discutir em igual parâmetro em relação ao Estado e ao mercado.

Esse estabelecimento de um diálogo entre Estado, mercado e sociedade seria realizado através de um “espaço público” no qual as conversações poderiam ser desenvolvidas com equidade de poderes, afastado de vícios e intimidações. O “espaço público”, então, não seria mero instrumento de falas, mas também de verdadeiro reforço a democracia (HABERMAS, 2011; TENÓRIO, 2012; CANÇADO, SAUSEN, VILLELA, 2013).

Para tanto, a dialogicidade é um elemento importante quando se quer estabelecer as premissas e as necessidades de uma sociedade, seja ela local, regional ou em qualquer outra forma. Evidencia-se que diálogo e democracia são complementares e não mera restrição ao pleito eleitoral ou à representatividade do povo (SACHS, 2008; ULTRAMARI, 2009; HABERMAS, 2011). Nesse âmbito, estabelece-se o conceito de gestão social como sendo um processo de baixo para cima, ou seja, partindo da sociedade o poder de decisão e de fala, ambos

direcionados ao Estado e ao mercado. Percebe-se que não há exclusividade nesse processo, mas a necessidade de incluir todos os atores envolvidos.

O conceito de gestão social pressupõe incluir o máximo de atores possíveis nas ações, principalmente os interessados e impactados pelas movimentações multidimensionais verificadas no local. Assim a necessidade de se abrir canais dialógicos, bem como possibilitar a participação de todos os interessados, acaba por configurar uma possibilidade de desenvolvimento multidimensional como abordado por Sachs (2008).

No entanto, a gestão social, seja ela na sua fase de discussão ou implementação, necessita de um acompanhamento periódico, principalmente por estar num processo democrático em que a pluralidade de atores muitas vezes afastados da moralidade pública, ética geral e com interesses escusos. Para tanto, o controle social é o instrumento que vai possibilitar a sociedade de acompanhar os diversos passos seja do Estado ou do mercado na efetivação dos parâmetros estabelecidos na fase dialógica, emerge como solução (CANÇADO, SAUSEN, VILLELA, 2013).

Ora, o controle social aqui tratado não parte do Estado, mas da sociedade em relação aos atos do poder público e do mercado. A essência desse instrumento é que a sociedade, através de suas instituições ou de forma geral, estabeleça olhares críticos sobre as ações desenvolvidas pelos agentes públicos e privados envolvidos no empreendimento discutido na fase de gestão social (CANÇADO, SAUSEN, VILLELA, 2013). Com isso, o controle social deve ser municiado de formas tanto que o Estado deva prover como portais de transparência, acesso a informações, fornecimento de espaços públicos, acesso a autoridades e tantos outros pontos. Além disso, o mercado também deve facilitar o acesso público a dados de interesse da sociedade. Essa transparência inviabilizaria ações que atentem à democracia e aos interesses públicos, bem como andaria lado a lado com a moralidade e a ética (TENÓRIO, 2012; CANÇADO, SAUSEN, VILLELA, 2013).

Nesse ponto se estabelece uma ligação entre o objeto de pesquisa deste trabalho e os processos de desenvolvimento locais visualizados em Santa Cruz. Os interesses mercadológicos e públicos acabaram por alterar o cenário agrário da região após quase quatro séculos de vida rural (1600-1975) para um perfil predominantemente urbano industrial verificado na contemporaneidade (1975-2021) (LA ROVERE, SILVA, 2010). Não a toa, a chegada da mão de obra japonesa a Santa Cruz também estabeleceu associações e organizações *nikkeis* para preservação da cultura, realizações desportivas e difusão da língua materna³⁰. As instituições criadas, porém, não possuíam o perfil de representatividade ou espaço público de discussões. Essa questão será abordada no Capítulo 5, quando for realizada uma análise crítica sobre o passado rural de Santa Cruz e sua transição para uma área urbano-industrial, a partir da década de 1970, seguindo políticas públicas implementadas em âmbito nacional.

Importante mencionar, ainda, uma tendência cíclica entre gestão social, controle social e desenvolvimento local, uma vez que quando as demandas de uma sociedade são realmente ouvidas, seja pelo Estado ou pelo mercado, as políticas públicas podem ser corretamente direcionadas às reais demandas.

Em um espaço público se estabelece o diálogo. Colocada a dialogicidade em prática, passa-se ao acompanhamento da implementação das políticas públicas e, por fim, com as demandas devidamente encaminhadas, o local é provido da resolução das demandas que a sociedade encaminhou no processo de conversações. A esse respeito, a Figura 5 mostra o aspecto de interconexão e intercessão entre os três atores em um cenário de gestão social, acompanhada pelo controle social da sociedade local.

³⁰ A primeira foi a Associação Nipo-Brasileira de Santa Cruz, fundada de 1938.

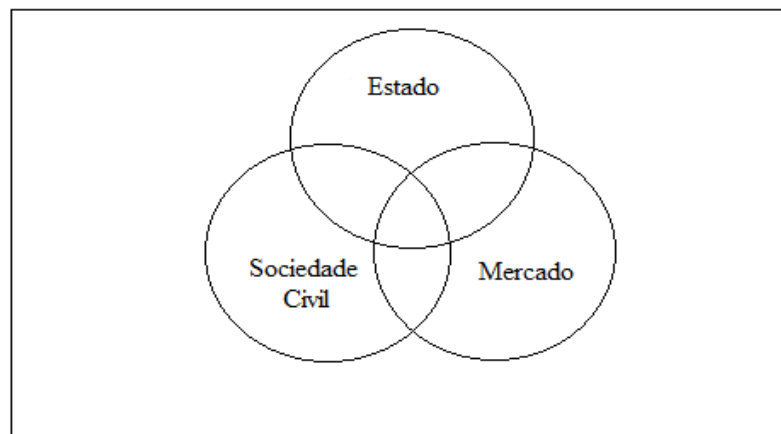


Figura 5: Os setores em uma democracia deliberativa.

Fonte: Adaptado de Cançado et al., 2013, p. 102; Sachs, 2009.

A questão da participação social nos processos de desenvolvimento também deve ser levada em consideração quando observado o momento de chegada dos japoneses a Santa Cruz. A década de 1930 foi marcada por uma série de políticas públicas destinadas à ocupação do espaço e a garantias de desenvolvimento das atividades econômicas dos novos trabalhadores. As ações do Governo Federal, à época, conforme elucidado nas seções anteriores, pautavam-se em processos que extravasassem a mera replicação do produto interno bruto e objetivavam garantir que as diversas dimensões espectrais de uma sociedade amadurecessem como um todo.

Diferentemente do intuito de organização de bairro ou conselho comunitário, municipal ou afins, as associações *nikkeis* desejavam garantir a preservação das raízes com a terra natal, o Japão, ensinando e mantendo coesas as atividades e cultura do povo japonês e seus descendentes no Brasil. A discussão em torno da gestão social partiu da possibilidade de uso dessas associações como fontes de discussão junto não somente à comunidade às quais elas estão inseridas, mas também nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico locais. Porém, o autor deste trabalho identificou que as associações, dentro da esfera local de Santa Cruz e Itaguaí/RJ, têm como atividades apenas dentro da comunidade *nikkei*, abrindo se alguns convidados externos.

Verifica-se, assim, que uma dinâmica de gestão social não se concretizou, e as associações *nikkeis* locais se tornaram centros de cultura, esporte e lazer, não sendo inseridas no rol de praticantes de gestão social junto ao público carioca ou itaguaiense. O debate sobre a importância da abertura de diálogos com a comunidade japonesa e seus descendentes margeia o âmbito do crescimento econômico, uma vez que todos os nichos *nikkeis* na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro estão sujeitas a pressões imobiliárias e mercadológicas (NASCIMENTO, 2016; IKEDA JÚNIOR, 2017), o que acaba por pluralizar sua influência regional, inserindo o processo migratório, também, como uma das formas de transformação do espaço.

Em Santa Cruz, por exemplo, a implementação do Distrito Industrial na década de 1970 e a construção de diversos conjuntos habitacionais ao longo da década de 1980, nos arredores do Núcleo Colonial Agrícola, inseriram o espaço rural numa fronteira iminente com a urbanidade carioca. Uma questão, porém, é levantada, pois a comunidade de descendentes de japoneses que esteja sob influência de grandes transformações econômicas e sociais poderia ser chamada às mesas de discussão, conforme exposto na Figura 4 na participação da sociedade civil para equilíbrio junto às outras duas esferas, quais sejam (a) do mercado e (b) do Estado.

Há de se aventar, porém, que quando da chegada dos primeiros japoneses a Santa Cruz entre 1938 e 1950, todas as vindas ocorreram de forma voluntária e motivada por interesses pessoais, mas incentivadas pelo Ministério da Agricultura e suas medidas atrativas. Quando da visita do então ministro Fernando Costa na CAC, em 1938, alguns voluntários japoneses se prontificaram a selecionar famílias e explicar as condições nas quais elas iriam estar inseridas em Santa Cruz (CORREIO PAULISTANO, 1938; HIRATA, INÁCIO JÚNIOR, 2001).

A consonância de interesses sobre a partida para Santa Cruz e o fato de todos terem ido de forma voluntária possibilitou que eventuais discordâncias ocorressem de forma irrisória e mantivessem coesas as decisões da comunidade nos primeiros anos de implementação do Núcleo Colonial Agrícola. A questão ligada à infraestrutura e a aportes financeiros aos primeiros japoneses de Santa Cruz foi precária. Mesmo assim, o desenvolvimento das atividades se manteve firme e passou a gerar resultados logo nos primeiros anos após 1939.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem por objetivo uma análise qualitativa a qual se valerá de dados estatísticos, principalmente, sobre evolução populacional e dados socioeconômicos após 1908. Análise qualitativa diz respeito a aspectos culturais, sociais e conexos sobre as populações japonesas, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. Por tratar de uma questão migratória, bem como econômica, a tese trabalhou com o fluxo migratório a partir de aspectos econômicos e outros os quais serão apresentados a fim de delinear, de forma empírica, com dados estatísticos, pontos históricos para a elucidação deste estudo.

Houve uma coleta regular de dados estatísticos, seja em sítios eletrônicos diversos ou em obras bibliográficas físicas, bem como artigos científicos, institutos oficiais de censo ou instituições que trabalham com a temática das populações japonesas.

3.1 Estudos e Instrumentos Utilizados

Para o desenvolvimento desta tese e posteriores trabalhos, o modelo escolhido foi o qualitativo, o qual combina técnicas e análises que possibilitam visão e leitura críticas dos dados coletados, tanto de forma prática como teórica. Assim, com predominância de informações e conhecimento teórico, mas com a presença de dados estatísticos e numéricos em menor grau, este autor, de acordo com Giddens (2012) e Flick (2004), identificou ainda que a permissividade do pesquisador mergulhar no seu objeto de pesquisa, como observador, reforçou a metodologia como qualitativa da mesma forma.

As transformações sociais e suas dinâmicas fazem parte da conjuntura científica, uma vez que, a partir da análise crítica e direcionada do pesquisador, é possível se obter análises e resultados das diversas dimensões da sociedade (ambiental, social, cultural, histórica, dentre outras). As interpretações dos aspectos humano-sociais permitem a retirada de resultados precisos do objeto de pesquisa, uma vez que as emoções dos indivíduos e suas percepções tornam-se pontos de convergência aos interesses científicos precisos sobre o fenômeno social (MINAYO, 2006; VERGARA, 2010).

Insta salientar que a técnica utilizada não excluiu a análise de dados estatísticos, figuras, mapas, fotografias e outros meios para complementar e embasar a pesquisa qualitativa. Dados populacionais, mapas do objeto de pesquisa, imagens, quadros e tabelas formarão a análise crítica da interpretação e do cruzamento de dados, fortalecendo a criticidade e a comunicação científica entre a sociedade e seus fenômenos (DEMO, 2001; MINAYO, 2006). Nesta fase de coleta de dados foi identificada uma triangulação de informações que, segundo Rocha e Deusdará (2005); Minayo, (2006), passou por três fases de processo para amadurecimento dos dados para finalização científica no trabalho de tese, a saber: (i) documental, bibliográfica e virtual, (ii) coleta de dados em campo junto às populações de origem japonesa e (iii) observação não-participante.

Sobre as coletas documental, bibliográfica e virtual, faz-se necessária a observação de que, sobrevivendo material que agregue informações à pesquisa, elas serão absorvidas e colocadas como parte do referencial bibliográfico, sobretudo quando se reconhece que na fase de observação não-participante há a possibilidade de coleta de material.

Sobre a fase de visitas técnicas e observação não-participante, com base em Godoy (1995) e Vergara (2010), abará os seguintes aspectos descritos no Quadro 5:

Quadro 5: Aspectos abordados pelo pesquisador na fase de visitas e observação não participante.

1	(i) Inserção no ambiente natural pesquisado como fonte primária de observação, interpretação e coleta de dados.
2	(ii) Processo descritivo dos dados obtidos durante a inserção no ambiente natural de maneira a construir resultados analíticos.
3	(iii) Busca de um entendimento do universo investigado a partir da perspectiva dos participantes locais.
4	(iv) Emprego de bases subliminares indutivas, como medida observante para captação e análise de dados obtidos durante a pesquisa no ambiente natural (território investigado).

Fonte: elaborado pelo autor.

O objetivo da observação não é intervir ou participar ativamente da realidade social do objeto de pesquisa, mas sim de compreender a dinâmica associada à construção do tema. O pesquisador age e agirá de forma imparcial, apenas coletando os dados visuais e bibliográficos de interesse da pesquisa, sem alterar o cenário em que se desenrolam os aspectos etnográficos os quais estão associados aos atores envolvidos no objeto de pesquisa, sobretudo a comunidade japonesa local.

Outro ponto importante diz respeito ao próprio pesquisador, o qual está imerso na realidade social do objeto de pesquisa, uma vez que a residência e o convívio social dele estão intimamente ligados às atividades cotidianas. Para tanto, reforça-se a configuração de não-intervenção proposital ou participação ativa no convívio social relatado.

3.2 Métodos Utilizados e Coleta de Dados

Para tornar de fácil compreensão o vislumbre em torno da coleta de dados, utilizou-se a estratégia adotada em Cervo, Bervian e Silva (2007), que compilam, a partir dos objetivos específicos enunciados anteriormente, os métodos e resultados esperados (Quadro 6).

As visitas tiveram por objetivo a obtenção de uma percepção apurada sobre a realidade socioeconômica que envolve os atores e consequente conhecimento sobre a dinâmica em torno do objeto de pesquisa.

Foram realizadas como o previsto, fazendo uso de questionário aberto, cujas perguntas foram realizadas de forma ampla para melhor captação de informações diversas. Não foram obtidas autorizações sobre a utilização das respostas na íntegra, nem o uso de nomes, uma vez que os atores consultados possuíam atividades sensíveis ao tema.

Quadro 6: Métodos e resultados esperados para os objetivos traçados para a pesquisa.

Objetivos intermediários	Método	Resultados
1 Contextualizar sob uma perspectiva histórica e geográfica os antecedentes e a chegada da mão de obra migrante japonesa ao Brasil, e ao Rio de Janeiro, desde a sua origem no país asiático até sua instalação na Zona Oeste da então Capital Federal e Região Metropolitana.	Análise documental e bibliográfica, além da utilização de dados e parâmetros estatísticos para complementar o exame teórico de tais localidades. Tal espaço terá aproveitamento, além de pesquisa bibliográfica, dados de associações nikkeis, do Museu da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro (MIJ-RJ), do Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros e outros. Pesquisa bibliográfica e virtual com embasamento histórico da localidade, cujas informações são escassas ou fragmentadas, sendo que este trabalho irá reunir tais informações. Além de bibliografia previamente levantada, além de demais que poderão advir durante o processo de pesquisa, serão aproveitadas informações de organismos tais quais: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Prefeitura do Rio de Janeiro, AEDIN, FIRJAN, dentre outros.	Criou uma perspectiva histórica de evolução socioeconômica dessa área a fim de compreender o passado do espaço objeto de pesquisa. Refazer o processo de migração japonesa para o continente americano e, mais especificamente para o Brasil e o Rio de Janeiro, por fim. Estabelecer as bases que fizeram os migrantes japoneses se instalarem em Santa Cruz/RJ e o aporte e direcionamentos dados pelo Governo Federal no período estabelecido: 1930-1945.
2 Analisar as decisões do Governo Federal (1930-1945) sobre os incentivos e atração de migrantes japoneses para o Rio de Janeiro e respectivas políticas públicas adotadas para fortalecer a ocupação em Santa Cruz e locais adjacentes.	Análise bibliográfica e virtual acerca da temática da (re) migração, japonesa, políticas públicas, desenvolvimento, etnografia e outros temas conexos como multidimensionalismo, crescimento econômico, urbanização e outros.	Esclareceu e definiu o arcabouço teórico e conceitos como (re) migração, política pública, desenvolvimento, delimitação do objeto de pesquisa e aspectos que influenciam na dinâmica socioeconômica local (Santa Cruz/RJ).
3 Expor o processo de esvaziamento da política pública de produção agrícola de Santa Cruz, e regiões circunvizinhas, a partir da década de 1970 e na atualidade, bem como a mudança da conjuntura econômica nacional que impactou no cenário socioeconômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro nos períodos citados.	Análise bibliográfica, documental e visitas técnicas junto à comunidade sob as perspectivas em torno do avanço da industrialização em uma localidade rural, a Zona Oeste do Rio de Janeiro, sobretudo o bairro carioca de Santa Cruz.	Compreendeu que o processo de industrialização de Santa Cruz, e o em torno, incentivou o esvaziamento da comunidade japonesa no local, levando o sentido contrário da atração das décadas de 1930 e 1940.

Fonte: elaborado pelo autor.

Dentre os locais e atores visitados para a absorção de informações para esta tese, seguem os seguintes (Quadro 7):

Quadro 7: Locais de visitas técnicas realizadas até outubro de 2020.

	Instituição	Visita técnica
1	Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro	Sede do Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro (Praia do Flamengo, 200, Flamengo) – Presencial
2	Museu da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro	Sede do Museu da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro (Rua Cosme Velho, 1166, Cosme Velho) – Presencial
3	Associação Cultural Nipo-Brasileira em Santa Cruz	Sede da Associação Cultural Nipo-Brasileira em Santa Cruz (Reta do Rio Grande, S/N, Santa Cruz) – Presencial
4	Centro de Imigração Nipo-Brasileiro (São Paulo)	Por e-mail

Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à coleta de dados, observou-se que o material bibliográfico satisfaz o embasamento científico e teórico, bem como prático, uma vez que antes do ano de 2008 a bibliografia em torno da migração japonesa era escassa e fragmentada, mas o tema se tornou relevante com a completude dos cem anos de chegada do navio *Kasato Maru*, em Santos/SP. Ainda sobre isso, os dados estatísticos não são de compreensão evidente para o caso específico deste trabalho, mas desvendá-los foi necessário para acompanhar a evolução do contingente populacional da comunidade japonesa em Santa Cruz/RJ e, por via de consequência, no estado do Rio de Janeiro.

O Quadro 8 resume as fontes de coleta de dados conforme as necessidades do trabalho:

Quadro 8: Quadro-resumo sobre a coleta de dados.

Meios de Coleta	Critérios		
	Fonte	Período	Local de Destino
Bibliográfica	Livros, revistas, artigos e dissertações e teses.	1930-1945 e 2010-atualidade	Referencial Teórico e Bibliografia
Documental	Plano Diretor do Rio de Janeiro, normativos federais, estaduais e municipais, relatórios, documentos de associações <i>nikkeis</i> e consulares; outros.	1930-1945 e 2010-atualidade	Referencial Teórico e Bibliografia
Telematizada	Sítios eletrônicos de IBGE, PNUD, IPP, FIRJAN, IJP, Atlas Brasil, IPEA, DATASUS, Prefeitura do Rio de Janeiro, GeoRio, Google Acadêmico (Scholar) e outros.	1930-1945 e 2010-atualidade	Referencial Teórico e Bibliografia
Pesquisa de Campo	Visitas técnicas e observação.	2018-2020	Referencial Teórico

Fonte: adaptado pelo autor, com dados de Ferraz, 2013.

Vale ressaltar que o quadro-resumo desvenda, ainda, a questão de busca por documentação atual, sobretudo no final da década de 2000, que encontrou diversos escritos em torno do tema, fragmentados em variadas fontes, devido aos cem anos da Imigração Japonesa para o Brasil completados em 2008.

Esses documentos e livros tratam de diversos temas sobre a chegada e instalação dos migrantes japoneses no estado do Rio de Janeiro. O desenvolvimento de atividades econômicas e relatos de famílias migrantes também formam o conteúdo das obras abordadas neste trabalho de tese, que levaram a consolidação dos livros e artigos surgidos das comemorações em 2008 e anos seguintes.

3.3 Tratamento dos Dados

Para o tratamento dos dados, o pesquisador fez uma triagem sobre o material bibliográfico coletado para selecionar informações relevantes, primeiro sobre a questão migratória japonesa, sobretudo a partir da Era Meiji e períodos posteriores até o advento da Segunda Guerra Mundial e a consolidação japonesa na região de Santa Cruz/RJ, no Brasil. Em um segundo momento, a seleção documental teve origem nos dados coletados juntos a organismos oficiais como o Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, o Museu da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro e outras instituições.

Visitas técnicas foram realizadas e dados relevantes foram coletados, embasados, a todo momento, pela pesquisa bibliográfica. Nesse caso, este pesquisador se valeu de incursões nas instituições citadas acima para coletar dados que desenvolveram esta parte da pesquisa e solidificarão a tese proposta.

Dentre os dados estatísticos conquistados houve uma triagem para se poder realizar uma análise em torno das populações japonesas que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XX. Outra questão diz respeito ao quantitativo populacional de imigrantes de origem japonesa³¹ residentes no Estado do Rio de Janeiro, bem como aquelas famílias que se estabeleceram em Santa Cruz, local-objeto de estudo deste trabalho.

Para tanto, a seguir, o tratamento dos dados apresenta os dados obtidos junto a órgãos oficiais que tratam do censo e de levantamentos populacionais. O Quadro 9 mostra a evolução populacional de imigrantes de origem japonesa residentes no Brasil, entre 1908 e a década de 1950, na primeira coluna em comparação aos residentes de origem japonesa no estado do Rio de Janeiro na coluna ao lado. Esse quadro evidencia que a população de origem japonesa no Rio de Janeiro era muito pequena se comparada ao restante do país, seja proporcionalmente ou em números absolutos.

Quadro 9: Residentes de origem japonesa no Brasil e no estado do Rio de Janeiro (1908-1950).

Período	Brasil	Estado do Rio de Janeiro
1908	781 (165 famílias)	Sem dados
1920	27.976	313
1940	144.523	918
1950	129.192	1.478

Fonte: Pereira, Oliveira, 2008.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil presenciou a interrupção do fluxo migratório com o Japão. Além disso, como evidenciado acima, 1930, não houve o Censo, motivo pelo qual o quantitativo populacional não pôde ser medido com precisão no período.

³¹ São imigrantes de origem japonesa, sem contar seus descendentes.

Nota-se que a população de origem japonesa no estado do Rio de Janeiro sempre foi muito tímida. Apesar disso, entre 1920 e 1940, os residentes japoneses quase triplicaram na região fluminense. Concentrando-se a análise deste trabalho inicialmente no período descrito, tem-se a questão da política de Estado para o incentivo migratório de japoneses para a Zona Oeste da então Capital Federal. Sobre isso, e com base no Decreto-lei 838/1938, a Colônia Agrícola de Santa Cruz foi institucionalizada. A partir de então, teve 12 famílias de origem japonesas instaladas com fins de regularização fundiária e produção agrícola na região da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Sob a supervisão do Ministério da Agricultura, em 1938, iniciou-se uma série de transformações na Zona Oeste da Capital Federal.

Além da ocupação permanente do solo, da regularização fundiária e de dar uma finalidade produtiva ao solo, além de obras de saneamento básico, a ocupação local por populações japonesas foi um esforço do Governo Federal do período com famílias trazidas da municipalidade de Cotia (Cooperativa Agrícola de Cotia/SP – CAC), no estado de São Paulo.

A Figura 6 mostra um mapa da região de Santa Cruz antes das obras do saneamento local.

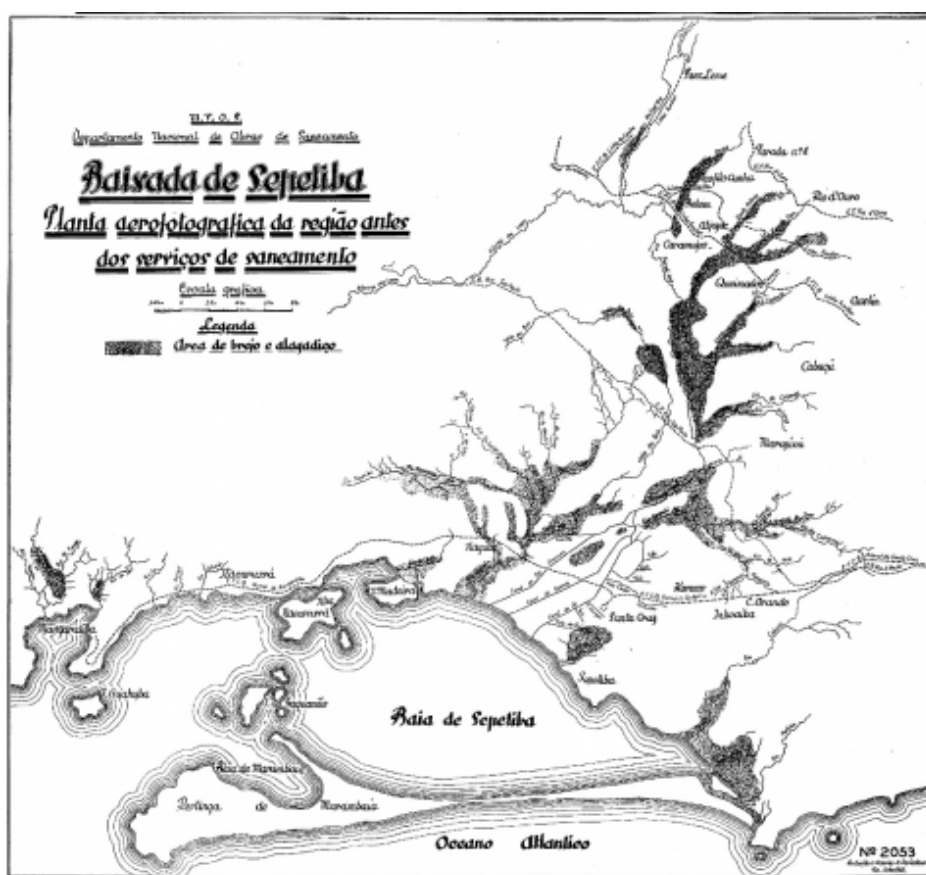


Figura 6: Região de Santa Cruz antes das obras de saneamento.

Fonte: GÓES, 1942, p. 22.

No Quadro 10 é possível visualizar um resumo das principais medidas tomadas pelo Governo federal no aporte à ocupação definitiva da região de Santa Cruz. As ações tomadas foram apresentadas ao longo deste trabalho e todas tinham como destinação final fazerem parte de um cinturão hortifrutigranjeiro próximo à Capital Federal, em terras antes improdutivas e com ocupação problemática.

O Quadro 10 complementa a Figura 6 ao expor as frentes de atividades de engenharia que foram implementadas ao longo das décadas de 1930 e 1940 para tornar acessível a dinâmica

econômica em Santa Cruz por meio da criação de canais e controle de enchentes para posterior plantio e irrigação nas propriedades dos migrantes estrangeiros que habitavam o local (GÓES, 1942).

Quadro 10: Resumo das principais ações e políticas realizadas pelo Governo Federal para a ocupação de Santa Cruz.

	Tipo de ação ou política	Justificativa
1	Abertura dos canais e desvio de rios: (1) São Fernando; (2) São Francisco; (3) Guandu; (4) Guarda; (5) Cação Vermelho.	Controle de enchentes.
2	Construção de residências para os proprietários de terras em Santa Cruz.	Infraestrutura de acolhimento das famílias.
3	Estrada de Ferro Central do Brasil.	Escoamento da produção.
4	Demarcação e entrega de títulos para cultivo e residências permanente nos locais.	Regularização das terras próximas à Capital Federal para agricultura familiar.
5	Criação de um cinturão hortifrutigranjeiro na Baixada Fluminense.	Criar produção nos arredores da Capital Federal.
6	Predomínio de mão de obra de origem japonesa.	Conhecimento e manejo das terras e interesses locais.
7	Saneamento local.	Controle de doenças e ocupação do solo.
8	Implementação legislativa do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.	Regularização das terras próximas à Capital Federal para agricultura familiar.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 11, por sua vez, traz uma elucidação sobre a evolução populacional em Santa Cruz, a partir de 1938, em comparação aos residentes japoneses no estado do Rio de Janeiro. Há, porém, uma inconsistência de dados, pois não há o número absoluto de residentes japoneses em Santa Cruz. Assim, este autor trouxe ao trabalho o quantitativo de famílias que ocuparam Santa Cruz no período.

Quadro 11: Residentes de origem japonesa no estado do Rio de Janeiro e em Santa Cruz (1938-1950).

Período	Estado do Rio de Janeiro	Santa Cruz
1938	<i>Não houve censo na década de 1930.</i>	13 famílias.
1940	918.	40 famílias.
1950	1.478.	Sem dados.

Fonte: MHIJRIO, 2020 e MARTINS et al., 2010.

Os dados sobre indivíduos de origem japonesa residentes em Santa Cruz não se mostram precisos, uma vez que as instituições oficiais de levantamento de dados estatísticos, bem como em representações das comunidades japonesas, sejam no município do Rio de Janeiro, seja em âmbito nacional, não possuem tais levantamentos consolidados.

O autor deste trabalho fez incursões virtuais e físicas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Infelizmente, a coleta de dados e materiais se

mostrou insuficiente para precisar a evolução populacional no primeiro núcleo colonial³² para ocupação não somente da Zona Oeste do Rio de Janeiro, como da Baixada Fluminense.

3.4 Limitações do Método

Encontraram-se diversas limitações previstas, como a questão documental precisa sobre o período 1930-1945, bem como ausência de outras estatísticas para tornar a pesquisa mais sólida. Outro ponto diz respeito à maturidade de informações disponibilizadas pelas instituições buscadas, pois elas possuíam informações esparsas ou incompletas. Quanto a outras limitações encontradas como as entrevistas, pode-se mencionar a desconfiança social em torno de questionamentos científicos, fenômeno que torna o entrevistado avesso à recepção das intenções deste pesquisador.

A população japonesa do Rio de Janeiro, como parte de um todo, é uma comunidade pouco numerosa se comparada a outras do Brasil. Não possuiu um censo ao longo de sua chegada, nem acompanhamento constante, salvo fragmentos esparsos sobre a sua existência ao longo da história. Assim, este pesquisador tem sido exaustivo ao coletar os dados, mesmo após as diversas publicações ocorridas sobre a chegada nipônica ao Brasil há pouco mais de cem anos.

Há o reforço de que a comunidade japonesa brasileira é, ainda hoje, a maior do mundo fora do próprio país de origem, tendo sido o Brasil o principal destino de imigrantes do Japão por décadas, mas, ainda assim, captar informações científicas relativas a esta comunidade, principalmente aquelas de cunho censitário e estatística é extremamente complexo e fragmentado.

³² O Núcleo Colonial Agrícola de Santa cruz foi o primeiro criado em 1938 pelo Governo Federal (PAGANELLI, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Instalação Japonesa em Santa Cruz: Causas e Motivos para a Chegada e a Consolidação no Local

Esta seção tem por objetivo apresentar as tomadas de decisões do Governo Federal (1930-1945) sobre a atração de imigrantes japoneses para o Rio de Janeiro e respectivas políticas públicas adotadas para a ocupação em Santa Cruz. A tutela do governo japonês³³ para a migração desse povo destinava famílias e pessoas diversas caracterizadas como agricultores, mesmo aqueles que não tinham a prática no seio profissional (INOUE, 2014). Essa diversidade de origem de ofício estava ligada ao saneamento social que o governo Meiji fazia no período pós-feudal do país. Apesar de tal contraponto em torno das profissões, os japoneses possuíam conhecimento e notoriedade como entendedores de plantios diversos e do uso adequado da terra. Essa visão, porém, foi contida pelo que Inoue (2014) identificou como o chamado “perigo amarelo”.

Em tempos conflituosos, como foram as quatro primeiras décadas do século passado em todo o globo terrestre, os japoneses foram recepcionados com desconfiança pelas populações locais, seja nos Estados Unidos, Canadá, México, ou nos locais receptores posteriormente, quais sejam Peru, Argentina, Venezuela, Colômbia e outros.

A política de branqueamento de Vargas também culminou com a absorção da mão de obra japonesa que, apesar de não ser totalmente branca europeia era uma pele de tom “claro”. Outro ponto dizia respeito à assimilação cultural dos japoneses no Brasil e suas raízes com o país natal³⁴. No estado do Rio de Janeiro, incluindo Santa Cruz e regiões adjacentes, a desconfiança e a marginalização dos japoneses não ocorreu com grande intensidade, tendo mesmo as comunidades *nikkeis* proteção policial e do Estado brasileiro. Em nível nacional, a desconfiança aumentou com o Decreto Nº 10.358/1942³⁵, mas manteve-se a lógica no Rio de Janeiro apresentada anteriormente e as populações japonesas desenvolveram suas atividades econômicas locais sem maiores problemas.

Vale ressaltar que a década de 1930, mesmo com a chegada definitiva de mão de obra no Rio de Janeiro, pautou-se pela crise na imigração *nikkei* entre Japão e Brasil devido aos contornos que os conflitos armados e desconfiança geral permeou a sociedade brasileira. Esse é mais um dado que reforça o caráter atípico de recepção da mão de obra japonesa em Santa Cruz³⁶ (LEÃO, 1990).

Por outro lado, há de se observar que o perfil econômico e social da região de Santa Cruz destoava do restante do Brasil, fato esse que vinha desde o período imperial (1822-1889) e foi reforçado pelas ações legislativas do Governo Federal pré-1930. A Fazenda Nacional de Santa Cruz ainda era um latifúndio, porém o perfil era voltado para pequenos e médios agricultores (MAPA, 2018).

³³ O Governo Imperial do Japão era o responsável por direcionar o fluxo migratório e aprovar os migrantes e destino final deles.

³⁴ Mesmo com a necessidade e o anseio dos colonos por manterem a cultura japonesa intacta com a esperança de voltarem para o Japão, o Governo Vargas estabeleceu diversas regras nacionais para assimilar os *nikkeis* ao Brasil.

³⁵ Decreto este que estabeleceu o estado de guerra no Brasil.

³⁶ Vale lembrar que a estabilidade social entre japoneses e brasileiros em Santa Cruz não foi generalizada no estado do Rio de Janeiro, uma vez que houve casos de expulsões e perseguições na Baixada fluminense e interior do Estado durante o período de guerra (INOUE, 2014; LEÃO, 1990).

Outra característica que se destaca na Fazenda Nacional de Santa Cruz era o destino da produção. Diferentemente dos latifúndios a nível nacional, toda a oferta gerada a partir dali era destinada ao mercado interno, mais especificamente para a então Capital Federal e para as regiões vizinhas (MAPA, 2018).

Um terceiro ponto que se destaca para a Fazenda Santa Cruz diz respeito ao perfil da produção em si, que não era a monocultura e objetivava maximizar o uso do solo local que havia sido negligenciado pelo estado brasileiro nas décadas iniciais da República (MAPA, 2018). Numa alteração desse padrão, a década de 1930 foi um período de conciliação entre o ascendente setor industrial, as massas urbanas e o tradicional setor agrário latifundiário. Todo esse cenário se deu devido à importância do setor primário para a economia nacional, mas não se poderia descartar as mazelas advindas dele. Com isso, a criação dos chamados núcleos coloniais, incluindo o de Santa Cruz, possibilitaria a autonomia produtiva de um setor econômico composto por pequenos e médios agricultores voltados para o abastecimento da sociedade interna (MAPA, 2018).

Sobral Silva (2017) apresenta uma figura com nacionalidades do Núcleo Colonial, em relatório de 1940 do Ministério da Agricultura, para a Presidência da República, especificando o quantitativo de pessoal pelos principais países de origem que habitavam na região. A Figura 7 mostra que os assentados brasileiros eram maioria em Santa Cruz, porém a segunda maior nacionalidade, apesar de muito menor em relação aos de origem nacional, é composta por japoneses, pouco mais de 100 ocupantes. Insta salientar que a mesma figura apresenta também a divisão da população por raças, das quais os amarelos perfaziam o número de 281 pessoas. Segundo Sobral Silva (2017), este foi o único levantamento censitário por raças e nacionalidades realizado no Núcleo Colonial, o que demonstra uma falta de atenção, por parte do Estado, no controle desses dados.

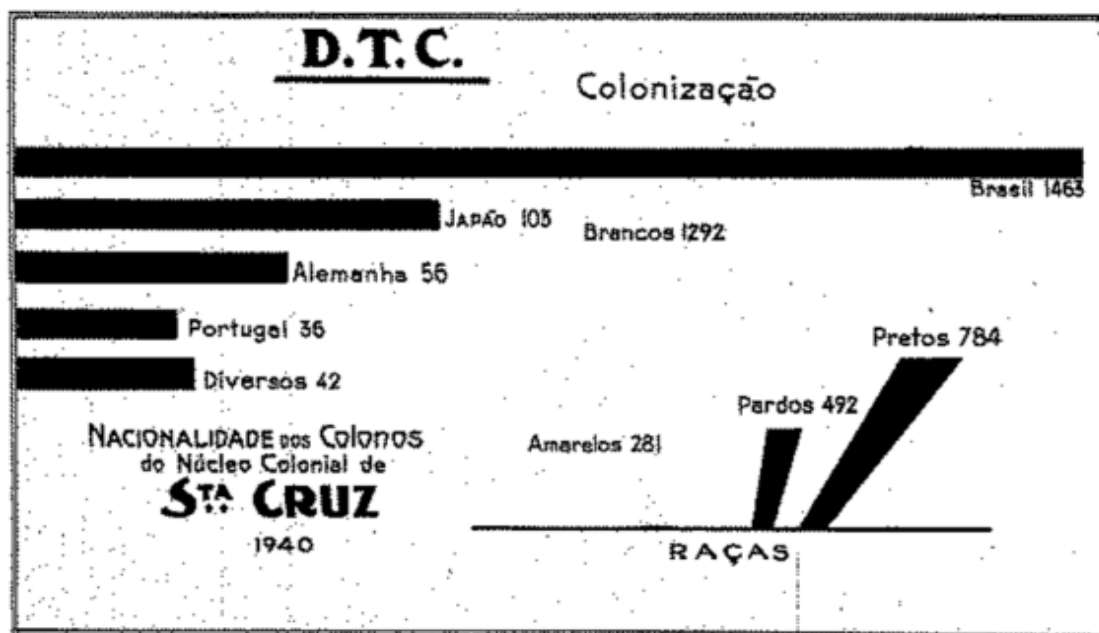


Figura 7: Nacionalidades e raças dos colonos do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.

Fonte: SOBRAL SILVA, 2017 com dados de BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmº Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura. v.01, pp.01-508. 1940. s/n. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2029/000132.html>

4.1.1 As transformações socioeconômicas de Santa Cruz até as décadas de 1930 e 1940

Desde os tempos coloniais até o Império, o bairro carioca de Santa Cruz sempre representou uma área de interesse especial para fins agrários. A existência da sede da Fazenda Santa Cruz e as empreitadas realizadas na propriedade expõem diversos interesses, todos pertencentes ao setor primário. A possibilidade de ocupação permanente foi aventada a partir da ocupação jesuítica, ordem à qual pertencia originalmente a Fazenda Santa Cruz. A ponte dos jesuítas foi a primeira grande obra em solo brasileiro para a contenção de enchentes e salubridade do local. Esta obra resistiu aos séculos e teve o curso original do rio Guandu desviado para a sua preservação na atualidade.

Com a expulsão jesuítica do Brasil pela administração de D. José³⁷ a Fazenda Santa Cruz teve sua gestão passada diretamente ao erário da coroa portuguesa. E com a Assunção das responsabilidades da propriedade estabeleceu-se um latifúndio de interesse direto para a família real portuguesa. Não obstante, a partir de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, a Fazenda Santa Cruz se tornou propriedade direta dela, e foi muito utilizada por D. João VI e seu filho, D. Pedro I. Durante a gestão Real, a fazenda, além de latifúndio produtivo, tornou-se também importante ponto de passagem e apoio aos viajantes que realizavam a rota entre São Paulo e Rio de Janeiro, bem como importante entreposto do Caminho Real que ligava às Minas Gerais.

Vale ressaltar que, o perfil da região de Santa Cruz e áreas adjacentes permeou o setor agrário durante séculos, muito devido à vastidão geográfica, ao espaçamento populacional e ao solo fértil. Outro ponto relevante é que a Fazenda Santa Cruz também possuía, em suas proximidades, um cais que recebia escravizados para trabalhar em lavouras.

Para além, sabe-se que a política de aproveitamento das terras da Fazenda Santa Cruz, desde os primórdios do descobrimento e ocupação do Brasil até a época imperial, caminhou rente à política econômica nacional, ou seja, uma economia pautada na grande propriedade, monocultura, cuja mão de obra era escrava e voltada para a exportação. Especificamente tratando do Segundo Reinado, apesar do interesse de Dom Pedro II não ter sido tão grande quanto o de seu pai e seu avô, a Fazenda Santa Cruz permaneceu como propriedade da Família Imperial, recebendo inclusive algumas visitas do Imperador. Mesmo nessa época (1840-1889) a propriedade manteve suas características em relação ao Primeiro Reinado como um palácio de campo.

Outro ponto que reforça o passado predominantemente agrário de Santa Cruz diz respeito a instalação, logo ao final do Império (1881), de um matadouro público para fins de abastecimento da então capital do Brasil. O local se tornou tão estratégico para abastecer o Rio de Janeiro que era servido por um ramal de trens que escoava toda a produção para a região central da cidade. Lembrando que o local tinha como objetivo abastecer a Capital Federal e não gerar produtos para exportação, como outras propriedades o fizeram na Baixada Fluminense³⁸ (INOUE, 2014).

Toda a estrutura criada até o Segundo Império integrou Santa Cruz ao restante do Rio de Janeiro. O intuito era tornar a capital autossustentável no quesito de abastecimento alimentar, bem como a possibilidade de escoar o excedente produzido por meio de portos, trens e vias terrestres. Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil e todos os bens pertencentes à Família Imperial passaram a ser classificados como públicos, sendo muitos de interesse da União Federal. Com isso, a Fazenda Santa Cruz passou de propriedade real para a

³⁷ Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759 (MANSUR, 2008).

³⁸ A região de Nova Iguaçu exportou laranjas para a Inglaterra pelo Porto do Rio de Janeiro/RJ, o que ocorreu através de migrantes japoneses que ali se estabeleceram.

responsabilidade do Ministério da Agricultura, permanecendo assim nas décadas seguintes. Vale ressaltar que, durante as décadas de 1890, 1910, 1920 e 1930, Santa Cruz presenciou um forte esvaziamento de suas atividades agrícolas, possibilitando a ocupação irregular das terras e um considerável abandono desse bem público.

Apesar do esvaziamento sobre a questão agrária em Santa Cruz, é possível evidenciar que outras atividades foram criadas no local, e que parte da infraestrutura existente foi mantida. O ramal de trens que ligava o centro da capital ao local que foi mantido e reforçado com uma alça de ligação para o aeroporto Bartolomeu de Gusmão, cujo objetivo de criação desta instalação era o de estreitar laços com a Alemanha. O aeroporto hoje foi transformado em uma instalação militar e classificado como Base Aérea de Santa Cruz (BASC – ALA 12).

Há de se abordar, ainda, que o matadouro cunhado durante o Império manteve suas atividades normais, mas agora sob responsabilidade do Governo Federal. Durante as décadas de 1930 e 1940, o abastecimento da então Capital Federal era feito pelo Matadouro de Santa Cruz, que manteve suas atividades plenas até a década de 1980³⁹.

A respeito do funcionamento do matadouro, pode-se inferir que o empreendimento possibilitou uma movimentação comercial e social diferente daquela experimentada para uma área rural. Esse fato é evidenciado quando da eletrificação, construção de residências e urbanização do seu entorno a partir de 1881 para abrigar os funcionários do matadouro e possibilitar o seu funcionamento.

Quanto à ocupação do espaço, não somente em Santa Cruz como em toda a extensão da fazenda, nichos urbanos e aglomerados cresceram, e outros tipos de ocupações rurais sem a devida autorização do Ministério da Agricultura se desenvolveram. Assim, com a forte crise econômica em curso, ao longo da década de 1930, e com a forte necessidade de diversificar a matriz econômica, iniciaram-se as transformações no local.

A sede da Fazenda Santa Cruz foi transformada em instalação militar logo após o 15 de novembro, permanecendo até hoje com tal classificação. A área da sede, porém, foi delimitada em uma região muito menor que a de extensão efetiva da fazenda. Essa área de abrangência da Fazenda Nacional de Santa Cruz é a que possuía questões irregulares de ocupação e baixa produtividade, ou seja, os produtores não estavam desenvolvendo a função social de suas respectivas responsabilidades agrícolas e agrárias.

O Rio de Janeiro, então Capital da República, experimentou um momento de crescimento econômico, dinamização social e modernização em meio à chegada definitiva dos primeiros migrantes japoneses a Santa Cruz em 1938⁴⁰. Ao longo da década de 1930, as diversas obras e ações do governo varguista na Baixada Fluminense tinham a intenção de dar o mesmo aspecto de desenvolvimento da Capital Federal às áreas adjacentes (como Piranema em Itaguaí/RJ). Santa Cruz, em especial, teve diversas frentes de ações como as listadas anteriormente. A chegada dos japoneses e a fundação do Núcleo Colonial concretizaram o início da ocupação salubre do espaço, além de fomento e consolidação de um cinturão verde ao redor da então Capital Federal. Esse cinturão foi designado como uma área de produção predominantemente destinada a produtos hortifrutigranjeiros.

Em Santa Cruz e áreas circunvizinhas, por exemplo, isso foi iniciado com a produção de tomates e goiabas de diversas origens, evoluindo mais tarde para cocos e aipins, por exemplo. Todos esses produtos vinham com objetivo de diversificar a economia local, melhorar as condições de habitação próximas à capital e adoção de políticas públicas modernizantes.

³⁹ Após 1998, iniciou o funcionamento da Fundação de Apoio à Escola Técnica, chamada CETEP – Centro de Educação Profissionalizante de Santa Cruz ou ETESC-Escola Técnica Estadual Santa Cruz (ECOMUSEU, 2021a).

⁴⁰ Vale ressaltar que o Rio de Janeiro se tornou capital do Brasil a partir de 1763, ocupando o lugar de Salvador quando da mudança do eixo dinâmico socioeconômico.

Além do caráter sanitizante, as ações públicas do Governo Federal garantiram o desenvolvimento das atividades econômicas com a permanência de trabalhadores nas áreas. Antes inabitáveis por motivos de enchentes e doenças, bem como distantes do centro pujante da capital, agora o acesso pelas estradas de ferro e obras de contenção possibilitaram a produção de gêneros agrícolas.

Ressalta-se, a este ponto, que a habitação de japoneses em Santa Cruz não foi pioneira no estado do Rio de Janeiro, mas mostrou-se a primeira a possibilitar a permanência a longo prazo e definitiva no local com produção econômica sustentada, mesmo que sem um apoio incondicional de setores públicos e da economia para ações da colônia de forma independente e fortalecida.

A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) era o principal parâmetro para uma produção sustentada e coordenada de gêneros agrícolas em todo o Brasil. A implementação do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz e sua produção de tomates foi baseada naquela empreitada que envolveu a mão de obra japonesa também fornecida e orientada pela CAC. Apesar da coordenação da CAC, ressalta-se que a mão de obra japonesa em Santa Cruz também teve sua origem atraída de outras partes do Brasil, como as Regiões Norte e Sudeste. O cultivo, a proximidade com a Capital Federal e o eixo econômico com São Paulo foram atrativos para os japoneses, porém havia questões financeiras a serem consideradas durante a organização do processo.

Com o cultivo haveria resultados, mas os aportes financeiros iniciais seriam dados pelos próprios japoneses para a instalação nas terras que foram transferidas pelo Governo Federal para os cultivos previstos conforme eles fossem dando certo em Santa Cruz. A malária e a busca por um gênero agrícola que resistisse ao solo úmido local foram outras questões difíceis para a instalação dos japoneses, mas que com o passar dos primeiros meses, e já entre 1939 e 1940, começaram a ser superadas pelo Núcleo Colonial de forma geral.

4.1.2 As condições locais para instalação e plantio em Santa Cruz

O então Ministro da Agricultura, Fernando Costa⁴¹, em 1938 e 1939, testemunhou a chegada das primeiras 12 famílias de migrantes japoneses a Santa Cruz. Ainda sem estrutura própria, essas famílias contaram com o auxílio do aquartelamento local do Exército Brasileiro, que as instalou nos estábulos de forma provisória (CORREIO PAULISTANO, 1938; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008). Como se sabe, as condições de instalação dos primeiros imigrantes japoneses eram precárias, devido à ausência de uma infraestrutura para acolher a recém-chegada mão de obra. Assim, a improvisação dos dormitórios no aquartelamento do Exército Brasileiro era difícil, e as acomodações pouco confortáveis, bem como distantes dos locais de plantio e das propriedades designadas às famílias.

Segundo ponto a ser analisado diz respeito às condições de plantio que apesar das obras de saneamento da região de Santa Cruz, por parte do Governo Federal, as cheias dos rios locais ainda aconteciam de forma frequente. Nessa época, as chuvas torrenciais, aliadas à questão das marés altas e com um solo encharcado, dificultavam o escoamento, contando-se ainda que, quando pouco escavado para plantio, o solo se mostrava extremamente úmido e de difícil germinagem.

A Figura 8 é uma imagem obtida em relatório enviado ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, e mostra área alagadiça em Santa Cruz que necessitava de obras de saneamento

⁴¹ Fernando Costa foi Ministro da Agricultura do Governo Vargas entre 1937 e 1941, período crucial para a instalação do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.

para tornar possível o plantio e regularização das terras para habitação e produção econômica local (GÓES, 1942).



Figura 8: Valão do Fernando, em Santa Cruz.

Fonte: GÓES, 1942.

Foi nesse contexto de solo úmido que os plantios foram testados inicialmente. À época, a batata não foi acolhida como um produto a ser cultivado. Ainda na fase de testes, entretanto, foi percebido que o tomate conseguiu se aliar bem ao solo úmido, sendo ele o cultivo escolhido nos meses seguintes e que se tornou parte da grande produção local. O tomate⁴² se tornou o principal produto a ser cultivado nas primeiras décadas de ocupação do espaço pelos japoneses e seus descendentes (MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014). As terras férteis, constantemente inundadas, traziam consigo microrganismos que fertilizavam o solo local, o que beneficiava os agricultores assentados (TUBBS FILHO, ANTUNES, VENTURAZZI, 2012; COMITÊ GUANDU, 2021) e contribuía para o aproveitamento da área.

Terceiro ponto sobre a chegada dos japoneses em Santa Cruz e as condições locais financeiras. Conforme ilustrado anteriormente, o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, fornecia a propriedade e uma estrutura básica para o assentamento, porém outras questões financeiras para o cultivo e escoamento da produção ficavam por conta do agricultor.

Ressalta-se, porém, que havia uma linha férrea local, além de algumas vias secundárias, que os levavam ao centro da então Capital Federal. A questão é que transporte, plantio, colheita e comercialização dos produtos eram de total responsabilidade das famílias que se organizaram em torno da Associação. Vale destacar que o rápido interesse delas por Santa Cruz e a instalação precária em área do Exército Brasileiro acabaram por pressionar o Ministério da Agricultura a

⁴² Houve plantio de outros legumes e gêneros como milho e arroz dependendo da época do ano, configurando uma espécie de rotação de culturas (PAGANELLI, 2008).

acelerar as obras de saneamento e construção das residências dentro de cada uma das propriedades destinadas às respectivas famílias escolhidas.

Diante deste contexto, a década de 1940 foi o período em que o plantio pioneiro do tomate se desenvolveu de forma mais acentuada, tornando-se nacionalmente conhecido. Nas décadas seguintes, outros gêneros alimentícios foram incluídos nas produções locais e mantiveram o plantio bem-sucedido. O período também marcou a consolidação dos imigrantes japoneses em Santa Cruz, uma vez que as enchentes constantes agora eram mais bem-acompanhadas e controladas, bem como as técnicas de plantio foram aprimoradas. Se, antes, grande parte dos agricultores originais não tinham conhecimento sobre agricultura, nesse momento eles já haviam aprendido a se adaptar às demandas do campo, o que representou significativas mudanças no processo produtivo.

Apesar das dificuldades iniciais encontradas com a ausência das residências, do solo encharcado e a distância entre o local do plantio e o descanso, bem como a necessidade de se aprender técnicas de cultivo, a partir de 1939, e anos seguintes, a empreitada de instalação dos japoneses em Santa Cruz começou a dar frutos, com a possibilidade de desenvolvimento econômico e diversificação da produção: começava a surgir, enfim, uma consolidação desse modelo produtivo por anos almejado.

4.2 O Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz: Uma Política Pública no Velho Oeste Carioca

Esta seção tem por objetivo expor o processo de esvaziamento da política pública de produção agrícola de Santa Cruz, principalmente a partir da década de 1970, bem como a mudança da conjuntura econômica nacional que impactou no cenário socioeconômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O ponto de partida é a década de 1930, quando os primeiros migrantes japoneses do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz chegaram ao Rio de Janeiro. A maioria dos migrantes iniciais teve como origem o município de Cotia, no Estado de São Paulo e, também, de outros estados do país, onde haviam desembarcado quando da chegada do Japão.

Um dos primeiros instrumentos legislativos para a reorganização das terras da Zona Oeste da então Capital Federal foi a Lei 19.133/1930, que estabelecia a criação de um centro agrícola⁴³ na área federal denominada Fazenda Nacional de Santa Cruz. A instalação do centro ocorreu alguns meses antes da saída do então Presidente da República Washington Luís⁴⁴, que não teve tempo hábil para implementar a medida (CÂMARA, 2021a).

A Figura 9, a seguir, mostra uma perspectiva dos limites da Fazenda Nacional de Santa Cruz em relação aos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. É possível evidenciar que a máxima extensão da fazenda atinge diversos municípios do estado e alguns bairros da Zona Oeste carioca. Importante salientar que a sede da fazenda se encontra no bairro de mesmo nome da propriedade agrária, hoje uma Organização Militar do Exército Brasileiro⁴⁵.

⁴³ Este centro tinha o tamanho de 19.140 hectares dentro do território da Fazenda Nacional de Santa Cruz. A área do centro agrícola abrangia a figura 1.

⁴⁴ A referida norma foi decretada em 11 de março de 1930 e Washington Luís foi deposto pela Revolução de 1930 em 24 de outubro do mesmo ano.

⁴⁵ Hoje o 1º Batalhão de Engenharia de Combate (Escola) – 1º BECmb – Es (DEC, 2021).

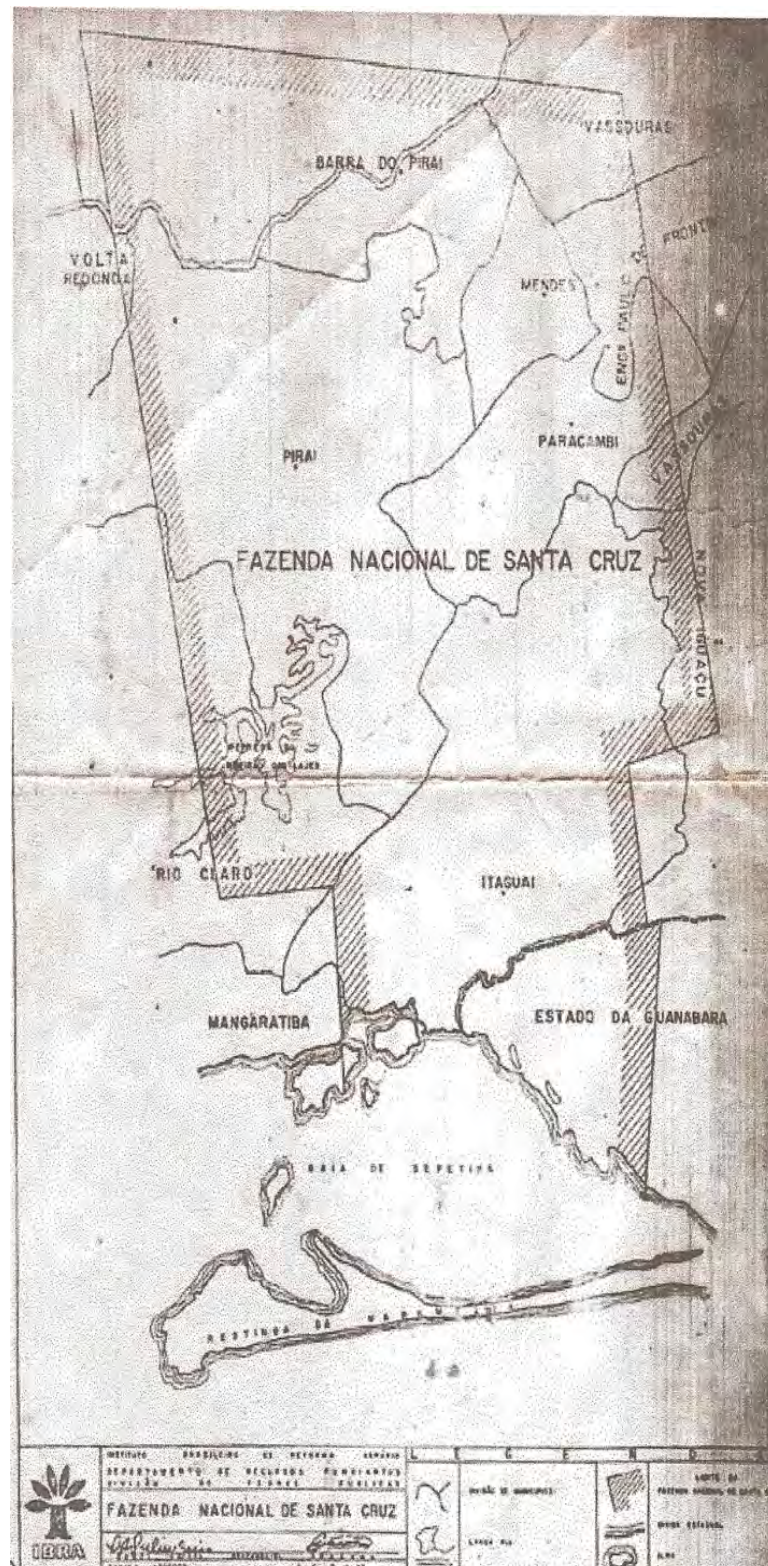


Figura 9: Mapa que delimita a área da Fazenda Nacional de Santa Cruz em relação a municípios do Estado do Rio de Janeiro incluindo o antigo Estado da Guanabara.
 Fonte: Elaborado pelo autor com imagem do NOPH, ECOMUSEU, 2021b.

A Fazenda Santa Cruz preservou sua extensão desde os tempos do Brasil Colônia, quando pertencia à Companhia de Jesus (1589-1759), passando então a ser propriedade do Erário Real português (1759-1822) e da Família Imperial (1822-1889), até se tornar um bem público da União Federal (1889-atualidade). Dentre os municípios do estado do Rio de Janeiro

que fazem parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz encontram-se: Pirai, Vassouras, Volta Redonda, Paracambi, Itaguaí, Japeri, Seropédica, Nova Iguaçu, entre outros. Já na zona Oeste do Rio de Janeiro os bairros são: Santa Cruz, Sepetiba e Paciência (MAPA, 2020).

Ao final do ano de 1930, Getúlio Vargas assume a Presidência da República. Durante sua administração, outras medidas foram tomadas sobre Santa Cruz. Após um período de aproximadamente 49 anos (1889 a 1938), o Governo Federal decidiu pela regularização e o controle do espaço territorial da fazenda nacional de Santa Cruz⁴⁶, com a chegada dos primeiros japoneses ao local. Esse fato se deu, pois após a Proclamação da República o Governo Federal não manteve ações sobre a administração da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz. Antes largamente utilizada pela Família Imperial (1822-1889) como residência de campo/verão, a propriedade se encontrava em aparente abandono, ocupação desregulada do solo, além da ausência de obras públicas para manutenção do projeto de contenção de enchentes e habitação permanente (MAPA, 2021).

Com o advento do Decreto-lei 839/1938, o Governo Federal volta a estabelecer interesse na Fazenda Nacional de Santa Cruz, a qual estava dentro dos limites da então Capital Federal, o Rio de Janeiro. Assim, as primeiras doze famílias de imigrantes japoneses, que tinham como origem o município de Cotia/SP, foram trazidas ao Distrito Federal para iniciarem o processo de ocupação do espaço e utilização da produção agrícola⁴⁷ (PLANALTO, 2021; MARTINS et al., 2010).

A vinda de imigrantes japoneses se deu a partir de um acordo estabelecido entre o então Ministério da Agricultura e a Cooperativa Agrícola de Cotia/SP (CAC). Havia interesse público pela Fazenda Nacional de Santa Cruz, pois o Brasil se encontrava em um cenário macro-socioeconômico de diversificação da economia (FURTADO, 2005; MARTINS et al., 2010).

O Quadro 12 mostra as diversas famílias de origem japonesa, listadas nominalmente, oriundas da cooperativa em Cotia/SP (CAC) e que através de acordo do Ministério da Agricultura foram destinadas ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz a partir de 1938. É possível evidenciar, nele, que essa primeira leva de famílias aportou em Santa Cruz entre 1938 e 1940, todas oriundas do interesse do Governo Federal com a CAC.

Quadro 12: Listagem de famílias de origem japonesa da CAC para o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz (continua).

Família Ikutaro Hida	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Hajime Watanabe	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Kenzo Tiba	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Tiroo Miyata	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Masatada Togashi	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.

⁴⁶ Entre 1889 e 1930 a Fazenda Nacional de Santa Cruz passou por um processo de esvaziamento nos anos iniciais da República, como invasões, posse indevida e desorganização territorial (MAPA, 2021).

⁴⁷ Toda a gestão, logística e organização da remigração ficaram a cargo do Ministério da Agricultura (PAGANELLI, 2008; PLANALTO, 2021).

Quadro 12. Continuação

Família Shozo Hoshikawa	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Kiyoshi Sunata	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Mitio Kosaka	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Tokima Itihara	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Nakajima	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Osamu Tamura	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Kaoru Umehara	1938 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Hashimoto	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Keijiro Sudo	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Sussumu Sudo	1939 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Rikio Sudo	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Tamaichi Sudo	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Einosuke Togashi	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Chiomatsu Togashi	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Jugoru Yamaguchi	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Moriharu Oguro	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Jun Watanabe	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Ishizu	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Kusahara	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.

Quadro 12. Continuação

Família Kakunoshin Takahashi	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Hisashi Suzuki	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Seiro Oki	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Matsugoro Hoshina	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Sensaku Fukamachi	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Taketo Watanabe	1940 – ATRAVÉS DE ACORDO DO MINISTÉRIO AGRICULTURA E A COOPERATIVA COTIA.
Família Mitsuho Goshi	1940 - ATRAVÉS DE ACORDO MINISTÉRIO AGRICULTURA COOPERATIVA COTIA.

Fonte: SOBRAL SILVA, 2017.

Transformar Santa Cruz em um polo agrícola que gerasse um cinturão verde próximo à Capital Federal⁴⁸ garantiria o abastecimento não somente do Rio de Janeiro como de localidades circunvizinhas. Com a expertise da mão de obra japonesa no campo, aliada à necessidade de ocupação territorial do latifúndio da Fazenda Nacional de Santa Cruz, o Governo Vargas iniciou um processo de estabilização fundiária no local (MARTINS et al., 2010; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

O Anexo A mostra a localização e os limites do então Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, localizado entre o município de Itaguaí/RJ e a Capital Federal. Vale pontuar que o Núcleo é uma extensão territorial dentro da Fazenda Nacional de Santa Cruz que possui um espectro mais amplo que abarca diversos municípios no atual Estado do Rio de Janeiro.

Após 1938 e até a década de 1980, a população *nikkei* no estado do Rio de Janeiro cresceu, ainda que de forma mais contida que em outros estados como o Paraná e São Paulo. Apesar dos esforços do Governo Federal e das diversas medidas aplicadas em Santa Cruz, ainda assim a Capital Federal não se tornou um polo atrativo em larga escala aos migrantes japoneses⁴⁹.

O Quadro 13, abaixo, mostra a evolução da população de origem japonesa entre as décadas de 1940 e 2000, realizando um breve comparativo com os estados de São Paulo e Paraná. Lembrando que após a década de 1940, além de Santa Cruz, outras regiões do estado do Rio de Janeiro receberam imigrantes japoneses⁵⁰.

⁴⁸ Região já conhecida como Baixada fluminense (PAGANELLI, 2008; COMISSÃO EXECUTIVA, 2008).

⁴⁹ Paganelli (2008) afirma que diversos núcleos rurais foram criados na Baixada fluminense (Santa Cruz, Funchal e outros) pelo Governo Federal com prioridade à mão de obra *nikkei*, mas que a sua atração era predominantemente incentivada poder público.

⁵⁰ Núcleo São Bento e Núcleos na Baixada fluminense (Nova Iguaçu, Itaguaí, Nilópolis). (INOUE, 2014; PAGANELLI, 2008).

Quadro 13: Censo sobre populações de origem japonesa (e seus descendentes) entre 1940 e 2000 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.⁵¹

Estado/Ano	1940	1950	1960	1970
Rio de Janeiro	918	1.478	1.794 (7.264)	2.781
São Paulo	132.216	108.912	115.752 (336.338)	119.338
Paraná	8.064	15.393	28.158	21.528
Estado/Ano	1980	1991	2000	X
Rio de Janeiro	3.914 (21.604)	1.808 (39.879)	1.801 (63.470)	X
São Paulo	105.196 (592.521)	63.865 (617.614)	51.445 (693.495)	X
Paraná	15.771	9.960	7.994	X

Fonte: Pereira; Oliveira, 2008.

Com estabelecimento dos primeiros imigrantes japoneses em Santa Cruz, regiões limítrofes começaram a receber população de mesma origem. O município de Itaguaí/RJ foi um dos maiores receptores locais, sobretudo na área rural conhecida como Piranema. Também com o objetivo de desenvolver gêneros agrícolas, os migrantes japoneses iniciaram o cultivo em uma ampla área que hoje se localiza entre os municípios de Seropédica/RJ e Itaguaí/RJ. Essa região se encontra a norte/noroeste da antiga sede da Fazenda Nacional de Santa Cruz (MARTINS et al., 2010; COSTA, 2010), e foram influenciadas diretamente pela situação inicial.

Tanto em Piranema como Santa Cruz geraram, nos seios dos seus migrantes japoneses, duas instituições que existem até hoje e que mantêm não só a coesão cultural, mas também preservam práticas esportivas e sociais que perduraram ao longo do tempo. A primeira dessas instituições é o Itaguaí Bunka Clube⁵², localizado na Reta de Piranema, também conhecida como Rodovia RJ-099. A outra é a Associação Rural Nipo-brasileira de Santa Cruz, estabelecida na Reta do Rio Grande, localizada na área rural do bairro⁵³ (PEREIRA e OLIVEIRA, 2008; COSTA, 2010). Ambas as instituições não tinham cunho representativo, e sim visavam manter ativas as disposições culturais, educacionais, esportivas e sociais de um público tão diverso do local como eram os japoneses e seus descendentes em relação aos fluminenses (MARTINS et al., 2010).

Com o crescente número de japoneses e seus descendentes, a região oeste da então Capital Federal, também conhecido como o Velho Oeste carioca, devido às características de uma vastidão com poucas habitações humanas e uma dinâmica socioeconômica limitada, as instituições de reunião nipônica subsistiram ao longo das décadas, incluindo as grandes urbanizações (MANSUR, 2008; MARTINS et al., 2010; COSTA, 2010).

⁵¹ Os dados entre parêntesis são os descendentes de japoneses contabilizados a partir da década de 1960 (PEREIRA, OLIVEIRA, 2008). Observa-se que o censo de 1960 contabilizou os descendentes de outros fluxos migratórios.

⁵² Criada em 1947.

⁵³ Criada em 1938.

4.2.1 Medidas práticas tomadas para a habitação em Santa Cruz e transformações realizadas após a década de 1970

Entre a administração de Washington Luiz (1926-1930), o final dos governos militares (1964-1985) e o início da Nova República (1985-atualmente), diversas foram as medidas do Governo Federal a fim de dinamizar, regularizar e manter quaisquer legados na área de projeção da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Nessa época, muitas ações de políticas públicas implementadas pela administração Federal tanto na Fazenda Nacional de Santa Cruz como no Núcleo Colonial Agrícola foram traduzidas na legislação brasileira.

O Quadro 14 faz uma elucidação sobre as medidas normativas em âmbito federal entre as décadas de 1930 e 1980. Muitas ações foram tomadas de cunho prático, porém descontinuadas conforme esclarecimento posterior sobre algumas dessas leis.

Quadro 14: Resumo sobre as principais medidas legislativas tomadas sobre a Fazenda nacional de Santa Cruz e o Núcleo Colonial Agrícola.

Ano	Norma	Administração
1930	Decreto nº 19.133	Washington Luís
1938	Decreto-Lei 893	Getúlio Vargas
1956	Decreto nº 39.364	Juscelino Kubitschek
1961	Decreto nº 50.530	Jânio Quadros
1985	Decreto Municipal 5.648	Marcello Alencar (Prefeito)

Fonte: Adaptado pelo autor com dados de Câmara (2021), Senado (2021), Planalto (2021) e Prefeitura do Rio (2021).

Insta salientar que, antes de 1930, os atos normativos do Governo Federal tinham como conteúdo a regularização fundiária, a arrecadação de tributos e a percepção ativa do poder público à população sobre o patrimônio da União na localidade. Esse contexto se dá pela ausência de planos, por parte da República, em relação ao antigo patrimônio do Império do Brasil (MAPA, 2021).

Apesar dos esforços legislativos empreendidos pelo Governo Federal, entre 1889 e 1930, não foram percebidas ações práticas que evitassem a desorganização territorial em áreas da Fazenda Nacional de Santa Cruz. O Decreto nº19.133/1930 foi a primeira grande norma que estabeleceu parâmetros práticos com a criação de uma colônia agrícola em Santa Cruz (MAPA, 2010; CÂMARA, 2021), que teve como tema o aproveitamento agrícola que a região tradicionalmente possuía. Isso se deve ao fato de que, nos períodos Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1889), a região de Santa Cruz muito se destacou na produção de gêneros agrícolas como o tomate e, mais recentemente, o aipim. Era considerada, ainda, uma região estratégica entre dois grandes centros urbanos: Rio de Janeiro e São Paulo.

Problemas como dragagem⁵⁴, ocupação desordenada do solo, além do esgotamento econômico requeriam do poder público medidas de reaproveitamento do espaço (MANSUR, 2008; COSTA, 2010). Outro ponto importante foi a criação da Escola Superior de Agricultura

⁵⁴ O problema da dragagem foi um dos primeiros percebidos pelos Jesuítas que ali habitavam e construíram o primeiro grande empreendimento de controle de cheias do Rio Guandu, a Ponte dos Jesuítas, que ainda resiste no local nos dias atuais.

e Medicina Veterinária (ESAMV), em 1910, que funcionou em diversos locais como os bairros do Maracanã, Deodoro, Alameda São Boaventura (Niterói/RJ) e Praia Vermelha (Rio de Janeiro/RJ). Após uma profunda reestruturação interna, a ESAMV foi dividida e, em 1938, foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), o embrião da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (UFRRJ, 2022), onde se desenvolveria a presente pesquisa.

A Figura 10 mostra uma imagem aérea da então Escola Nacional de Agronomia, no atual campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Seropédica/RJ. A figura expõe a recém-instalada escola no espaço rural circundante da então Capital Federal.

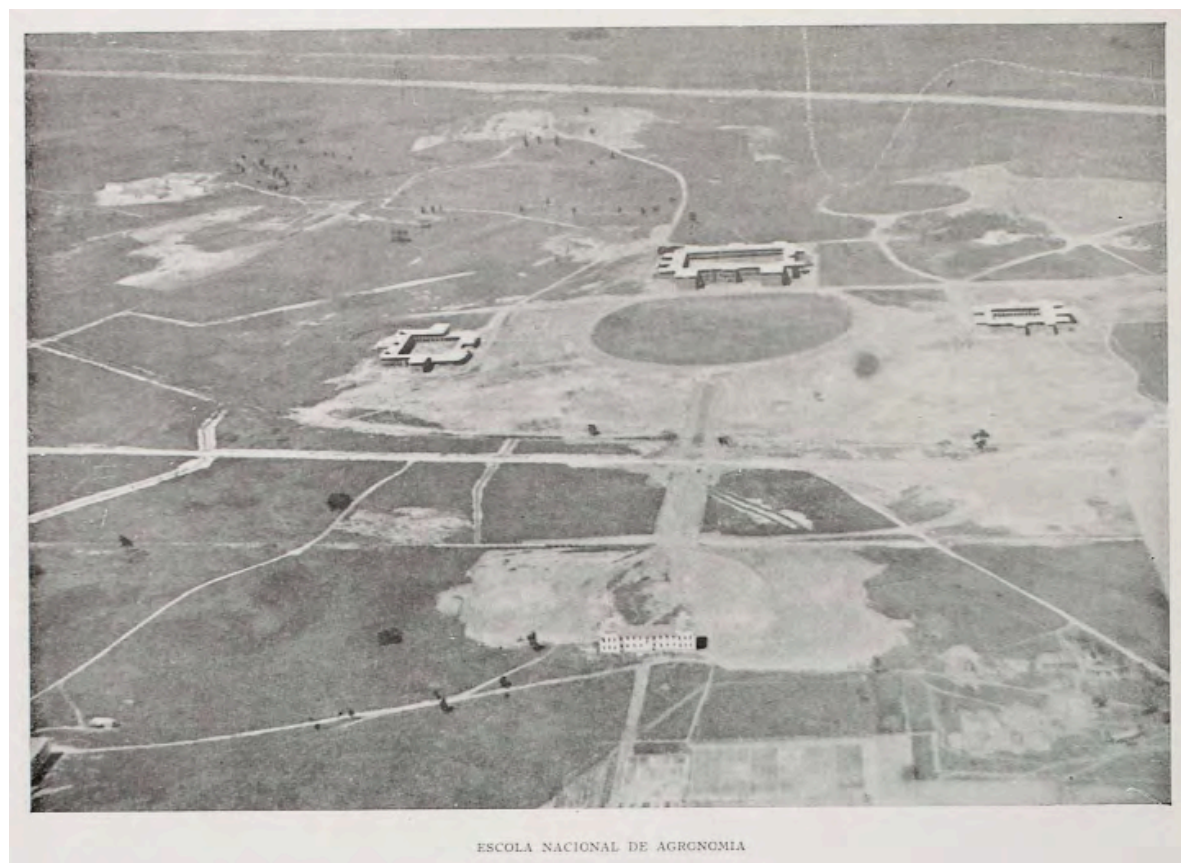


Figura 10: Recém-instalada Escola Nacional de Agronomia.

Fonte, GÓES, 1942, p. 365.

Com a consolidação do CNEPA, em 1948 o órgão foi transferido para a atual localização⁵⁵, efetivando a perspectiva rural na área oeste que circundava a então Capital Federal (UFRRJ, 2022). Vale ressaltar que, sob uma perspectiva territorial, essa região também incluía o oeste da Capital Federal, no qual se encontrava o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz e partes do que hoje é o município de Itaguaí, como Mazomba, Piranema, Guandu e outros.

Nos anos seguintes à chegada dos primeiros japoneses ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, diversas instituições do Estado brasileiro começaram a se instalar em regiões

⁵⁵ A Universidade Rural, como é conhecida a UFRRJ, está localizada na BR 465 (antiga Rodovia Rio-São Paulo), Rodovia Ministro Fernando Costa, no município de Seropédica/RJ.

próximas à área rural da então Capital Federal. Mesmo após a transferência da capital para Brasília/DF, algumas outras instituições foram consolidadas no local.

A Universidade Rural surgiu a partir do Decreto-lei 982 de 1938, iniciando o seu processo de instalação no atual local em novembro do mesmo ano. Mas apenas em 1947 é que o *campus* da instituição de ensino superior (IES) foi inaugurado, desde então passando por diversas alterações legais até chegar à sua história mais contínua na região do município de Seropédica/RJ, que foi emancipado da vizinha Itaguaí/RJ (CCS, 2022; CENTRO DE MEMÓRIA, 2022; CÂMARA, 2022).

Vale ressaltar que a Universidade Rural foi fundada sobre o espectro do espaço ao qual ela estava inserida. Tendo como cursos originários nas áreas de Engenharia Florestal, Veterinária, Agronomia, Educação Familiar e outros que reforçavam a sua inserção e consolidação da área rural nas proximidades da então Capital Federal (CCS, 2022; CENTRO DE MEMÓRIA, 2022; CÂMARA, 2022).

Após a instalação da Universidade Rural do Brasil (UR), a sua estrutura possibilitou a chegada da Embrapa Agrobiologia e da Embrapa Saúde Animal. Todas essas instituições possuem íntima relação institucional e estão inseridas no contexto da ruralidade e estudos técnicos para o país de forma geral. Há ainda de se observar que a região oeste da área metropolitana carioca possui duas instalações da empresa estadual de assistência técnica e a extensão rural, a Emater Rio (EMBRAPA, 2022; EMATER, 2022).

A Figura 11 mostra a localização de tais instituições e a sua proximidade com o núcleo colonial agrícola de Santa Cruz. É possível evidenciar que todas estão concentradas na região do município de Seropédica, logo ao lado de Santa Cruz.

Todas as instituições aqui expostas demonstram e reforçam o perfil rural de Santa Cruz e áreas adjacentes, desde o período da chegada de japoneses, mas mantendo- na contemporaneidade a sobrevivência das características produtivas de um setor primário que resiste aos avanços urbanos.

Instituições de Estado próximas ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz

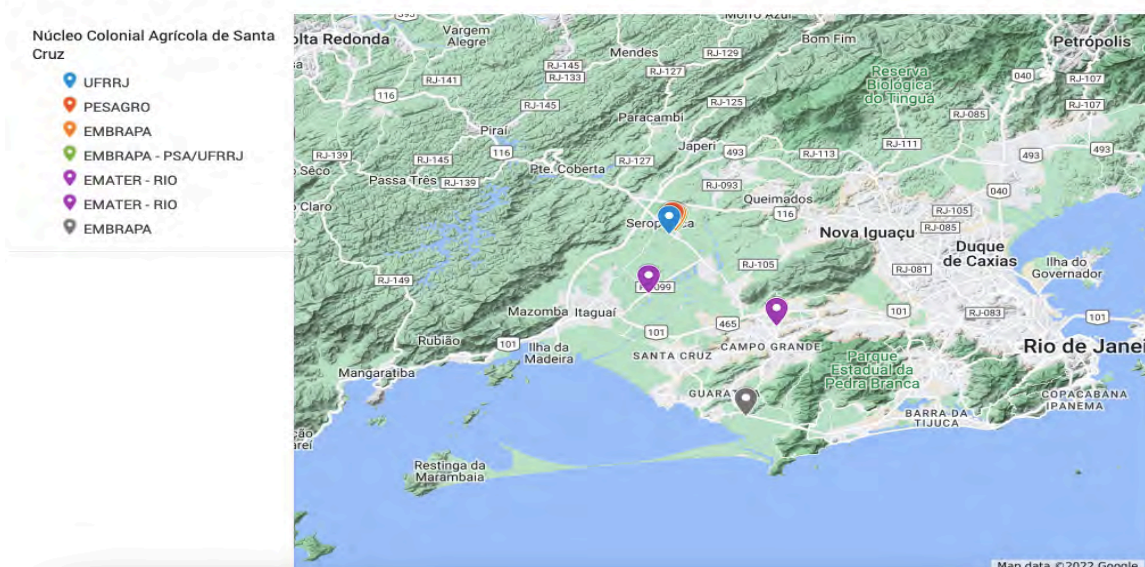


Figura 11: Principais instituições de Estado rurais próximas ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Google Maps.

Todas as áreas localizadas a oeste da então Capital Federal, a partir da década de 1940, começaram a ser ocupadas, tornando-se empreendimentos agrários. O aporte institucional foi importante, ao longo dos anos seguintes, para o fornecimento de conhecimento e estrutura as populações que ali ocupavam.

Com a empreitada dos japoneses em direção a Santa Cruz a partir de 1938, ainda na administração de Getúlio Vargas (1930-1945), a instalação dos empreendimentos rurais institucionais se deu com a chegada da Universidade Rural (UR – 1947) durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950) e continuou sua marcha ao longo das décadas seguintes, com o desembarque de instituições federais (Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA) e estaduais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – Emater e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO).

Vale ressaltar que Governo Federal, no uso de suas atribuições, executava diversas obras de saneamento para complementar os esforços de ocupação permanente na região de Santa Cruz. Essas medidas eram vistas como garantistas em relação à produção agrícola na área de baixada⁵⁶. Dentre as obras realizadas naquele momento estavam a construção de diversos canais⁵⁷ e o desassoreamento do Rio Guandu⁵⁸ (COMITÊ GUANDU, 2021; TUBBS FILHO, ANTUNES, VENTURAZZI, 2012). Havia ainda outra frente de obras públicas como abertura de vias e melhoria do ramal de trens da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB⁵⁹ (INOUE, 2014).

O Departamento de Saúde Pública levou a cabo todas as obras e políticas de melhoria das condições de saneamento em Santa Cruz e arredores. Desde o início da década de 1930 já era conhecida a situação insalubre local por parte do Estado, uma vez que as ações executadas foram escalonadas ao longo dos anos, culminando nos terminos de canais, estradas, esgotos, caixas d'água, máquinas agrícolas, aterros e tantas outras obras (CORREIO DA MANHÃ, 1939).

A Figura 5 mostra a série de canais, valas e desvios de leitos de rios na região de Santa Cruz executadas ao longo da década de 1930. Para um primeiro momento, a administração pública decidiu por executar o mapeamento hidrográfico da região de Santa Cruz e após realizar um levantamento sobre as áreas agricultáveis no ao redor (CORREIO DA MANHÃ, 1939). A imagem faz parte desse esforço de mapear e conhecer mais da área conhecida como sertão carioca. Assim conhecida área, as obras e políticas públicas implementadas ao longo da década de 1930 tornaram-se realidade à medida que o departamento de saúde pública avançava na concretização das ações para tornar salubre a ocupação e agricultáveis as áreas alagadiças (CORREIO DA MANHÃ, 1939).

Como consequência importante também se ressalta que as doenças aí encontradas se reduziram de maneira drástica a partir dos esforços de sanitização e controle de enchentes, o que ressalta a essencialidade da importância de políticas públicas em áreas como essa. Para o fortalecimento do núcleo colonial agrícola, visualiza-se a importância da convergência de políticas agrárias e de saúde pública, tanto é que tais ações complementaram os esforços uma

⁵⁶ Todas as obras de saneamento e dragagem ficaram a cargo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que executou diversas ações a partir de 1931 na região e em toda a Baixada fluminense (SEMADS, 2001).

⁵⁷ Canal de São Francisco e Canal de São Fernando.

⁵⁸ Também incluído o Rio Cação Vermelho e o Rio da Guarda (este divide Itaguaí/RJ e Rio de Janeiro/RJ atualmente).

⁵⁹ Hoje administrada pela Companhia Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S/A – Ramal de Santa Cruz.

das outras levando a cabo a ocupação definitiva e regularização do solo em parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz nunca vista (CORREIO DA MANHÃ, 1939).

O Anexo E complementa uma visão contemporânea sobre a Figura 12, uma vez que a rede hidrográfica de Santa Cruz, apresentada na imagem abaixo, configura-se nos traçados originais das políticas de implementação sobre a sanitização da zona Oeste carioca. O Anexo E, por sua vez expõe os traçados atuais e remanescentes das políticas adotadas nas décadas de 1930 e 1940 em tempos recentes.

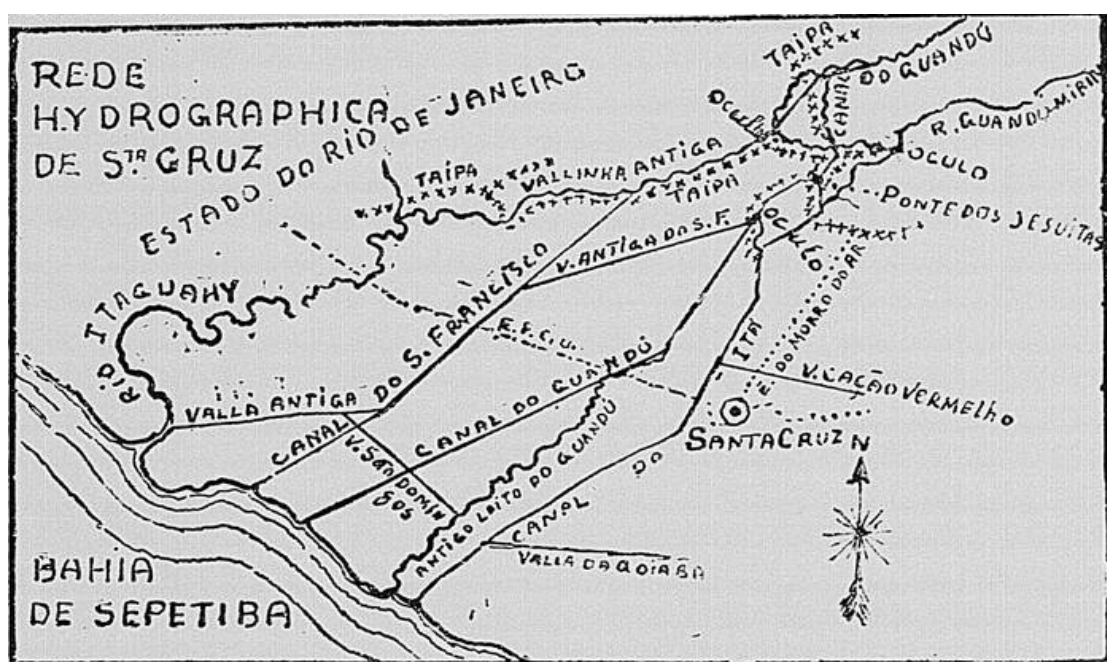


Figura 12: Rede hidrográfica de Santa Cruz.
Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 1939.

A Figura 9 mostra a necessidade de políticas sanitárias na região de Santa Cruz através de levantamento de 1938 (CORREIO DA MANHÃ, 1938). A imagem expõe a abrangência da malária atingindo 60% do então Distrito Federal, incluindo Santa Cruz. A mesma reportagem de onde a imagem foi extraída expunha que a região do Distrito Federal possuía diversas áreas insalubres e alagadiças que proliferavam a doença e outros problemas, como enchentes e falta de higiene pública nos espaços comuns da Capital.

A Figura 13 também evidencia que áreas mais distantes da região central da então Capital Federal careciam de políticas públicas sobre saúde. Apesar de 60% do território do então Distrito Federal ter detectado a malária, a mesma figura também evidencia que apenas 20% da população residia nas áreas afetadas, ou seja, são espaços identificados como vazios geográficos ou regiões agricultáveis, como era o caso de Santa Cruz (CORREIO DA MANHÃ, 1938).

Não à toa que o Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal levou adiante diversas políticas públicas que não somente da área sanitária, mas também sobre a infraestrutura e habitação locais conforme anteriormente elucidado e em parceria com outros órgãos, como ocorreu com o então Ministério da Agricultura (CORREIO DA MANHÃ, 1938).

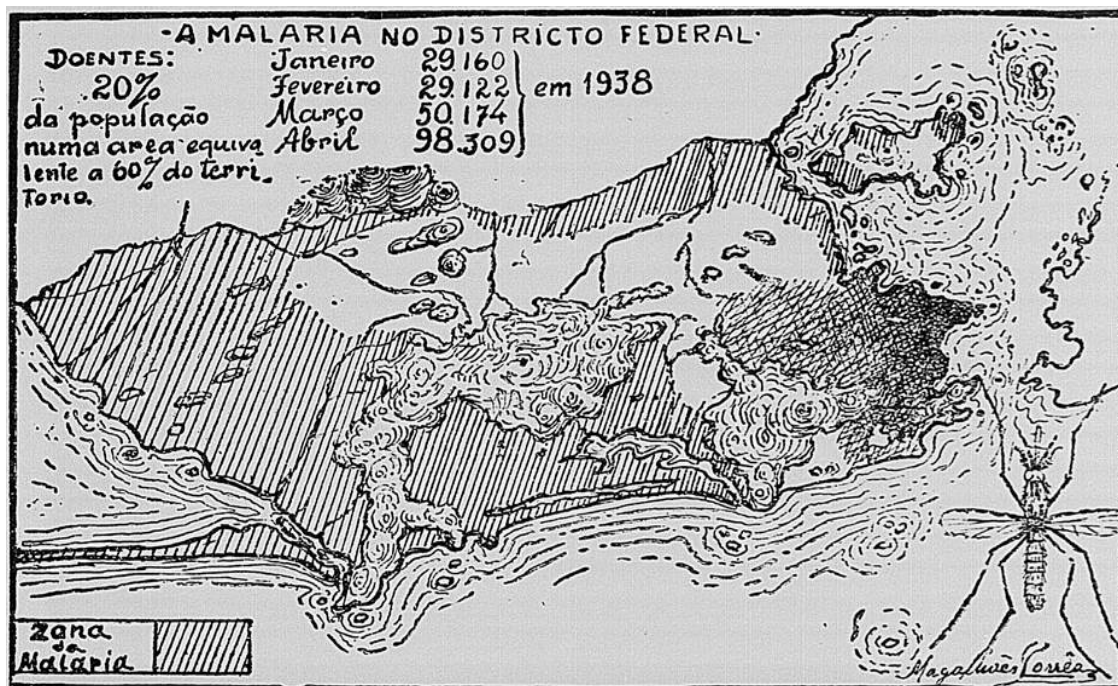


Figura 13: Abrangência da malária no Distrito Federal em 1938.
Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 1938.

Vale ressaltar que as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz eram de domínio público e, assim, o Ministério da Agricultura se tornou o órgão responsável para fiscalizar e observar as práticas econômicas desenvolvidas no local. Os novos habitantes da migração japonesa de São Paulo para o Rio de Janeiro seguiram diversos parâmetros normativos para fazer valer a sua posse em terras do poder público a partir de 1938 de acordo com a nova legislação para ocupação de Santa Cruz⁶¹ (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008, MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014; CÂMARA, 2021; SENADO, 2021).

A preocupação com transparência e controle em relação aos futuros habitantes das terras de Santa Cruz se tornou evidente quando o próprio Governo Federal acompanhou tanto a análise documental como também a instalação dos migrantes japoneses a partir do Decreto-Lei 893/1938, conforme previa a norma, já no ano de 1938. Com isso, o modelo escolhido pela União para entregar as terras de Santa Cruz aos migrantes japoneses, e outros agricultores interessados no local, ocupava importante instrumento em meio a um processo de reforma agrária. Pequenos agricultores, buscando desenvolver um procedimento de produção familiar, foram escolhidos para elevar o desenvolvimento agrícola a um patamar de eficiência e que abarcasse as necessidades em segurança alimentar da Capital Federal (COMISSÃO EXECUTIVA, 2008, MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014; CÂMARA, 2021; SENADO, 2021).

Vale ressaltar que o modelo de pequena propriedade empreendido em Santa Cruz destoava historicamente daquele praticado no restante Brasil. Ressalta-se que, em 1938, predominavam propriedades latifundiárias, produtoras de café e gado cuja prática foi antecedida pela produção de açúcar no Nordeste, pelas sesmarias, pelas Capitâncias Hereditárias e mão de obra escrava (PRADO JUNIOR, 1961; LEÃO, 1990; FURTADO, 2003; INOUE, 2014).

⁶⁰ Publicado em 18 de dezembro de 1938.

⁶¹ Sobretudo o Decreto-lei 893/1938.

Ainda que a prática do latifúndio monocultor tivesse sido empregada em larga escala historicamente no Brasil, a Fazenda Santa Cruz/RJ, apesar de ser uma grande propriedade, empreendeu diversos tipos de cultura e atividades econômicas que se afastavam das tradicionais grandes propriedades dos períodos Colonial, Imperial e da República Velha. Esse fato se dá graças à Fazenda Santa Cruz/RJ, quando em domínio público, ser uma importante passagem para viajantes entre Rio de Janeiro e São Paulo, tendo mantido um vilarejo os arredores da sede da Fazenda, além de uma produção de gado⁶², açúcar e até mesmo chá⁶³ (MANSUR, 2008; INOUE, 2014; MACHADO, 2014).

Assim, percebe-se que o perfil de Santa Cruz e áreas circunvizinhas, em relação ao campo, sempre se afastou dos paradigmas macroeconômicos empregados pelo estado brasileiro e pela iniciativa privada. Então, a prática que trouxe migrantes japoneses da região de Cotia/SP para Santa Cruz, a fim de garantir a segurança alimentar, não seria novidade, mas uma busca pela regularização de uso de terras públicas após 39 anos de abandono (MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014; MAPA, 2021).

As ações em torno de saneamento, habitação permanente e complementação de infraestrutura na região de Santa Cruz formaram um importante legado para tornar a localidade economicamente viável novamente. Muitos dos projetos criados a partir de 1930 foram aperfeiçoados ao longo das décadas seguintes, principalmente com a mudança de foco sua matriz econômica local.

Essa mudança de foco do campo para o industrial/urbano se deu a partir da década de 1970, ressaltando que a história socioeconômica do local, objeto desta pesquisa, possui íntima ligação com os modelos de crescimento e desenvolvimento nacionais, resguardadas as peculiaridades de Santa Cruz. Um ponto importante surge com a mudança da Capital Federal para Brasília/DF, em 1960. A partir dessa data, Santa Cruz voltou a presenciar um novo esvaziamento de políticas públicas voltadas ao campo. A mudança de foco sobre um modelo socioeconômico tornou-se permanente com a chegada de um grande polo industrial⁶⁴ nos arredores do Núcleo Colonial Agrícola em 1975.

O Distrito Industrial de Santa Cruz dista apenas 2 (dois) quilômetros das primeiras plantações, atravessando o canal de São Francisco e chegando à área em que estão instaladas as indústrias.

4.2.2 A resistências das atividades agrícolas no Velho Oeste Carioca

Em 1929 houve uma percepção generalizada das instituições econômicas de que a economia mundial estava produzindo mais bens do que poderia absorver. Assim, em outubro daquele ano, a bolsa de valores de Nova Iorque, uma das principais do mundo, entrou em colapso, gerando uma forte desvalorização dos bens negociados (TAVARES, 1979; FURTADO, 2003). Essa quebra gerou efeitos em toda a economia do mundo, incluindo a brasileira. O Brasil, que na época detinha forte dependência sobre um único produto para exportações e importava todos os demais que se faziam necessários à dinâmica socioeconômica, foi fortemente afetado pela crise (TAVARES, 1979; FURTADO, 2003).

O governo de Washington Luís (1926-1930) não resistiu por mais de um ano, dando espaço à ascensão de Vargas (1930-1945), que por sua vez iniciou um profundo processo de modificação da matriz econômica. Assim, teve início o chamado modelo de substituição de

⁶² Vide a construção do Matadouro Imperial em 1885.

⁶³ O atual Morro do Chá, localidade próxima à sede da Fazenda Santa Cruz, faz referência a plantações empreendidas por chineses (MACHADO, 2014).

⁶⁴ Distrito Industrial de Santa Cruz (CODIN, 2021).

importações, que nada mais era do que uma ação embrionária para diversificar a matriz econômica e inserir o setor industrial na economia nacional (TAVARES, 1979; FURTADO, 2003).

Até então, as atividades do setor primário, sobretudo o café, eram foco dos esforços de investimentos público e privado para exportações. Mas, assim como em todo o mundo, o Brasil superproduziu o café, cujos grãos abarrotaram portos e pátios país afora. O governo Vargas se viu numa encruzilhada ao longo da década de 1930, em que tentou a todo custo preservar o setor primário, comprando o café excedente e usando o capital gerado para incentivar a criação de uma indústria de base no Brasil e superar a dependência pelo bem agrícola (TAVARES, 1979; LEÃO, 1990; FURTADO, 2003).

A Fazenda Nacional de Santa Cruz, junto com a recém-criada colônia agrícola, foram alvo de percepções por parte do poder público federal de sua importância para o abastecimento e segurança alimentar da Capital Federal. Porém, o tipo de modelo adotado, conforme elucidado na seção anterior, se afastava do paradigma monocultor e latifundiário nacional (MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014; CÂMARA, 2021).

Uma problemática agora, porém, emerge sobre a importância do setor agrário para a economia nacional. Santa Cruz se tornaria parte desse cenário, uma vez que, apesar de garantir a segurança alimentar da então Capital Federal, a Fazenda e o Núcleo Colonial se encontravam sob o manto de uma das principais cidades do país, o que passou a gerar a mudança de foco do rural para o urbano em 1975 e anos seguintes. Ali, o plantio do tomate ao final da década de 1930 logrou grande êxito (MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014), a ponto de o fluxo migratório de São Paulo para o Rio de Janeiro manter seu ritmo nos anos seguintes, principalmente durante as décadas de 1940 e 1950⁶⁵.

Conforme exposto no Quadro 7, tanto a população de origem japonesa como os seus descendentes cresceram no estado do Rio de Janeiro. Tal fator não foi diferente no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, o qual incrementou suas atividades tanto a partir do crescimento da mão de obra como da melhoria da infraestrutura local para escoamento da produção até a década de 1960.

Diante das transformações locais sobre a ocupação e a consolidação do espaço sobre questões rurais, ao longo das décadas de 1940 e 1950, surgiu a necessidade de apresentar instituições e ações do poder público para entender a dinâmica socioeconômica nacional. O surgimento de instituições como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL – 1948), além da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEE – 1951/1953), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE – 1952) e tantas outras frentes de estudo, acabaram por entender que uma economia independente e forte se baseia num parque industrial capaz de gerar exportações e agregar conhecimento tecnológico (TAVARES, 1979; OLIVEIRA, 2003; FURTADO, 2003). Esse novo entendimento, à época, deslocou o eixo dinâmico do campo para a indústria ao mesmo tempo em que os japoneses chegavam e se consolidavam na área oeste da então Capital Federal e áreas adjacentes, como Nova Iguaçu/RJ e Itaguaí/RJ.

Já na década de 1940, uma preocupação que surgia quando do fortalecimento dos núcleos coloniais ao redor do então Distrito Federal dizia respeito ao surgimento de logradouros industriais que pressionavam a atividade agrícola impactariam na produção e abastecimento da então Capital Federal (OBSERVADOR ECÔNOMICO E FINANCEIRO, 1943). Apesar da pressão imobiliária inicial, a preocupação estabelecida à época focou na segurança do abastecimento do Rio de Janeiro, que era fortemente impactado pelas variações econômicas do

⁶⁵ Vide quadro 7.

mercado internacional, pela insalubridade de terrenos vizinhos ao local citado e pela improdutividade de áreas próximas ao Distrito Federal.

A Figura 14 mostra Campos de a produção de arroz nas imediações do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz com o maciço do Mendanha ao fundo. O arroz era considerado um produto básico da alimentação dos brasileiros, e sua produção era essencial para o abastecimento do Distrito Federal, bem como importante para a manutenção de preços da alimentação básica do trabalhador local.

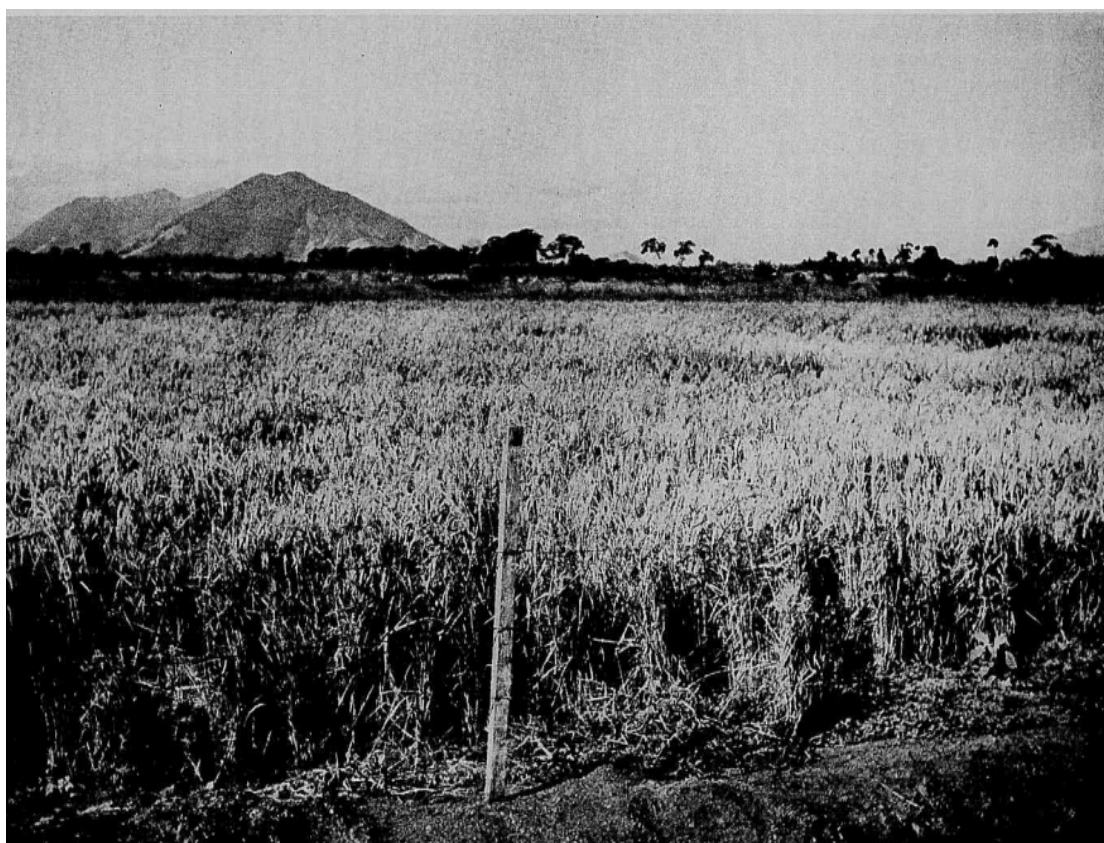


Figura 14: Campos de arroz, em 1943, no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.
Fonte: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1943, p. 50.

O enredamento em torno da mudança do paradigma socioeconômico brasileiro também envolvia questões mais complexas que o próprio ambiente econômico. Além das instituições supracitadas, há de se mencionar, também, que a implementação de um novo modelo econômico como o de substituição de importações, ou desenvolvimentismo, passava ainda por entendimento sobre a dinâmica da sociedade, da economia, da tecnologia e de outras dimensões. Cita-se aqui a importante contribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), surgida durante o segundo governo Vargas pelo Decreto 29.741/1951. Outro importante órgão que se cita é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), surgido em 1951 (CAPES, 2022; CNPQ, 2022). A menção a todos os órgãos mencionados aqui ocorre na mesma esteira da instalação de instituições de pesquisa e ensino na região de Seropédica/RJ, e área oeste do município do Rio de Janeiro/RJ, e que muito contribuíram para o desenvolvimento e amadurecimento do setor rural brasileiro, incluindo as regiões circunvizinhas. A pesquisa e o ensino tomaram novos rumos no Brasil a partir da década de 1940, quando se viu a necessidade de entender a complexidade e as diversas dimensões às

quais tanto a sociedade, como a economia brasileira complexavam à medida que eram alterados os paradigmas praticados após a crise de 1929.

O primeiro grande receptor dos cultivos dos migrantes japoneses foi o Mercado Público da Praça XV⁶⁶, hoje extinto e que passou por um processo de demolição para a construção do antigo elevado da Perimetral. Com o passar das décadas ocorreu a inauguração do então Centro de Abastecimento do Distrito Federal (CADEF, atual CADEG)⁶⁷, em Benfica, além das Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA)⁶⁸, em 1974. Estes dois últimos mercados passaram a receber não somente a produção agrícola de Santa Cruz, como de boa parte do estado do Rio de Janeiro para comercialização, tanto no município como na Região Metropolitana (FRANÇA, REZENDE, 2010; INOUE, 2014; CADEG, 2021; CEASA/RJ, 2021).

As informações sobre o quantitativo produzido no Núcleo Colonial de Santa Cruz são escassas e concentradas durante o período da década de 1940 – mesmo período em que foram realizados os levantamentos censitários sobre a composição social do Núcleo, reforçando o caráter limitado das informações sobre a produção local.

A Tabela 1 mostra a produção exportada do Núcleo de Santa Cruz no ano de 1941, a partir de relatório apresentado ao Presidente da República para realização dos trabalhos de saneamento local e os impactos gerados sobre a economia da região, afetada pelas cheias dos rios que ali cortavam.

Tabela 1: Produção exportada do Núcleo Colonial de Santa Cruz em 1941.

Culturas	Unidade	Preço unitário	Quantidade	Valor (em Réis – Rs)
Aipim	Quilo	0,20	1.909.425	381.885
Abóbora	X	0,30	1.501.622	450.486
Arroz	X	1,00	206.880	206.830
Abacaxi	Um	1,00	8.265	8.265
Banana	Caixa	1,50	176.250	264.375
Batata inglesa	Quilo	0,80	321.531	257.224
Batata doce	X	0,40	194.630	77.852
Cana	X	4,00	6.983.542	279.341
Carvão	Saco	6,00	2.845	17.070
Essência de eucalipto	Litro	123,00	72	8.856
Feijão preto	Quilo	0,80	27.763	22.210
Hortaliças	X	1,00	196.638	196.638
Inhame	X	0,60	62.846	37.707,6
Laranja	Caixa	5,00	99.783	498.915

⁶⁶ Esse mercado funcionou próximo à atual Praça Marechal Âncora, no Centro do Rio de Janeiro e foi demolido em 1957.

⁶⁷ Hoje Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara ou CADEG, no bairro de Benfica, na Zona Norte da capital fluminense.

⁶⁸ Localizada no bairro de Irajá, Zona Norte da capital fluminense, às margens da Avenida Brasil.

Tabela 1. Continuação

Limão	X	8,00	1.423	11.348
Leite	Litro	0,50	263.301	131.650
Lenha	M³	20,00	35.402	708.040
Milho	Quilo	0,40	303.907	121.562
Mel de abelha	Litro	2,00	1.843	3.686
Ovos	Dúzia	2,00	16.331	32.662
Tomate	Caixa	25,00	48.122	1.203.050
Total				4.919.741

Fonte: GÓES, 1942, p. 364.

A Tabela 2 apresenta a produção do Núcleo Colonial de Santa Cruz em março de 1942, em que é possível verificar os itens produzidos o preço unitário, a quantidade produzida e os valores comercializados no mercado interno da então Capital Federal. Nota-se, na Tabela 1, que os itens comercializados são diversos e apresentam-se em quantidades significativas, expondo a importância de Santa Cruz para o abastecimento do mercado interno, sobretudo em relação ao adensamento urbano do Rio de Janeiro, que se encontrava em crescimento.

Tabela 2: Produção do Núcleo Colonial de Santa Cruz em março de 1942 (continua).

Espécie	Unidade	Preço Unitário Cr\$	Quantidade	Valor Cr\$
Arroz	Quilo	1,50	43.820	65.730,00
Aipim	Quilo	0,30	69.212	20.763,00
Abóbora	Quilo	0,40	2.370	980,00
Aves	Uma	8,00	523	4.184,00
Abacaxi	Um	1,00	575	575,00
Abacate	Um	0,30	5.620	1.686,00
Banana	Cacho	2,00	19.730	39.460,00
Batata doce	Quilo	0,40	7.960	3.184,00
Bucha	Uma	1,50	2.000	3.000,00
Cana de açúcar	Dúzia	1,50	7.970	11.955,00
Essência de eucalipto	Litro	123,00	25	3.065,00
Fruta de conde	Uma	0,40	1.420	568,00
Feijão preto	Quilo	0,80	2.040	1.632,00
Hortaliça	Quilo	1,00	5.920	5.920,00
Inhame	Quilo	0,60	7.700	4.620,00
Laranja	Caixa	14,00	500	7.000,00
Leite	Litro	0,80	34.410	27.528,00

Tabela 2. Continuação

Lenha	m ³	25,00	285	7.125,00
Limão verdadeiro	Caixa	10,00	35	350,00
Milho	Quilo	0,40	55.730	22.292,00
Mamão	Um	0,50	200	100,00
Ovos	Dúzia	3,00	1.456	4.368,00
Suínos	Um	300,00	55	16.500,00
Total				249.325,00

Fonte: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1943, pp. 56-57.

Entre março de 1942 e janeiro do ano seguinte, o Distrito Federal experimentou perturbações econômicas com o tabelamento de preços nos mercados públicos e a falta de combustíveis para o transporte dos bens produzidos no Núcleo. A Tabela 3 mostra a evolução dos valores produzidos pelo Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz em janeiro de 1943, mas fevereiro em março do mesmo ano tiveram retração por esses dois problemas aqui apresentados.

Tabela 3: Produção do Núcleo Colonial de Santa Cruz em janeiro de 1943.

Espécie	Unidade	Preço Unitário Cr\$	Produção consumida	Produção exportada	Total produzido	Valor Cr\$
Arroz	Quilo	1,50	15.000	50.000	65.000	97.500,00
Aipim	Quilo	0,30	91.000	91.000	100.000	30.000,00
Abóbora	Quilo	1,20	800	2.200	3.000	3.600,00
Aves	Uma	9,00	-	200	200	1.800,00
Abacate	Um	0,30	-	3.900	3.900	1.170,00
Banana	Cacho	2,50	3.500	19.600	23.100	57.750,00
Batata doce	Quilo	0,40	1.000	7.360	8.360	3.344,00
Bucha	Uma	1,00	-	2.500	2.500	2.500,00
Cana de açúcar	Dúzia	1,50	2.000	8.000	10.000	15.000,00
Carvão vegetal	Saco	10,00	-	50	50	500,00
Feijão preto	Quilo	0,80	150	950	1.100	880,00
Hortaliça	Quilo	1,00	4.000	9.000	13.000	13.000,00
Laranja	Caixa	2,50	1.000	3.500	4.500	11.250,00
Leite	Litro	0,70	16.500	34.000	50.500	35.350,00
Lenha	m ³	20,00	25	140	165	3.300,00
Milho	Quilo	0,50	35.000	105.000	140.000	70.000,00
Ovos	Dúzia	3,00	900	2.800	5.700	8.100,00
Suínos	Um	300,00	-	25	25	7.500,00
Total						362.544,00

Fonte: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1943, pp56-57.

Apesar dos problemas econômicos evidenciados, os três primeiros meses do ano não são os de maiores produções do Núcleo, que atingiu seu ápice entre abril e setembro, época de safra. Sendo assim, a queda verificada dos montantes arrecadados com a produção entre fevereiro e março de 1943 não representam uma problemática maior aos produtores rurais de Santa Cruz, mas fato isolado devido a questões locais no Distrito Federal.

A Tabela 4 resume a evolução do valor total da produção de Santa Cruz entre março de 1942 e março de 1943 expondo a crescente arrecadação, mas que foi afetada pelo tabelamento de preços e problemas nos combustíveis. Vale ressaltar que em 1942 entrou em vigor a nova unidade monetária “Cruzeiro”, substituindo o padrão monetário “Réis”, que vigorava desde o Império.

Tabela 4: Evolução da produção total do Núcleo Colonial de Santa Cruz em Cr\$ entre 03/1942 e 03/1943.

Valor/Período	03/1942	01/1943	02/1943	03/1943
Cr\$	249.325,00	362.544,00	316.350,00	265.558,80

Fonte: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1943, pp 56-57.

Apesar de o produto “tomate” não ter sido listado nas Tabelas 1 e 2 pela revista Observador Econômico e Financeiro (1943, p. 60), a produção desse gênero atingiu montantes consideráveis no total de 105.000 Kg, a Cr\$ 4,00 por quilo. Esses valores perfazem o total de Cr\$ 420.000,00, tornando este o produto de maior rendimento do Núcleo ainda em 1943.

A Figura 15 mostra uma plantação de tomates, no referido ano, no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. Uma produção de tomate requeria quantidades significativas de adubação e manutenção que, apesar de dispendiosa em relação a outros gêneros alimentícios, compensava pelo solo fértil e alta demanda pelo bem.

A produção de Santa Cruz era negociada por meio de comerciantes *nikkeis* que já atuavam no Mercado Público da Praça XV. Eles eram oriundos de São Paulo e já realizavam transações no Rio de Janeiro antes da criação do núcleo colonial agrícola naquele mesmo mercado (MARTINS et al., 2010).

As transações entre os produtores de Santa Cruz e os comerciantes do Mercado Público da Praça XV era simples: o produtor escoava os gêneros agrícolas, o comerciante os negociava e a renda gerada era repartida entre o comerciante e o produtor. Essa transferência de recursos entre o comerciante e o produtor foi um grande auxílio aos produtores *nikkeis* recém-chegados ao Rio de Janeiro. Importante ressaltar, porém, que se houvesse problemas na produção, o produtor não teria renda gerada junto às transações no mercado. Mas há de destacar que a cooperação entre os *nikkeis* de Santa Cruz e do Mercado da Praça XV foi importante para dar a alavancada inicial no Núcleo Colonial Agrícola (MARTINS, INOUE, MIZUBUTI, MARTINS et al., 2010). Reforça-se aqui, porém, que o interesse pela instalação da mão de obra japonesa no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz era de abastecer a então Capital Federal, reduzindo preços e mantendo a produção de forma permanente próximo ao grande centro urbano (CORREIO PAULISTANO, 1938).

Destaca-se aqui a questão do financiamento dos agricultores de Santa Cruz. Enquanto houvesse produção, haveria renda. Porém, no período em que o cultivo estivesse em fase de desenvolvimento, o sustento das famílias provinha das economias realizadas dos tempos de comercialização dos bens cultivados (MARTINS et al., 2010, p. 170).



Figura 15: Um campo de produção de tomates em Santa Cruz.
Fonte: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1943.

Entre as décadas de 1930 e 1970, o ramal de trens que ligava Santa Cruz, Mangaratiba, e o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão⁶⁹ ao Centro do Rio de Janeiro (Estações da Leopoldina e Central do Brasil), possuía caráter misto, pois transportava passageiros e carga, incluindo-se aí os diversos gêneros produzidos no Núcleo Colonial Agrícola.

A partir da década de 1950, o Estado brasileiro passou a direcionar esforços em investimento, construção e manutenção de rodovias, primordialmente⁷⁰. Nesse ínterim, as ferrovias passaram para segundo plano, o que gerou uma redução em investimentos do setor. Tal cenário impactou diretamente a Estrada de Ferro Central do Brasil. Em paralelo, uma importante via de acesso ao município do Rio de Janeiro/RJ foi aberta e ampliada, a Avenida Brasil⁷¹ (NORONHA, 1996; O GLOBO, 2014; IBGE, 2021).

Até a década de 1960, é evidente o interesse do Governo Federal sobre a produção agrícola de Santa Cruz, provendo ao local estrutura necessária para tanto. Com a transferência da Capital Federal para Brasília/DF foi criado o estado da Guanabara (1960-1975), este que apresentou os primeiros traços urbanísticos e industriais para regiões próximas ao Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz (ECOMUSEU SANTA CRUZ, 2021b; CODIN, 2021).

Os imigrantes japoneses permaneceram na área do Núcleo e se expandiram para municípios como Itaguaí/RJ e outros na Baixada Fluminense, Região Serrana e demais locais do interior do estado do Rio de Janeiro (MARTINS et al., 2010; INOUE, 2014). A década de

⁶⁹ Hoje Base Aérea de Santa Cruz – BASC – ALA 12 – Força Aérea Brasileira (FAB).

⁷⁰ Esse era um dos grandes pilares do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

⁷¹ Prolongada até Santa Cruz, onde se encontrava com a Rodovia Rio-Santos, em 1962. Essa via corresponde a um total de 58 km entre Santa Cruz (Zona Oeste do Rio de Janeiro) e a região do Centro do Rio de Janeiro.

1970 se tornou grande marco econômico para o Brasil, uma vez que o país experimentava taxas de crescimento nunca vistas, o chamado período do Milagre Econômico brasileiro (1968-1974).

Este grande crescimento econômico ficou conhecido como Milagre Econômico (1968-1973), já em meio aos governos militares (1964-1985). O modelo adotado pelo Governo Federal à época estimulava a produção industrial e o comércio exterior. O Rio de Janeiro/RJ, segundo maior centro urbano do país, foi incluído nos chamados planos nacionais de desenvolvimento⁷². Para tanto, o então governo do estado da Guanabara idealizou uma série de distritos industriais no território carioca por volta da primeira metade da década de 1970 (CODIN, 2021).

As indústrias precisavam local amplo, com facilidades, para expandir. Santa Cruz/RJ possuía essas características e, em 1975, a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) resolveu implementar um parque industrial no local. Esse complexo veio acompanhado de um porto no município vizinho⁷³, além de melhorias nas rodovias de acesso a localidade⁷⁴ (CODIN, 2021). Assim, a década de 1970 trouxe outra grande mudança para Santa Cruz/RJ. O novo modelo implementado em âmbito nacional gerou efeitos socioeconômicos profundos na realidade local. O desenvolvimento industrial levou ao avanço da urbanização, com efeitos nocivos sobre o cultivo agrícola. Ainda assim, verifica-se a resistência de cultivos por alguns descendentes de japoneses. Nesse aspecto, vale fazer menção, aqui, ao já acima mencionado período do Milagre Econômico, em que o crescimento econômico a qualquer preço, através do endividamento associado a juros baixos e disponibilidade de capital financeiro exterior, possibilitou grandes investimentos no Brasil, mas, em contrapartida, gerou uma dependência da economia Internacional (CPDOC, 2022).

Outro ponto considerado para o forte crescimento econômico do Milagre ocorreu quanto ao legado de desequilíbrios macroeconômicos e distributivos, além da crescente inflação nos anos posteriores. A opção pelo fortalecimento do setor industrial, associado à dependência pelo capital externo, e crescimento a qualquer custo, desenvolveu crises socioeconômicas a partir da segunda metade da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980 (CPDOC, 2022).

Na instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz é possível verificar paralelo entre as transformações socioeconômicas de Santa Cruz e as de âmbito nacional. Considerando-se que, devido às peculiaridades de políticas adotadas desde o período colonial na Fazenda Santa Cruz, até a década de 1970, o local sempre manteve peculiaridades que destoavam de medidas implementadas pelos governos centrais em relação à macroeconomia nacional.

Nos períodos Colonial e Imperial, Santa Cruz praticava experimentos e ações de política econômica familiar, exploratória e científica. No cenário macro, a monocultura e o latifúndio dominavam com política voltada ao exterior. Já no início do período republicano, a propriedade latifundiária monocultura prevalecia, mas o abandono da propriedade pública da Fazenda Santa Cruz se fazia complexa e afastava a possibilidade de sua função social ser praticada.

Para abastecer a então Capital Federal, o paradigma sobre a propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz se alterou, incentivando a instalação de pequenas propriedades de culturas diversas. Diferentemente do cenário nacional – em que se buscava a implementação do modelo de substituição de importações, ou desenvolvimentista –, o fortalecimento da ruralidade no Oeste carioca era preponderante e necessário.

⁷² Os planos nacionais de desenvolvimento foram pacotes econômicos de fomento e estímulo à produção nos mais diversos setores da economia brasileira entre 1970 e 1985.

⁷³ Porto de Itaguaí.

⁷⁴ Obras de saneamento e infraestrutura na região do Distrito Industrial e reformas na Avenida Brasil e Rodovia Rio-Santos.

5 CONCLUSÕES

A partir de 1939, com a chegada dos primeiros migrantes japoneses a Santa Cruz, estabeleceu-se um marco na implementação de políticas públicas na região. A busca pela habitação permanente do território rural localizado no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz acabou por direcionar esforços para grandes obras de infraestrutura.

A localização da área se mostrou privilegiada em diversos períodos históricos do Brasil. A primeira evidência ocorre ainda em tempos coloniais, quando a antiga fazenda jesuítica passou a fazer parte do erário da Coroa Portuguesa com a expulsão da ordem de padres do Brasil. Com a vinda da Família Real, em 1808, a sede da Fazenda Santa Cruz passaria a ser utilizada pelos membros da nobreza e, após a Independência, viria a ser local de frequente habitação dos monarcas do Brasil e seus familiares.

O interesse da Coroa Portuguesa e da Família Imperial brasileira, além da localização estratégica entre Rio de Janeiro e São Paulo, também servindo de entreposto para as Minas Gerais, acabaram por alçar Santa Cruz a importante local de convergência política e econômica por mais de um século.

Esse protagonismo da fazenda e de arredores reduziu com a Proclamação da República, em 1889. Com a passagem da administração do latifúndio para a responsabilidade do Governo Federal, o local foi esvaziado em importância política, social e econômica. Tanto o é que os governos que se sucederam entre 1889 e 1930 acabaram por implementar vagas medidas práticas para organizar a ocupação do solo e melhorar a infraestrutura local.

Apenas na administração de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir de 1934, é que diversas normas a nível federal começaram a ser editadas sob responsabilidade principal do Ministério da Agricultura para que a Fazenda Santa Cruz – e seus arredores – absorvessem um novo protagonismo e uma importância estratégica pela sua localização privilegiada, próximo à então Capital Federal.

Um primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao esquecimento aparente da Fazenda Santa Cruz nas primeiras décadas do período republicano no Brasil. A economia entre 1889 e 1930 tinha como matriz a dinâmica agrária voltada para a exploração do café, bem como outras atividades conexas ao produto principal. Em Santa Cruz, porém, não se evidenciou um aumento na dinâmica local, no período anteriormente elucidado, e nem o aproveitamento do solo para estímulo e produção do campo como se evidenciou em tempos passados da Colônia e do Império. Esse cenário demonstrou uma contradição entre o ambiente local e nacional.

O pouco interesse pela agora Fazenda Nacional Santa Cruz (1889-atualidade)⁷⁵ permeava uma grande propriedade, latifundiária e pública, porém improdutiva aos moldes da economia nacional e sem regulação clara para ocupação de suas terras. Com isso, a ausência de controle do Governo Federal nas primeiras décadas de administrações republicanas possibilitou a ocupação desordenada do solo e gerou dificuldades geográficas sobre os limites da então Capital Federal, que só foram superados na década de 1980 com o estabelecimento oficial da região Oeste do município do Rio de Janeiro/RJ com o município de Itaguaí/RJ⁷⁶.

Movido por uma economia predominantemente agrária e com problemas crônicos de concentração dos meios de produção em apenas uma atividade, o café – bem como a dependência do país por esse único produto no mercado Internacional – Brasil se viu com diversos problemas de estímulo ao sistema econômico quando da Crise de 1929, que derrubou

⁷⁵ O tema deste trabalho aborda o período a partir de 1938.

⁷⁶ Vide o Decreto Municipal 3158/1981 (PREFEITURA DO RIO, 1981).

o preço dos grãos no exterior. Desse modo, incentivada pela forte necessidade de reorganizar a capitalização, a década de 1930 foi marcada pela alteração do foco da administração pública e dos meios privados em relação à economia. Assim, a reorganização a nível nacional também envolveu os bens públicos da União Federal, incluindo-se a Fazenda Santa Cruz, à época sob responsabilidade do Ministério da Agricultura.

A reorganização do espaço rural ao Oeste da então Capital Federal se deu principalmente entre as décadas de 1930 e 1950 não somente para torná-lo habitável como também transformá-lo em um centro de excelência para o setor Agrário quando, ao longo desse período e das décadas seguintes, instalou-se, em 1947, a Universidade Rural (UR) na região de Seropédica, então área do município de Itaguaí/RJ.

Dentro desse contexto de reorganização do território local por interesse do Governo Federal (1930-1954), as populações japonesas, com seu histórico agrário, sejam no Japão ou no Brasil, mostraram expertise centenária, bem como uma cultura de respeito no tratamento do espaço no qual eles foram inseridos. Com uma forte organização no campo no estado de São Paulo, e em outros entes federativos brasileiros, os primeiros migrantes chegaram em 1938 com o objetivo de estimularem a produção em terras antes edificadas para habitação, mas agora devidamente saneadas, voltaram a ter interesse do poder público.

As políticas públicas colocadas em prática em Santa Cruz foram diversas e possuíram afinco por parte do Governo Federal, assim como os jesuítas possuíram quando fizeram sua estadia até o século XVIII no local. Pelo viés da ordem, a construção da Ponte dos Jesuítas foi um Marco para sanear a região e evitar enchentes causadas pelo Rio Guandu quando os seus níveis atingiam as zonas habitadas por motivos de chuvas ou até mesmo secas.

Os acessos por terra e mar também foram marcos jesuíticos que ainda se encontram, na contemporaneidade, presentes naquela área. É o caso dos remanescentes de um píer na região do bairro de Sepetiba, vizinho a Santa Cruz, também na Zona Oeste carioca, que recebia escravizados africanos e outras transações comerciais entre a colônia e a metrópole. Já por terra, a Estrada Real – que ligava às Minas Gerais – e o caminho de Santa Cruz, principal trajeto para a região central do Rio de Janeiro, cortavam as áreas da fazenda.

Durante os períodos Imperial e Republicano, tal infraestrutura sobreviveu, exceto pelo píer em Sepetiba, que perdeu seu foco. Com o estímulo de políticas públicas do Governo Federal a partir da década de 1930, as obras de dragagem do Rio da Guarda e do Rio Guandu, além da abertura dos canais de São Fernando e São Francisco, deram continuidade ao projeto jesuítico de controle das águas e irrigação.

Com uma gerência de enchentes e com capacidade para irrigação, a região de Santa Cruz agora contava com um amplo sistema de canais e rios desviados para atender as demandas do setor agrário local. Vale ressaltar que a salubridade não foi o único foco para a chegada dos primeiros ocupantes regulares, seja na forma da lei ou em habitação permanente, a extremidade Oeste da então Capital Federal.

O impacto causado pela migração japonesa para a região de Santa Cruz teve efeitos como uma política pública em larga escala local, cujas diversas frentes temáticas foram abordadas. Questões como economia, meio ambiente, políticas urbanas e rurais, bem como crescimento e desenvolvimento, tiveram resultados relevantes para o contexto local. A esse respeito, Rodrigues (2010, p. 15) explica, por seu turno, que uma política pública é:

...o processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Pelo viés econômico, vale ressaltar que a dinâmica local, até 1938, encontrava-se estagnada e desorganizada, uma vez que a Fazenda Nacional de Santa Cruz não estava inserida num contexto de interesse de produção bens. Com a chegada da mão de obra de origem japonesa, vinda de diversos estados do país, a produção foi reorganizada com a liderança do Ministério da Agricultura, mas também com a coordenação dos próprios agricultores, uma vez que não lhes foi dado completo apoio do poder público, principalmente financeiro.

A economia local também teve sua dinâmica alterada com o surgimento e o aprimoramento da infraestrutura que aportou a necessidade de regularização e condições de habitação durante a década de 1930. Essa questão facilitou o acesso e o escoamento de bens produzidos, assim como promoveu trocas de produtos e condição de desenvolvimento das atividades na região como um todo entre 1939 e 1945.

Havia grande interesse por Santa Cruz, por parte dos japoneses, uma vez que as famílias que se destinaram à empreitada de iniciar suas novas vidas no Rio de Janeiro se mudaram quase de imediato após a apresentação do local pelo então Ministro Fernando Costa, quando de sua visita à CAC em 1938. A captação de pessoas realizada CAC, o Ministério da Agricultura e os migrantes individuais foi tão célere que, ao chegar a Santa Cruz, o Governo Federal não havia concluído as obras de infraestrutura básica para receber os novos proprietários das terras ainda em 1939. Toda a improvisação e a aceleração das tomadas de medidas ocorreram em meio aos diversos testes realizados pelas famílias japonesas por meio dos cultivos dos gêneros que poderiam ser desenvolvidos nas terras com solo de qualidade de nutrientes, mas alagadiças e impróprias para alguns desses gêneros.

Pelo viés social, Santa Cruz e arredores tiveram a introdução da cultura secular japonesa, a essa altura temporal – quase duas décadas após a chegada dos primeiros migrantes japoneses – já amplamente praticada em outras unidades da federação. Isso possibilitou que os agricultores locais pudessem assumir as terras de forma regular, com segurança jurídica, tendo suas atividades o apoio do estado, porém predominantemente a título de ocupação do espaço.

Já em 1939, verificava-se que o conflito armado da Segunda Guerra Mundial se estendia por boa parte dos países do globo terrestre⁷⁷. A desconfiança generalizada de diversas sociedades sobre as populações japonesas também se fez presente no Brasil. O “perigo amarelo” foi incrementado à medida que o conflito armado avançava pelas trincheiras da Europa e do extremo Oriente, reproduzindo, aqui, padrões ora iniciados do outro lado do planeta.

Especificamente em Santa Cruz, entre 1939 e 1945, as populações japonesas residentes e proprietárias de terras no local não enfrentaram maiores problemas no que diz respeito à assimilação cultural. Desse modo, houve inserção junto à sociedade fluminense. Apesar do grande projeto do governo varguista de abrigar os *nikkeis* e quaisquer outros estrangeiros, em Santa Cruz a cultura e a linguística conseguiram sobreviver, assim como em diversas outras regiões do país, e mantiveram a sociedade japonesa local enraizada e suas tradições e culturas originais.

O aprendizado das línguas, da história e da cultura japonesa se dava em locais construídos pelos próprios japoneses na esperança de um dia voltarem à sua amada terra natal sem a perda das características originárias. Com a chegada das famílias japonesas a Santa Cruz, esses ensinamentos foram mantidos após a instalação precária em 1939 e aprimorados nas

⁷⁷ O Império do Japão fazia parte dos países classificados como Eixo, composto também por Alemanha e Itália.

décadas seguintes, principalmente com o advento das associações e centros culturais, por exemplo.

A receptividade da sociedade fluminense também ocorreu nas trocas de bens de cultivos produzidos no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. A comercialização – no Mercado da Praça XV – de excedentes produzidos para a colheita familiar, além de consumo próprio, ocorreram de forma pacífica e sem maiores problemas, não somente na Capital Federal como no interior do estado. Ainda que precárias, as condições financeiras dos primeiros migrantes japoneses para Santa Cruz, a perseverança e o suporte de cooperativas paulistas nas negociações e trocas de bens produzidos no extinto Mercado Público da Praça XV, região central do Rio de Janeiro, possibilitaram o suprimento das necessidades para o crescimento da agricultura local.

Vale lembrar que os aportes iniciais para o desenvolvimento do plantio, colheita e transporte ocorreram por conta própria e de forma extremamente dificultosa, uma vez que os japoneses dependiam da primeira colheita ou da produção massiva dos seus cultivos para financiamentos da produção. A resistência da mão de obra japonesa em permanecer na região de Santa Cruz e arredores enfrentou diversos obstáculos, desde a distância do centro dinâmico da então Capital Federal, como também questões envolvendo olhares desconfiados da sociedade brasileira em relação aos estrangeiros com origem de países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Diferentemente de áreas na Baixada Fluminense, na própria Capital Federal e em outras regiões, os japoneses de Santa Cruz, Itaguaí/RJ e locais próximos sofreram apenas baixas repreensões sociais por sua origem, o que também possibilitou sua inserção na sociedade local, mesmo após a entrada do Japão na II Guerra Mundial a partir de 1941.

A respeito da questão ambiental, a chegada dos japoneses foi implementada num contexto de controle de enchentes na região. Como a maioria das áreas da Baixada Fluminense, Santa Cruz também sofria de alagamentos em períodos de fortes chuvas, proximidade com o mar e pela área que era pantanosa. Essas questões relacionadas ao controle não eram motivo de preocupação para os governos republicanos entre 1889 e 1930, apesar de a Fazenda Nacional de Santa Cruz fazer parte do erário federal. Com interesse em dar uma finalidade social à propriedade da fazenda, o Governo Federal optou por realizar ações de posse, propriedade e estímulo agrícola das atividades nas terras públicas que se estendiam desde a área Oeste da então Capital Federal para municípios do interior do estado do Rio de Janeiro.

Outra questão que se coloca diz respeito às políticas urbanas e rurais criadas no período. Predominantemente relacionadas à questão agrária local, além da infraestrutura e da regularização de terras, insta salientar que a dinâmica criada pelo Governo Federal em Santa Cruz acabou por também impossibilitar a necessidade de manutenção das políticas públicas para longo prazo em relação ao estímulo pela atividade agrícola.

O que se viu nas décadas de 1940 e 1950 foi o desenvolvimento das atividades agrícolas gestionadas a partir de 1939. Tanto o é que a presença japonesa aumentou consideravelmente a partir de sua chegada e nessas décadas seguintes. Uma ressalva se faz, porém, que qualquer política pública implementada necessitava de acompanhamento periódico e por vezes de adaptação às demandas e cenários encontrados após a sua implementação.

A respeito desse conceito, vale mencionar que Rodrigues (2010, p. 16) esclarece que:

...políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política. Uma de suas características principais é que políticas públicas constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público.

No caso das políticas públicas concretizadas em Santa Cruz e arredores, a década de 1960 e as seguintes foram determinantes para a continuidade das mesmas uma vez que a mudança de foco sobre a matriz econômica a nível nacional e interesse sobre a propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz se alteraram profundamente. No Anexo E é possível evidenciar na figura que constam alguns dos empreendimentos do Quadro 8 na perspectiva espacial. A figura do Anexo E é do ano de 2022. No entanto, de acordo com os dados apresentados ao longo desta tese, foram estabelecidos os projetos e políticas do Quadro 8 em sua distribuição geográfica pelo Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.

A comunidade japonesa, agora com raízes fincadas no local (após a década de 1960), também passou por transformações devido à alteração da dinâmica regional, o que representou uma mudança de foco também nas atividades econômicas desenvolvidas. Essa questão suscitou a sobrevivência das próprias famílias japonesas e de seus descendentes. Vale ressaltar que esse tema também foi sentido a nível nacional, com o avançar das décadas e as alterações socioeconômicas verificadas na sociedade brasileira.

Realça-se, porém, que mesmo com a dinâmica verificada de alteração do foco da matriz econômica remanescentes sobre a produção agrícola, inclusive da comunidade japonesa, resistiram ao longo das décadas em Santa Cruz. Tanto é que às margens da atual Rodovia BR-101 (Rodovia Rio-Santos) se encontram diversas propriedades, circundadas pela mancha urbana industrial, que permanecem produzindo gêneros agrícolas, muito conhecidos no mercado regional, incluindo-se a associação *nikkei* na Reta do Rio Grande.

Com a sucessiva mudança de governos entre as décadas de 1950 e 1960, também houve mudança de foco na questão econômica, sobretudo com aporte de organizações e Estados estrangeiros e a necessidade de reorganizar a economia nacional agora em outras matrizes que não somente a produção agrícola de um único bem. Em paralelo, o contexto local de Santa Cruz e arredores também passou por transformações juntamente com o cenário nacional. A preocupação agrária e a produção agrícola se mantiveram firmes ao longo das décadas de 1950 e 1960, inclusive com a chegada de mão de obra de origem japonesa e descentes.

A infraestrutura existente e criada em Santa Cruz e arredores, tais como uma linha férrea, a isenção da Avenida Brasil, a criação de sistema de canais e a abertura da Rodovia Federal BR-101 possibilitaram que o local fosse direcionado a outros investimentos além do setor agrário. Assim, com o objetivo de dinamizar a economia nacional, a década de 1950 foi marcada pela criação de empresas estatais e por investimentos no setor privado com o intuito de fortalecer a indústria nacional, ciência, tecnologia e inovação. Dentre esses marcos, o Plano SALTE (1948-1951) e o Plano de Metas (1956-1960) se sobressaíram, todos baseados no chamado modelo de substituição de importações.

Com foco no setor industrial, o desenvolvimento econômico no Brasil passou a fomentar o setor secundário, mas sem deixar de estimular as demais áreas da economia nacional. A questão se faz quanto ao contexto local de Santa Cruz e arredores que a partir da década de 1970 já inserido no contexto dos governos militares, foi criada uma área para a instalação de indústrias próximo ao município de Itaguaí/RJ.

O local no qual a nova zona industrial seria inserida se localizava nos arredores de uma área primordialmente do setor primário onde se encontrava o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz e muitos dos migrantes e descendentes japoneses que chegaram a partir de 1938. Antes uma área predominantemente rural, agora, devido à inserção de empreendimentos industriais, o local passou a contar com uma pressão imobiliária.

A instalação das indústrias na década de 1970 foi um ponto de inflexão para alteração da dinâmica econômica local. A década seguinte aumentou a pressão imobiliária no núcleo colonial agrícola, uma vez que os governos federal e do estado do Rio de Janeiro passaram a instalar diversos conjuntos habitacionais em todo o bairro de Santa Cruz e arredores. Dentro do

contexto do núcleo, diversos foram os empreendimentos imobiliários habitacionais na região da avenida João XXIII. Tais conjuntos habitacionais inclusive século XXI adentro, expõem a inserção urbana dentro de uma zona rural.

O Anexo C mostra uma figura expondo as áreas urbanas industriais que circundam colonial agrícola de Santa Cruz. É possível observar que os conjuntos habitacionais localizados na avenida João XXIII se expandiram, inclusive com áreas de favelização. Diversos são os problemas conexos identificados pelo autor, tais como criminalidade⁷⁸, ausência de esgotamento sanitário e transporte público precário.

As décadas de 1970 e 1980 marcaram, para o núcleo colonial agrícola de Santa Cruz, uma coexistência entre espaços urbanos rurais e industriais. Mesmo com o avanço de diversos conjuntos habitacionais incremento industrial local, bem como de toda uma infraestrutura conexão com as atividades econômicas tais como o Porto de Sepetiba, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a duplicação da BR-101, e outros, o setor agrário e sua produção mantiveram suas atividades mesmo que em um cenário diferente da década de 1930.

A resistência do campo em Santa Cruz e arredores é ponto importante que foi analisado nesta pesquisa, pois ela se encontra próximo a uma das áreas mais densamente povoadas do Brasil. Dentro do eixo dinâmico Rio de Janeiro-São Paulo, e proximidade com a Capital fluminense, pouco mais de oitenta anos separaram a chegada dos primeiros imigrantes japoneses regularmente estabelecidos no Rio de Janeiro e a contemporaneidade. Como uma política pública, a implementação e a continuidade do núcleo colonial agrícola de Santa Cruz sofreram alterações ao longo dessas décadas, e com a variação de diversos governos no período o interesse e a necessidade em manter as atividades da instituição se tornaram escassas.

No século XXI, é possível observar o legado deixado pelas políticas públicas adotadas na década de 1930, nas diversas áreas de interesse do Governo Federal para com a propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz. É notório, ainda, que, com a mudança da matriz econômica nacional, essas mesmas estruturas sofreram alterações, como o nível de urbanidade em investimentos nas áreas de conhecimento, tecnologia e infraestrutura, seja ela pública ou privada.

A presença de instituições como a Universidade Rural (UR), uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de diversas propriedades remanescentes do núcleo original e outros novos que agregaram a empreitada ao longo dos anos tornou evidente a resistência do local. Vale ressaltar, porém, que com uma população predominantemente urbana, o Brasil por décadas agregou uma ideia equivocada de que os centros urbanos e a indústria, unicamente, eram sinônimo de desenvolvimento.

A compreensão de que urbano-industrial não são os únicos instrumentos de desenvolvimento, mas todo um esforço multidimensional, amadurecimento das instituições e incluindo o setor agrário como um todo, o rural e urbano são tão necessários e complementares entre si. Nesse sentido é expressa a máxima do crescimento econômico a qualquer custo, marginalizando o setor agrário e retirando o foco dele, cujo protagonismo agora seria do urbano-industrial.

Dentro dos remanescentes do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, os diversos empreendimentos instalados no local tiveram origem com grande aporte financeiro e em extensão no local. Tal área foi classificada como o Território dos Megaempreendimentos e que margeia a zona rural de Santa Cruz e arredores com volumes bilionários investidos e vitais para a economia do estado do Rio de Janeiro como um todo. Apesar de serem recentes as instalações,

⁷⁸ A região é conhecida como área dominada por grupos paramilitares (milícia) que atuam no local há décadas.

principalmente dos anos da década de 2000 e 2010, o Território dos Megaempreendimentos teve como base justamente as políticas públicas implementadas na década de 1930 para ocupação do espaço e chegada dos primeiros imigrantes japoneses a partir de 1939.

Ao longo da década de 1960 e nas seguintes, o amadurecimento da infraestrutura local e o fortalecimento da já existente possibilitou a instalação da zona industrial de Santa Cruz e a alternativa de escoamento de bens para exportação e melhores conexões entre os centros urbanos dinâmicos. Por outro lado, conforme já elucidado, o setor agrário sofreu pressões imobiliárias e hoje se encontra cercado por núcleos de urbanidade e dinâmicas econômicas e sociais diversas.

A secular cultura japonesa sobre o campo foi uma das benesses deixadas no cultivo de diversos gêneros agrícolas em Santa Cruz, tais como o tomate, o coco, o aipim, entre outros ao longo das décadas seguintes. A dinâmica cultural em Santa Cruz também foi outro legado deixado pelas populações japonesas em uma região que já recepcionou diversos outros povos desde o período colonial até a era republicana. As diversas associações e outras entidades que representassem ou difundissem a cultura japonesa também foram criadas em diversos pontos do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de preservar a coesão e o contato entre as populações de origem japonesa com as sociedades locais nas quais elas estavam inseridas.

Dentro do escopo de legado de políticas públicas, há de se levar em consideração que, mesmo que não tenham sido projetos elaborados e implementados pelas populações japonesas, a sua chegada foi precedida de diversos empreendimentos e obras para as suas residências permanentes no local, bem como desenvolvimento das atividades econômicas de forma salubre. Os efeitos de tais políticas públicas são presenciados na contemporaneidade e não foram superados até a presente data, nem mesmo quando da chegada dos empreendimentos industriais no local. A infraestrutura criada é utilizada e aprimorada no século XXI, sendo que nenhuma outra política em larga escala foi implementada em Santa Cruz e arredores, na mesma proporção, até o momento.

Outro ponto a ser levado em consideração diz respeito à regularização de terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, que até hoje remanesce como uma das maiores problemáticas da administração federal sobre esse bem público. Na década de 1930, a ocupação irregular já perdurava desde a Proclamação da República, o que gerou consequências práticas e improdutividade na dinâmica local.

De igual maneira, a atuação do Ministério da Agricultura para a ocupação regular do solo e otimização das culturas agrícolas em Santa Cruz e arredores teve como foco a aplicação de políticas públicas que tornassem mais eficientes as relações econômicas locais e regionais, bem como possibilitasse o abastecimento da então Capital Federal com gêneros alimentícios. Para isso, o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz foi um dentre os diversos criados no estado do Rio de Janeiro com o intuito de regularizar atividades econômicas no campo o que também facilitou a chegada dos migrantes de origem japonesa e seus descendentes aos locais determinados pelo Ministério da Agricultura.

A utilização de normas jurídicas institucionalizou o interesse da administração federal em consolidar práticas econômicas no Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz. No que diz respeito à chegada dos japoneses na região extrema do Oeste carioca, a regularização de terras e a ocupação do espaço potencialmente produtivo não deixou de ser também a exposição sobre a necessidade do cultivo de pequenos agricultores e agricultores familiares dentro de um contexto nacional em que o latifúndio e a concentração de terras predominou de forma histórica no Brasil.

A opção pelos migrantes japoneses não foi pensada apenas pela questão do cultivo, mas também pela utilização eficiente do solo por agricultores de forma organizada, com o interesse de direcionar seus esforços para uma sociedade que necessitava ser suprida regularmente— no

caso, a então Capital Federal. A título de ressalva, logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos implementaram uma série de reformas agrárias em território japonês com o intuito de esvaziar o poder de senhores feudais no campo e melhorar a produtividade na já escassa região das ilhas japonesas com terras férteis.

A mensagem passada pela chegada dos imigrantes japoneses ao Rio de Janeiro, mesmo que não fosse a sua intenção, mostrou-se emblemática sobre a necessidade de dinamizar a economia brasileira a nível nacional e possibilitar a diversidade de culturas e a desconcentração dos poucos proprietários sobre a grande quantidade de terras.

Obviamente, deve-se observar que o contexto inserido pela migração japonesa para o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz foi extremamente localizado, mas não deixou de ser uma política pública da administração federal no período que sobressaísse como um interesse a ser expresso a nível nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns escopos produzidos nesta tese merecem aprofundamento, necessário aos trabalhos que poderão ser desenvolvidos no futuro. E quando se trata da migração japonesa para o Brasil, muitos pontos ficam em aberto devido à amplitude do tema e à importância encontrada no período histórico mais recente do país.

Das considerações a serem levantadas, é possível destacar as seguintes: (1) as trajetórias dos japoneses para a América Latina; (2) as migrações para outros estados além de São Paulo; (3) a ampliação dos espaços de habitação permanente japonesa no estado do Rio de Janeiro (4) o fenômeno *dekassegui* aos japoneses e seus descendentes no Rio de Janeiro e (5) os japoneses na contemporaneidade diante das transformações socioeconômicas e culturais do Rio de Janeiro.

Em relação ao primeiro ponto, vale ressaltar que o fenômeno da migração japonesa para a América Latina teve diferentes períodos em relação a foco, objetivo e destino dessas pessoas. Desde que os Estados Unidos e o Canadá tornaram cidadãos japoneses passíveis de desconfiança devido aos conflitos iniciados na primeira metade do século XX, o foco migratório passou a ser o continente logo abaixo. Dentre os grandes receptores dos japoneses, o Peru e o Brasil foram aqueles que mais se destacaram, além do México, um dos primeiros países a abrigarem os *nikkeis*. Ressaltar a importância de outras partes do continente que não receberam grande quantidade, mas fizeram parte dessa história, tais como Argentina e Uruguai, por exemplo.

O segundo tema que pode ser desenvolvido, mesmo que de forma periférica por trabalhos posteriores, ocorre quanto ao destino tomado pelo japonês dentro do Brasil. O estado de São Paulo foi um grande receptor, mas outras regiões do país também tiveram transformações socioeconômicas e culturais em torno da chegada dos japoneses.

Com uma tratativa direta entre o Império do Japão, o estado de São Paulo e regiões na área amazônica, o fluxo migratório japonês ocorreu de forma direta. Mas outros estados tiveram importante absorção das mãos de obras japonesas para a construção e consolidação de suas respectivas economias e sociedades.

Paraná, Rio Grande do Sul e estados do Nordeste brasileiro registraram presença significativa de mão de obra japonesa e consolidação de descendência a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil. Vale tratar de cada um desses fluxos de forma individual devido à complexidade em cada uma dessas sociedades, que por si só já possuem nicho de abordagem extremamente diversificados.

O terceiro tema, já dentro do espectro do estado do Rio de Janeiro, incentiva a abordagem de ampliar os horizontes de estudo para além de Santa Cruz. Localidades que tiveram importante receptividade de mão de obra japonesa merecem destaque individual para o desenvolvimento de trabalhos futuros. O município de Itaguaí/RJ teve uma forte extensão dos primeiros japoneses que chegaram ao estado e o habitaram de forma permanente. A presença nessa localidade acabou por influenciar um outro município que surgiria na década de 1990, que foi Seropédica/RJ. ainda na Região Metropolitana, merecem destaque Nova Iguaçu/RJ, Belford Roxo/RJ, Nilópolis/RJ e Niterói/RJ.

Desenvolvimento de um tema específico para a colônia japonesa em Itaboraí/RJ se mostra importante devido a essa primeira tentativa fracassada ter sido executada em âmbito rural no Rio de Janeiro. O autor deste trabalho reforça que cada uma dessas abordagens municipais em diferentes localidades merece destaque individual. Dentro de cada um há possibilidades diversas de desenvolver assuntos ímpares.

O município do Rio de Janeiro é, hoje, um importante receptor da população japonesa e de seus descendentes, mas ainda distante dos grandes centros como São Paulo e Paraná. Sob

uma perspectiva bairrista diversas localidades no município possuem maior e menor quantidade a presença dessas pessoas. Além de Santa Cruz, Campo Grande, e bairros nas zonas, Norte, Sul e Oeste concentram essa descendência.

Além das localidades citadas anteriormente, abordagens interioranas no estado do Rio de Janeiro também são válidas e merecem destaque, tais como a Região Serrana. Municípios com Resende/RJ, Valença/RJ e Angra dos Reis/RJ também tiveram importante presença japonesa ao longo das décadas.

Um quarto assunto que pode ser desenvolvido, partindo-se do exposto nessa tese sobre a chegada dos migrantes japoneses do Rio de Janeiro, é seu caráter oposto, que diz respeito ao fenômeno decasségui que se seguiu a inversão do fluxo migratório do Brasil para o Japão. Esse fato merece destaque uma vez que os descendentes de japoneses se interessaram pela qualidade de vida no país asiático e possibilidades de melhores empregos e enraizamento cultural em meio ao cenário brasileiro extremamente caótico na economia, principalmente na década de 1980.

Por fim, mas não menos importante, bem como foi introduzido nesta tese, desvendar a contemporaneidade em que se encontram os japoneses e seus descendentes no estado do Rio de Janeiro se faz de suma importância diante da metamorfose socioeconômica vivenciada.

A partir de Santa Cruz é possível abrir um leque de possibilidades para abordar diferentes temas que impactam diretamente as populações japonesas e descendentes que permaneceram no espaço rural, por exemplo. Pressões imobiliárias, avanço da mancha urbana, criminalidade e desmerecimento das atividades rurais em meio à segunda maior metrópole do Brasil são alguns dos temas que permeiam o imaginário atual.

Na década de 1930, Santa Cruz era uma região distante, vazia e com pouca importância, seja em termos políticos, econômicos ou sociais. Em tempos atuais, o local é o terceiro maior bairro em população, e o segundo em extensão territorial na capital fluminense. Além disso, possui grande atividade econômica, sendo sede de diversas empresas, indústrias em geral e comércio.

Com essas atividades complexas também se torna dinâmica a presença do espaço rural, cujas propriedades foram elaboradas quando da chegada dos japoneses e que ainda sobrevivem e se mostram como importante resistência em meio à selva de pedra que avança.

O espaço rural de Santa Cruz está inserido no Território dos Megaempreendimentos, e esse local, por si só, já teve uma abordagem específica por parte deste autor, mas merece destaque sobre a permanência da ruralidade logo ao lado da urbanidade criada pela industrialização entrando nessa temática a dualidade crescimento e desenvolvimento econômico.

Em torno dessas possibilidades de temas a serem abordados em breve ou mesmo de forma permanente, este autor ressalta que a necessidade de uma construção de análise permanente sobre essa população japonesa do estado do Rio de Janeiro, e seus descendentes, é imprescindível também para conhecer e entender a dinâmica socioeconômica e cultural do local e do país.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESP. **História da imigração japonesa no Brasil.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309#:~:text=A%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20japonesa%20no%20Brasil,al%C3%A9m%20de%2012%20passageiros%20independentes.>>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. **Fundo Fazenda Nacional De Santa Cruz.** 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/copy_of_instrumentos-de-pesquisa/fazenda_nacional_santa_cruz_codices.pdf>. Acesso: 01 ago. 2021.
- AZUMA, E. **Resumo Histórico sobre as Emigrações Japonesas, 1868-1998.** Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2014/2/28/historical-overview/#:~:text=Em%201868%2C%20um%20negociante%20americano,m%C3%A3o%20de%20Dobra%20japonesa.>>. Acesso em: 1º dez. 2019.
- BAER, W. **A Economia Brasileira.** São Paulo: Nobel, 2002.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmº Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.** v.01, pp.01-508. 1940. s/n. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2029/000132.html>
- CÂMARA. **Legislação Informatizada - DECRETO Nº 19.133, DE 11 DE MARÇO DE 1930 - Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19133-11-marco-1930-513435-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021a.
- CADEG. **História.** Disponível em: <<https://www.cadeg.com.br/historia>>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- CÂMARA. **Legislação.** Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 6.155, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6155-30-dezembro-1943-416361-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. R., TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Epistemologia de Um Paradigma.** Curitiba: CRV, 2013.
- CARNEIRO, M. L. T. (Org.); HIRANO, S. (Org.). **Histórias Migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas.** São Paulo: Humanitas, 2014.
- CCS. **História da UFRRJ.** Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/ccs/historia-da-ufrj/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- CEASA. **Instituição/Unidade.** Disponível em: <http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa_portal/view/unidade_grandeRio.asp>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- CENTRO DE MEMÓRIA. **História da 8ª Universidade mais bela do mundo.** Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/centrodememoria/historia-ufrj/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- CODIN – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Alternativa de Localização. Distritos Industriais.** 2015. Disponível em: <<http://www.codin.proderj.rj.gov.br/Paginas/ApoioInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoSantaCruz.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

COMISSÃO EXECUTIVA. Comissão Executiva da Comemoração no Estado do Rio de Janeiro do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão. **Cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro (1908-2008)**. NippakGraphics: Rio de Janeiro, 2008;

COMITÊ GUANDU. **Conheça as bacias que compõem a região hidrográfica do Guandu**. Disponível em: <<http://www.comiteguandu.org.br/noticias.php?id=500>>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CONSULADO-GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO. **Informações Gerais e História**. Disponível em: <https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/nipobrasileiro.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. **A Margem do Sertão Carioca**. Distrito Federal, 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=49724>. Acesso em: 13 mai. 2021.

CORREIO PAULISTANO. **O Sr. Ministro Fernando Costa Trabalha para Baratear o Preço das Verduras**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_08&pagfis=23375&url=http://memoria.bn.br/docreader/#>. Acesso em: 20 mai. 2021.

COSTA, M. das G. da R. **Coletânea de Nossas Memórias – Itaguaí: A Cidade do Porto**. 1. ed. Itaguaí: Prefeitura Municipal de Itaguaí, 2010. 151 p.

DEC. Exército Brasileiro. **Brasil Império. Batalhão Escola de Engenharia**, 2015. Disponível em: <http://www.dec.eb.mil.br/historico/brasilImperio/brasilImperio_principal.html>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CPDOC. **Milagre Econômico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ECOMUSEU SANTA CRUZ. **O que é?** Disponível em: <<http://www.ecomuseusantacruz.com.br/>>. Acesso em: 2 jan. 2021a.

ECOMUSEU SANTA CRUZ. **Santa Cruz**. Disponível em: <http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/santa_cruz>. Acesso em: 22 jan. 2021b.

FRANÇA, C. R.; REZENDE, V. F. **O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

EMATER. **Estrutura**. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/estrutura.asp>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

EMBRAPA. **Unidades no Brasil**, Disponível em: <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. V. 23. 253 p.

GOES, H. de A. **A Baixada de Sepetiba**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. 388 p.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre factividade e validade**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society.** Boston: Beacon Press, v. 1. 1984.

HARADA, K. (Coord.). **O nikkei no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE. Biblioteca. Catálogo. **Avenida Brasil: Rio de Janeiro (RJ).** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=439922>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

HIRATA, N.; INÁCIO JÚNIOR, E. **A importância de uma rede institucional de comunicação para inovação: o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).** Disponível em: <<https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/GPE2001-63.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

IKEDA JUNIOR, R. **Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos.** (Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento territorial). Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ, p.247, 2017.

IMIGRAÇÃO JAPONESA. **História da imigração – parte 1.** Disponível em: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=66>. Acesso em: 3 jan. 2020.

INOUE, M. F. M. Trajetórias migrantes dos japoneses no estado do Rio de Janeiro: uso conjugado de acervos de imagem e fala. In CARNEIRO, M. L. T.; HIRANO, S. (Org.). **Histórias Migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas.** São Paulo: Humanitas, 2014.

KAWABATA, H. **O Japão entre mito e realidade: as implicações do Constitucionalismo de Meiji para o Constitucionalismo de Pós-Guerra e atual.** 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/148807>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LA ROVERE, R. L., DA SILVA, M. O. **Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e Seu Entorno.** Rio de Janeiro: PoD, 2010.

LEÃO, V. C. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos diplomáticos.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1990.

MACHADO, S. **Chineses no Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/795-os-chineses-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MANSUR, A. L. **O Velho Oeste Carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba).** Do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro, Ibís Libris, 2008.

MAPA. **Administração da Fazenda Santa Cruz.** Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/246-academia-da-fazenda-de-santa-cruz>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MAPA. **Superintendência da Fazenda de Santa Cruz (1889-1930).** 2018. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/555-fazenda-de-santa-cruz-2>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MARTINS, I. de L.; INOUE, M. F. M.; MIZUBUTI, S.; MIZIBUTI, S.; PAGANELLI, T. I. **A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro.** In: TAKEUCHI, M. Y.; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória.** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. v. 1. p. 480.

MOFA. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Japan-Peru Relations (Basic Data)**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/latin/peru/data.html>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MOFA. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Japan-Brazil Relations (Basic Data)**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/data.html>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MULTIRIO. **Em Santa Cruz, riqueza histórica e empreendedorismo**. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/488-santa-cruz-riqueza-historica-e-vocacao-para-o-empendedorismo>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

NASCIMENTO, C. A. S. **Uma análise sobre a política pública do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: O caso do município de Itaguaí (RJ)**. (Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento territorial). **Dissertação, Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas**, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, p. 214. 2016.

NORONHA, S. **Meios de transporte no Rio de Janeiro: História e Legislação**. 2ª edição. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. **O Abastecimento do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/123021/per123021_1943_00090.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

O GLOBO. **Avenida Brasil foi inaugurada na década de 40 para ligar o Rio a todo o país Durante suas obras, a atual principal via expressa da cidade foi visitada pelo presidente Vargas e vários ministros. Nos anos 60, motoristas já enfrentavam engarrafamentos**. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/avenida-brasil-foi-inaugurada-na-decada-de-40-para-ligar-rio-todo-pais-12210380#ixzz6l8f9hGEg>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAGANELLI, T. I. **Resgate de uma história: os japoneses no Estado do Rio de Janeiro**. In: resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2008;

PEREIRA, N. de O. M.; OLIVEIRA, L. A. P. de. **Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo Demográfico 1920/2000**. In: **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2008;

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PLANALTO. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO-LEI Nº 893, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0893.htm>. Acesso em: 3 jan. 2021.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PREFEITURA DO RIO. **Decreto Municipal Nº 3158/81**. Rio de Janeiro: 1981. Disponível em: < <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D3158M.PDF>>. Acesso em 8 out. 2015.

_____. Legislação Municipal do Rio De Janeiro/RJ. **DECRETO Nº 5648 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985**. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1985/564/5648/decreto-n-5648-1985-considera-de-interesse-agricola-para-fins-de-protecao-as-areas-que-descreve-e-delimita>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico 1980/85**. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1971.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico 1980/85**. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1974.

_____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico 1980/85**. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1981.

REZENDE, T. H. de. **Ryo Mizuno: o precursor da imigração japonesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2008.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ; B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Revista Alea. Volume 7, número 2, julho-dezembro 2005 p. 305-322.

SACHS, I. **Desenvolvimento, Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M.; VILLELA, L. E. **Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaprojetos: o caso do município de Itaguaí – RJ**. Cadernos EBAPE. Volume 9, número 3, artigo 8. Rio de Janeiro, 2011.

SEMADS. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos da Macrorregião 2 BACIA DA BAÍA DE SEPETIBA**. Projeto PLANÁGUA SEMADS / GTZ de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

SENADO. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. **Decreto nº 50.530 de 03/05/1961**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/473099>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SOBRAL SILVA, H. D. **Nas tramas da colonização: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro / 1930/1968)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

TAKEUCHI, M. Y. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: TAKEUCHI, M. Y.; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. v. 1. 480 pp.

TAKEUCHI, M. Y.; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. v. 1. 480 p.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 8. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1979.

_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, 206 pp.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, F. G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise**. Rio de Janeiro: FGV, v. 1. 2012.

TUBBS FILHO, D. (Org.); ANTUNES, J. C. O. (Org.); VETTORAZZI, J. S. (Org.). **Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim Experiências para a gestão dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro: INEA, 2012.

WDL. **Cartaz para o recrutamento de emigrantes**. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/7378/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

UFRRJ. A UFRRJ. **Histórico**. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/ccs/historia-da-ufrj/>>. Acesso em: 1º fev. 2022.

ULTRAMARI, C., DUARTE, F. **Desenvolvimento Local e Regional**. Curitiba: IBPEX, 2009.

VILLELA, L. E.; ARAUJO, A. C.; VIDAL, M. O.; COSTA, N. L. S. F. Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques. (Org.). **Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: limites, desafios e possibilidades**. 1ed. Viçosa: UFV, 2014, v. 1.

YOSHIOKA, R. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo. In: HARADA, Kiyoshi. (Coord.). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

8 ANEXOS

Anexo A – Mapa original do Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz.



Fonte: Fonte: Geiger; Mesquita, 1956 *apud*. Paganelli, 2008.